FUNDO AMAZÔNIA

Relatório de Atividades 2012

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 4

CONTEXTUALIZAÇÃO 4

OBJETIVOS DO FUNDO AMAZÔNIA 5

EVOLUÇÃO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS 6

APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS 10

RESULTADOS ESPERADOS 11

DADOS SOBRE O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL 13

GOVERNANÇA E CAPTAÇÃO 15

GOVERNANÇA DO FUNDO AMAZÔNIA 15

REGRAS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS 29

DOAÇÕES FORMALIZADAS 32

O FUNDO AMAZÔNIA NO BNDES 37

QUEM SOMOS 37

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E TRAMITAÇÃO DE PROJETOS 38

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO TÉCNICA 41

COMUNICAÇÃO 42

DESEMPENHO OPERACIONAL 47

CARTEIRA DE PROJETOS 47

ASPECTOS FINANCEIROS 51

CHAMADA PÚBLICA DE PROJETOS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS 53

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS 56

QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA 56

QUADRO LÓGICO DOS PROJETOS DO FUNDO AMAZÔNIA 57

ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE RESULTADOS DOS PROJETOS DO FUNDO AMAZÔNIA 57

RESULTADOS DOS PROJETOS APOIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA 59

AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO FUNDO AMAZÔNIA E RISCOS 61

PROJETOS APOIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA 66

PROJETO COM A UNIÃO FEDERAL 67

PROJETOS COM OS ESTADOS 70

PROJETOS COM OS MUNICÍPIOS 95

PROJETOS COM AS UNIVERSIDADES 116

PROJETOS COM O TERCEIRO SETOR 134

ANEXO 1 DECRETO Nº 6.527, DE 1º DE AGOSTO DE 2008 178

ANEXO 2 MEMBROS E SUPLENTES DO COFA EM 2012 182

ANEXO 3 EQUIPE BNDES/FUNDO AMAZÔNIA 186

ANEXO 4 PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 187

ANEXO 5 RELATÓRIO DA AUDITORIA DE CUMPRIMENTO 203

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerada a maior reserva de diversidade biológica do mundo, a Amazônia é também o maior bioma brasileiro em extensão, ocupando quase metade do território nacional (49,29%).

A Bacia Amazônica corresponde a dois quintos do território da América do Sul. Sua área de aproximadamente sete milhões de quilômetros quadrados abriga a maior rede hidrográfica do planeta, que escoa cerca de um quinto do volume de água doce de superfície do mundo.

Sessenta por cento da Bacia Amazônica encontra-se em território brasileiro, onde o Bioma Amazônia ocupa cinco unidades da federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima), grande parte de Rondônia (98,8%), mais da metade de Mato Grosso (54%), além de parte do Maranhão (34%) e de Tocantins (9%), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

FIGURA 1: BIOMA AMAZÔNIA X AMAZÔNIA LEGAL

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

FIGURA 2: AMAZÔNIA – ALGUNS CONCEITOS

Bacia Amazônica	**Onde fica:** Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Bolívia e Brasil (Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Pará e Amapá).
	Área: 6,5 milhões de km²
	O que é: conjunto de recursos hídricos que convergem para o rio Amazonas, ocupando dois quintos da América do Sul e 5% da superfície terrestre. É a maior rede hidrográfica do planeta, responsável por escoar cerca de um quinto do volume de água doce do mundo. De sua área total, cerca de 3,8 milhões de km² encontram-se no Brasil.
Bioma Amazônia	**Onde fica:** nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, parte de Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins.
	Área: 4,2 milhões de km²
	O que é: o Bioma Amazônia é formado por regiões que têm clima, vegetação florestal, fauna e dinâmicas e processos ecológicos similares.
Amazônia Legal	**Onde fica:** nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins e parte do Maranhão.
	Área: 5,2 milhões de km²
	O que é: área instituída pelo governo brasileiro que reúne regiões de idênticos problemas econômicos, políticos e sociais. Engloba nove estados brasileiros pertencentes à Bacia Amazônica, ou seja, que possuem em seu território trechos da Floresta Amazônica, mas também outros biomas.

OBJETIVOS DO FUNDO AMAZÔNIA

O Fundo Amazônia visa contribuir para a redução das emissões de gases do efeito estufa resultantes do desmatamento e da degradação das florestas. É um instrumento de captação de recursos de doações voluntárias para aplicação não reembolsável em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável no Bioma Amazônia.

A gestão do Fundo Amazônia foi atribuída ao BNDES, que é responsável pela captação e aplicação de recursos, pelo acompanhamento e monitoramento das ações e dos projetos apoiados, pela prestação de contas e comunicação dos resultados obtidos de forma contínua e transparente, além de exercer a secretaria executiva do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA).

Para alcançar seus objetivos, o Fundo Amazônia pode apoiar projetos nas seguintes áreas temáticas, especificadas no Decreto 6.527/08:[1]

1 O texto integral do decreto encontra-se no Anexo 1 do presente relatório.

I. Gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
II. Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
III. Manejo florestal sustentável;
IV. Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta;
V. Zoneamento Ecológico-Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
VI. Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
VII. Recuperação de áreas desmatadas.

O decreto prevê ainda a utilização de até 20% dos recursos do fundo no apoio ao desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em florestas tropicais de outros países.

As iniciativas elegíveis ao apoio do Fundo Amazônia devem estar em consonância com o Plano Amazônia Sustentável (PAS), o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), os planos estaduais de Prevenção e Combate ao Desmatamento, as diretrizes e critérios do COFA, bem como as políticas operacionais do BNDES.

EVOLUÇÃO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Evolução

É imponente o sucesso do país no enfrentamento da questão do desmatamento na Amazônia a partir de uma visão ampla e articulada, na qual o PCCDAM representa a alavanca que coordena a atuação de diversas instituições e orienta iniciativas, entre estas o Fundo Amazônia.

Assim como a amplitude de sua missão aponta, o cenário de atuação do Fundo Amazônia também se encontra em constante movimento, apresentando renovados desafios que demandam esforços permanentes de reflexão e atualização da sua estratégia de atuação. Esses desafios são compartilhados por meio da governança participativa do Fundo Amazônia, representada pelo COFA, presidido pelo Ministério do Meio Ambiente.

Apesar do tempo relativamente breve de operação, três anos e meio de efetivo funcionamento, vários avanços podem ser identificados na implementação desse mecanismo inovador de financiamento da conservação ambiental com desenvolvimento sustentável da Floresta Amazônica.

A permanente busca por resultados faz jus à confiança depositada pelos doadores que contrataram mais US$ 180 milhões[2] no ano de 2012. É de fundamental importância a continuidade do

2 NOK 1.000.000.000,00 e R$ 613.531,38, convertidos em dólar do dia 31.12.2012.

consistente apoio que os doadores têm dado ao Fundo Amazônia, assim como a busca de novos doadores, que permanece um objetivo essencial a ser perseguido.

É expressiva a importância do fundo na mobilização de recursos não reembolsáveis direcionados para a Região Amazônica. São R$ 440 milhões com destinação aprovada, sendo R$ 142 milhões já desembolsados e diretamente alocados em estados, prefeituras, ONGs e universidades, em projetos que contribuirão para a consolidação dos resultados da redução do desmatamento alcançado, fomentando e apoiando o desenvolvimento em bases sustentáveis.

Em 2012, foram aprovados mais 14 projetos, no valor total de R$ 179 milhões. Esses projetos estão em linha com os três eixos de atuação do PPCDAM, fundamentalmente relacionados aos objetivos do Fundo Amazônia.

No eixo Monitoramento e Controle Ambiental, foram aprovados mais quatro projetos em apoio aos corpos de bombeiros da região dos estados do Acre, Tocantins, Rondônia e Pará. Somado ao projeto do Mato Grosso, aprovado em 2011, mais da metade dos estados do bioma terá suas ações de combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas reforçadas, com um investimento total de mais de R$ 60 milhões.

As grandes distâncias e dificuldades logísticas, a vulnerabilidade das unidades de conservação (UC), a utilização do fogo em práticas agropecuárias não adequadas ou com finalidades ilícitas reforçam a importância do fortalecimento das ações de combate aos incêndios e queimadas ilegais no Bioma Amazônia.

No eixo do Fomento a Atividades Produtivas Sustentáveis, deu-se continuidade ao apoio às instituições de pequeno porte, que envolvem benefícios diretos ao público-alvo prioritário do Fundo Amazônia, isto é, comunidades tradicionais, povos indígenas, assentados e agricultores familiares.

Em atendimento à prioridade estabelecida pelo COFA, foram aprovados mais dois projetos para a realização de editais de seleção, no prazo de três a cinco anos. Tais projetos serão implementados em parceria com a Fundação Banco do Brasil, que possui larga experiência na replicação de tecnologias sociais, e pelo Instituto Sociedade, População e Natureza, com atuação destacada nesse tipo de apoio.

Por sua vez, a Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis, lançada em 2012, representará uma atuação vigorosa na área, por intermédio de instituições parceiras, que desempenham o papel de aglutinadoras de projetos.

Dessa forma, considerando também o apoio dado ao Fundo Dema, em 2011, espera-se aumentar de forma expressiva a escala de apoio a pequenos projetos, alcançando centenas de instituições de menor porte e um investimento total de cerca de R$ 87 milhões de recursos do Fundo Amazônia.

O apoio às atividades produtivas que promovam a utilização sustentável dos recursos da região avança rumo ao equilíbrio dos aspectos sociais, econômicos e ambientais do processo de redução do desmatamento, contribuindo para a consolidação dos resultados já alcançados. Para uma transformação mais profunda no modelo de desenvolvimento da região, com melhoria na qualidade de vida de seus habitantes, faz-se necessário o desenvolvimento de cadeias de conhecimento e inovação, que deem suporte tanto ao planejamento territorial e o aprimoramento dos instrumentos de controle, como à valorização dos serviços e produtos da floresta.

Nesse sentido, em 2012, foram aprovados mais seis projetos, que totalizam R$ 82,6 milhões, para ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade e recursos naturais da região, abarcando instituições com diferentes perfis de atuação.

Serão apoiadas as pesquisas feitas pela Universidade Federal do Pará em temas como biodiversidade, propriedades bioquímicas do açaí, ecologia de manguezais e processos de ocupação do território. O projeto do Instituto Mamirauá, no Estado do Amazonas – uma das iniciativas mais adiantadas na construção de um modelo de desenvolvimento adequado para as florestas de várzea da região –, desenvolverá iniciativas de manejo e gestão participativa em reservas de desenvolvimento sustentável, unificando os saberes acadêmicos e tradicionais.

E numa ação de amplo espectro de resultados, com equipes de campo percorrendo a totalidade desse bioma, será realizado o Inventário Florestal da Amazônia Brasileira, com extenso levantamento de informações acerca dos recursos florestais, estoque de carbono e uso do território pelas populações da região.

Completando o total de projetos aprovados no ano, foi aprovado mais um projeto com município (Porto de Moz, Pará) e o Programa de Qualificação da Gestão Ambiental do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, parceria estratégica para apoiar, em larga escala, a capacitação especializada em gestão ambiental, demanda recorrente nos projetos de grande parte das prefeituras da região.

O ano de 2012 marcou o início da atuação internacional do Fundo Amazônia, com o enquadramento (aceitação para a análise) do projeto proposto pela Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (OTCA), que abrange outros sete países da América do Sul com presença do Bioma Amazônia. Para tanto, foi importante o detalhamento, pelo COFA, das diretrizes e critérios apli-

cáveis aos projetos em outros países e biomas, objeto de discussão preliminar em um grupo de trabalho formado pelo Ministério de Meio Ambiente, Ministério de Relações Exteriores e BNDES.

Momento importante no ano foi a participação na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, em junho. Foi um período intenso de aprendizado e atividades, com a participação em seminários, além da realização de diversas reuniões aproveitando a presença na cidade de representantes dos projetos ou de segmentos interessados no fundo, como os índios ashaninkas, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e a Fundação Amazonas Sustentável (FAS).

A participação teve como destaque a realização do seminário "Fundo Amazônia: Construindo sua História", em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente. Foram relatados os resultados e as experiências de implementação de oito projetos apoiados pelo fundo. Além desse seminário, e, com o objetivo de propiciar maior conhecimento sobre os projetos da carteira do fundo, foi publicado um relatório especial com a descrição das características e informações de cada projeto aprovado até dezembro de 2011. Foi divulgado, ainda, o novo filme institucional, no qual os projetos foram relatados a partir da visão e pela voz dos beneficiários finais dos projetos.

Após três anos e meio de efetivo funcionamento, o Fundo Amazônia encerrou o ano de 2012 com um portfólio de 36 projetos apoiados, os quais compreendem investimentos em diversas das áreas previstas no Decreto 6.527/2008 e de acordo com as diretrizes e critérios do COFA, estabelecidas para atuação do fundo no período em referência.

Desafios e perspectivas

Para os próximos anos, a perspectiva é de que o Fundo Amazônia possa alcançar um novo patamar de atuação, concentrando esforços para o desenvolvimento de projetos estruturantes em áreas fundamentais do combate ao desmatamento e que propiciem a estruturação de bases sólidas para o desenvolvimento sustentável da região.

Para tanto, faz-se necessário intensificar os esforços para a identificação de estratégias integradas e articuladas, bem como definir focos e prioridades para o apoio de iniciativas e projetos com elevado potencial de impacto direto ou indireto no combate ao desmatamento no Bioma Amazônia, isto é, com ampla escala de intervenção e alto grau de resolubilidade.

O mencionado apoio à realização do Inventário Florestal Nacional, por parte do Serviço Florestal Brasileiro, avança nessa direção. A agenda de reflexão estratégica inclui, por exemplo, o apoio à implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em todo o país – alçado, com o novo Código Florestal, à política prioritária de regularização ambiental – e o apoio aos povos indígenas, com ênfase na execução da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI).

Destaque-se a parceria com o Ministério do Meio Ambiente na constituição de um grupo de trabalho com o BNDES para a busca de soluções para questões centrais na redução do desmatamento.

O COFA, como espaço primordial de diálogo com a sociedade, cumpre a relevante função de indicação dos caminhos a seguir, seja aprovando as diretrizes e os critérios de atuação do fundo, bem como instituindo comissões para temas específicos.

Sem descuidar da consolidação dos avanços conquistados, a definição de focos prioritários para a atuação do Fundo Amazônia em cada período de tempo constitui-se tarefa de enorme relevância, evidenciando a estratégia a ser seguida e propiciando clareza no acompanhamento de sua execução e na mensuração de seus resultados.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Do montante total contratado com os doadores até o fim do exercício de 2012, o fundo comprometeu aproximadamente 32%, isto é, o valor de R$ 439.778.543,59, em 36 projetos. São projetos expressivos, com valor médio de R$ 12 milhões. No fim de 2012, encontravam-se na carteira do fundo, em análise pelos técnicos do BNDES, outros 53 projetos no valor de R$ 1.419.636.587,92, muitos dos quais com probabilidade de aprovação no decorrer de 2013. Somados, esses projetos atingiam R$ 1.859.415.131,51.[3]

3 Mais informações sobre a carteira de projetos estão disponíveis no *site* do Fundo Amazônia: <www.fundoamazonia.gov.br>.

Os desembolsos para os projetos apoiados ocorrem parceladamente no decorrer de sua implantação e seguem os prazos estabelecidos nos cronogramas físico-financeiros previstos no momento de sua formulação. No caso dos projetos apoiados com recursos do Fundo Amazônia, esses projetos usualmente têm sua execução planejada para um a cinco anos. Isso significa que o valor de um projeto contratado com duração de três anos, por exemplo, só será totalmente desembolsado no fim do terceiro ano, contado a partir da data de sua contratação.

O ritmo e os prazos de liberação dos recursos para projetos são também influenciados pelo tempo necessário para o cumprimento de condições obrigatórias, por exemplo: os normativos legais exigíveis para a realização de procedimentos licitatórios na aquisição de bens e serviços nos projetos de responsabilidade de instituições governamentais; as exigências de conformidade ambiental e de regularização fundiária, procedimentos complexos e de lenta resolução. Em geral, esses fatores alongam o prazo inicial de desembolsos para os projetos, que a partir de então entram no ritmo comandado por suas especificidades de implementação.

RESULTADOS ESPERADOS

Do momento inicial até sua completa execução, que, como visto, pode variar de um a cinco anos, os 36 projetos apoiados até 2012 apresentam significativo potencial de impacto com relação aos objetivos do Fundo Amazônia, conforme se depreende das metas consolidadas na lista a seguir:

1. N° de famílias beneficiadas com pagamento por serviços ambientais: 12.569
2. N° de indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis: 4.665
3. N° de indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas: 400
4. N° de indivíduos participantes de eventos de sensibilização ou de eventos integradores: 13.346
5. N° de oficinas e cursos de capacitação: 339
6. N° de famílias (imóveis) rurais beneficiadas com assistência técnica: 3.150
7. N° de propriedades com projetos de produção sustentável: 2.200
8. Número de organizações comunitárias fortalecidas: 120

9. N° de nascentes recuperadas: 1.200

10. N° de órgãos ambientais estruturados (estaduais e municipais): 29

11. Área de imóveis com mapeamento georreferenciado realizado para fins de CAR (ha): 10.000.000

12. N° de imóveis que tiveram seu pedido de adesão ao CAR protocolado: 103.000

13. Área de propriedades rurais georreferenciadas para fins de regularização fundiária (ha): 58.955

14. N° de propriedades rurais com situação fundiária regular: 800

15. N° de UCs apoiadas (federal e estadual): 84

16. Extensão de áreas protegidas com gestão ambiental e/ou controle de seu território fortalecido (km²): 560.740

17. Área de UCs a serem criadas (km²): 135.000

18. N° de indígenas beneficiados: 7.000

19. Montante do apoio a projetos de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), incluindo a realização do Inventário Florestal Nacional no Bioma Amazônia: R$ 98,3 milhões

20. Área do Bioma Amazônia com inventário florestal realizado com informações acerca de seus recursos florestais, estoque de carbono e uso do território por populações locais: 4,1 milhões de km²

21. Montante do apoio a projetos de combate a incêndios florestais e queimadas ilegais: R$ 62,7 milhões

22. N° de indivíduos capacitados em técnicas de combate ao fogo para formação de brigadas civis: 1.760

É importante lembrar que esses indicadores representam a consolidação de algumas das metas dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, podendo sofrer alterações. Por exemplo, ao longo de 2012 foi cancelado o projeto aprovado em favor do município de Cumaru do Norte, bem como foram alteradas as metas do projeto que está sendo executado pelo estado do Pará, que visa, entre outros objetivos, ao fortalecimento da gestão ambiental municipal por meio da estruturação física e operacional de suas unidades administrativas de meio ambiente.

DADOS SOBRE O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Dados preliminares do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicam que o desmatamento na Amazônia, durante o período de 1º de agosto de 2011 a 31 de julho de 2012 (ano florestal de 2012), foi de 4.656 km^2. Nos últimos quatro anos, como se nota no Gráfico 1, ocorreram sistematicamente as menores taxas de desmatamento (TD) desde que esse instituto deu início ao monitoramento da cobertura vegetal na Amazônia, há 25 anos.

GRÁFICO 1: DESMATAMENTO ANUAL NA AMAZÔNIA LEGAL, POR CORTE RASO (EM KM²)

Fonte: Prodes/Inpe.

TABELA 1: ÁREA DESMATADA (EM KM²) NA AMAZÔNIA LEGAL, ENTRE 1988 E 2012

Ano	Área desmatada	Ano	Área desmatada	Ano	Área desmatada	Ano	Área desmatada
1988	21.050	1995	29.059	2002	21.651	2008	12.911
1989	17.770	1996	18.161	2003	25.396	2009	7.464
1990	13.730	1997	13.227	2004	27.772	2010	7.000
1991	11.030	1998	17.383	2005	19.014	2011	6.418
1992	13.786	1999	17.259	2005	19.014	2012*	4.656
1993	14.896	2000	18.226	2006	14.286		
1994	14.896	2001	18.165	2007	11.651		

*Taxa de desmatamento estimada para a Amazônia Legal no ano florestal de 2012.

Na Tabela 2, podem-se verificar as taxas estimadas de desmatamento, em 2012, nos estados que compõem a Amazônia Legal, comparadas às taxas de desmatamento consolidadas no ano anterior.

TABELA 2: DESMATAMENTO POR ESTADO

Estados	Desmatamento 2011 (km²)	Desmatamento 2012 (km²)	% incremento 2011-2012
Acre	280	308	10,0
Amazonas	502	646	28,7
Amapá	66	31	-53,0

continua

continuação

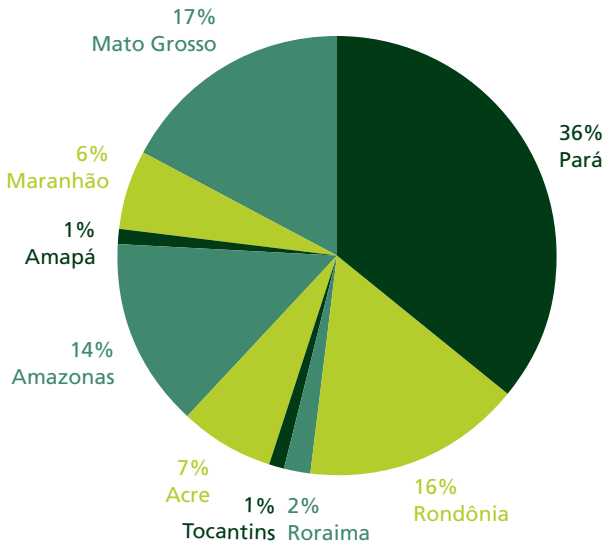
Estados	Desmatamento 2011 (km²)	Desmatamento 2012 (km²)	% incremento 2011-2012
Maranhão	396	267	-32,6
Mato Grosso	1.120	777	-30,6
Pará	3.008	1.699	-43,5
Rondônia	865	761	-12,0
Roraima	141	114	-19,1
Tocantins	40	53	32,5
Amazônia Legal	6.418	4.656	-27,5

Fonte: Prodes/Inpe.

É interessante observar que, dos nove estados da Amazônia Legal, seis tiveram queda nas taxas anuais de desmatamento. Amapá e Pará apresentaram as reduções percentuais mais significativas.

Destaca-se a redução expressiva nas taxas de desmatamento nos estados do Pará e de Mato Grosso. Em 2011, esses dois estados foram responsáveis pelo desmatamento de 4.128 km², ao passo que, em 2011, essa área diminuiu para 2.476 km², uma redução de 40%. A queda do desmatamento nesses estados contribuiu de modo significativo para a redução verificada na taxa de desmatamento da Amazônia Legal.

GRÁFICO 2: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL, POR ESTADO



Fonte: Prodes/Inpe.

GOVERNANÇA E CAPTAÇÃO

GOVERNANÇA DO FUNDO AMAZÔNIA

O modelo de governança do Fundo Amazônia foi planejado para propiciar o diálogo entre públicos de interesses múltiplos e contribuir para o pleno alcance de suas metas e finalidades.

O Fundo Amazônia conta com uma estrutura de governança inclusiva, da qual fazem parte representantes do Governo Federal, dos governos dos estados da Amazônia Legal brasileira envolvidos no combate ao desmatamento, da sociedade civil (organizações não governamentais, movimentos sociais, povos indígenas e setor empresarial) e da comunidade científica, além de auditores independentes responsáveis por verificar a adequada aplicação dos recursos doados, conforme ilustra a figura a seguir.

FIGURA 3: GOVERNANÇA DO FUNDO AMAZÔNIA

Fonte: BNDES.

Comitê Técnico do Fundo Amazônia

Instituído pela Portaria MMA 345, de 22 de outubro de 2008, o CTFA tem por atribuição atestar as emissões de carbono oriundas de desmatamento (ED) calculadas pelo Ministério do

Meio Ambiente. Para tanto, devem-se avaliar a metodologia de cálculo da área de desmatamento e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

O CTFA se reúne ordinariamente uma vez por ano e é formado por especialistas com notório saber técnico-científico, designados pelo Ministério do Meio Ambiente depois de consulta ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. O mandato dos membros é de três anos, prorrogável uma vez por igual período.

A participação no CTFA é considerada de interesse público e não enseja qualquer tipo de remuneração.

Reunião do Comitê Técnico do Fundo Amazônia

Em novembro de 2012, foi realizada a reunião anual do CTFA, na qual foram estabelecidos o valor estimado de redução das emissões relativo ao ano florestal de 2011, correspondente a 490,2 milhões de toneladas de CO_2, e o valor limite para captação do Fundo Amazônia relativo a esse período, de US$ 2.451.054.100,00.

Nessa reunião, seus membros recomendaram alterar a quantidade de carbono por hectare contido na biomassa florestal, utilizada no cálculo da estimativa da redução das emissões decorrentes do desmatamento, de 100 tC/ha para 132,2 tC/ha.

Desde a criação do Fundo Amazônia, o CTFA atestou os seguintes valores de redução das emissões, apresentados na Tabela 3.

TABELA 3: REUNIÕES ANUAIS DO COMITÊ TÉCNICO DO FUNDO AMAZÔNIA

Reunião	Data	Ano da redução	Valor estimado de redução das emissões (em milhões de toneladas de CO_2)
1ª	10.11.2008	2006	200,0
		2007	303,0
2ª	1.12.2009	2008	245,7
3ª	13.12.2010	2009	445,9
4ª	20.10.2011	2010	462,9
5ª	14.11.2012	2011	490,2

Comitê Orientador do Fundo Amazônia

O Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) tem por atribuição estabelecer as diretrizes e os critérios de aplicação dos recursos, bem como aprovar as informações sobre a aplicação dos recursos e o Relatório Anual do Fundo Amazônia.

Ao COFA cabe ainda o papel de zelar pelo alinhamento das iniciativas apoiadas pelo Fundo Amazônia, em conformidade com as políticas públicas do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) e das diretrizes estratégicas do Plano Amazônia Sustentável (PAS).

Em 2012, o COFA aprovou, por meio eletrônico, o Relatório Anual do Fundo Amazônia. Ainda nesse ano, por ocasião da Rio+20, membros das bancadas federal, estadual e da sociedade civil participaram da mesa de abertura do seminário "Fundo Amazônia: Construindo sua História", realizado em conjunto pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo BNDES. No seminário, foram relatados os resultados e as experiências de implementação de oito projetos apoiados pelo fundo, da perspectiva dos próprios beneficiários.

Também no mês de junho houve a aprovação, por meio eletrônico, de alterações nos critérios e diretrizes de implementação do apoio do Fundo Amazônia a outros países tropicais e a outros biomas brasileiros, no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento. As alterações aprovadas estão sumarizadas a seguir:

- Como etapa de consideração de projetos internacionais, o BNDES solicitará, previamente a seu processo de enquadramento de projetos, avaliação formal do Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre a prioridade e os impactos do projeto no que se refere às relações externas do Brasil.
- Em outros países tropicais, o apoio do Fundo Amazônia será limitado a projetos que contribuam para a criação ou o aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal. Entende-se por sistemas de monitoramento da cobertura florestal a aplicação de técnicas que envolvam o processamento (ex.: georreferenciamento, realces e classificação) de imagens da superfície terrestre (satelitais ou aerotransportadas) para fins de mapeamento temático da vegetação com o uso da informação produzida (ex.: elaboração de mapas, análises espaciais e estatísticas) para o subsídio à gestão florestal. Os projetos devem ser apresentados pelo governo central do país beneficiário, por instituições multilaterais ou, ainda, por instituições brasileiras governamentais, devendo contar com a anuência formal, nos dois últimos casos, do governo central do país que se beneficiará com as ações a serem desenvolvidas pelo projeto.
- No âmbito do apoio a outros biomas brasileiros, terão prioridade os projetos de sistemas de monitoramento por bioma, de caráter permanente, que contribuam para o monitoramento em escala nacional e de sistema de controle do desmatamento, queimadas e incêndios florestais, conforme planos de prevenção e controle. O COFA definiu que os projetos de cadastramento ambiental rural são considerados parte dos sistemas de controle ambiental e poderão ser apoiados pelo Fundo Amazônia em outros biomas.

Reuniões do Grupo de Trabalho para tratar do apoio aos povos indígenas

Criado na 12ª reunião do COFA, em 14 de dezembro de 2011, o Grupo de Trabalho tem o propósito de refletir e debater sobre as alternativas e modelos de atuação que melhor contemplem os povos indígenas e suas organizações.

O Grupo de Trabalho é composto de representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Ministério do Meio Ambiente, da Coordenação das Nações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) e do BNDES e poderá contar com outras entidades que possam contribuir com as discussões.

Até o fim de 2012, foram realizadas quatro reuniões, nas seguintes datas: 24 de abril, 10 de maio, 1° de junho e 22 de outubro. Os resultados desse grupo serão oportunamente apresentados ao COFA.

Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia em 2012

As diretrizes e os critérios para a aplicação dos recursos do Fundo Amazônia contêm as principais deliberações normativas do COFA a respeito dos critérios orientadores, condicionantes mínimos para projetos, modalidades de aplicação dos recursos, restrição de uso dos recursos, critérios de equidade na aplicação dos recursos e limitações na aplicação dos recursos. Sua última atualização ocorreu em 8 de junho de 2012.

PROJETOS NO BIOMA AMAZÔNIA

A	Critérios Orientadores
B	Condicionantes Mínimos para Projetos
C	Modalidades de Aplicação dos Recursos
D	Restrição de Uso dos Recursos
E	Critérios de Equidade na Aplicação dos Recursos
F	Limitações na Aplicação dos Recursos

PROJETOS NOS DEMAIS BIOMAS BRASILEIROS

G1-G4	Critérios Orientadores
G5-G14	Condicionantes Mínimos para Projetos
G15-G16	Modalidades de Aplicação dos Recursos
G17-G19	Restrição de Uso dos Recursos
G20	Critérios de Equidade na Aplicação dos Recursos

PROJETOS EM OUTROS PAÍSES TROPICAIS

H1-H3	Critérios Orientadores
H4-H12	Condicionantes Mínimos para Projetos
H13-H14	Modalidades de Aplicação dos Recursos
H15-H17	Restrição de Uso dos Recursos
H18	Critérios de Equidade na Aplicação dos Recursos

CONSOLIDADO EM: 8.6.2012

Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia no Bioma Amazônia

ÁREA DE APLICAÇÃO	LIMITE DE APLICAÇÃO DO TOTAL DOS RECURSOS DISPONÍVEIS NO ANO	TABELAS
Projetos no Bioma Amazônia	sem limite	A-F

A. CRITÉRIOS ORIENTADORES

Código	Critérios
A1	Geográfico
A2	Temático
A3	Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada
A4	Público-Alvo
A5	Relevância
A6	Linhas de aplicação BNDES

B. CONDICIONANTES MÍNIMOS PARA PROJETOS

Código	Condicionantes
B1	Indicadores de resultados
B2	Proponentes / executores
B3	Participação social
B4	Coerência com áreas temáticas Fundo Amazônia
B5	Coerência com o Plano Federal e os Planos Estaduais de Prevenção e Combate ao Desmatamento
B6	Coerência com PAS
B7	Contribuição para REDD
B8	Adicionalidade de recursos
B9	Contrapartida
B10	Base territorial
B11	Publicidade e transparência
B12	Sustentabilidade do projeto

continua

continuação

B. CONDICIONANTES MÍNIMOS PARA PROJETOS

Código	Condicionantes
B13	Desconcentração dos recursos
B14	Benefícios de uso coletivo
B15	Não substituição de outras fontes de financiamento

C. MODALIDADES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Código	Modalidades
C1	Aplicação direta – Investimento
C2	Aplicação direta – Custeio
C3	Pagamento por serviços ambientais
C4	Serviços continuados de longo prazo
C5	Aplicação indireta

D. RESTRIÇÃO DE USO DOS RECURSOS

Código	Restrições
D1	Diárias
D2	Pagamento de pessoas físicas
D3	Impostos e tributos

E. CRITÉRIOS DE EQUIDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Código	Critérios
E1	Equidade na aplicação de recursos por estado
E2	Equidade por tipo de proponente

F. LIMITAÇÕES NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Código	Limitações
F1	Projetos com fins econômicos
F2	Projetos com fins econômicos de apoio a grupos sociais fragilizados
F3	Projetos com fins econômicos de Arranjos Produtivos Locais (APLs) de uso coletivo
F4	Projetos com fins econômicos de pesquisa científica e tecnológica desenvolvidos em cooperação entre Instituições Tecnológicas (ITs) e entidades com fins econômicos

CRITÉRIOS ORIENTADORES

A1. Geográfico

- Projetos realizados nos municípios prioritários para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento (a definição destes municípios é realizada em conformidade com o art. 2 do Decreto 6.321/2007);
- Projetos realizados nos municípios sobre área de influência de grandes obras do PAC; e
- Projetos realizados nos municípios/regiões com maior conservação da cobertura florestal.

A2. Temático

Ações para valorizar a floresta em pé (conservação e uso sustentável)

a. Promoção e incremento na escala de produção de cadeias produtivas de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originados em manejo sustentável da floresta incluindo planos de manejo, pesquisa, inovação, e difusão científica e tecnológica, desenvolvimento de mercado, treinamento e capacitação;

b. Implementação de sistemas de pagamento por serviços ambientais associados ao incremento e/ou manutenção da cobertura florestal e/ou sistemas florestais e agroflorestais;

c. Desenvolvimento e implantação de modelos de recuperação de APPs e Reserva Legal, com ênfase no uso econômico; o uso econômico de APPs somente será apoiado nos termos da legislação em vigor;

d. Consolidação de áreas protegidas, em especial as Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Terras Indígenas;

Ações para promover ordenamento territorial e regularização fundiária

e. Destinação de Florestas Públicas Não Destinadas, com a priorização para as florestas comunitárias;

f. Repressão à grilagem de terras, regularização e ordenamento fundiário, preferencialmente em áreas com maior concentração de posses e/ou conflitos; regularização fundiária inclui os processos de regularização e o acompanhamento desses processos pela sociedade;

Ações para estruturar e integrar os sistemas de controle, monitoramento e fiscalização ambiental na Amazônia

g. Apoio à estruturação dos órgãos estaduais responsáveis pela gestão ambiental estadual;

h. Apoio à implementação de sistemas municipais de monitoramento e fiscalização ambiental;

i. Estruturação e integração dos sistemas de controle da gestão florestal, do licenciamento ambiental das propriedades rurais e de rastreamento e cadeia de custódia de produtos agropecuários e florestais;

j. Ampliação e intensificação dos sistemas de monitoramento do desmatamento e degradação florestal.

A3. Diversidade de Atores Envolvidos e Governança Compartilhada

Projetos que envolvam a articulação entre diversos atores, do setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais, com estrutura de governança compartilhada.

A4. Público-Alvo

Projetos envolvendo benefícios diretos a comunidades tradicionais, assentamentos e agricultores familiares.

A5. Relevância

Projetos com maior potencial de replicabilidade.

Projetos com maior potencial de impacto (ex. R$ / hectare de floresta protegido ou manejado sustentavelmente).

A6. Linhas de Aplicação BNDES

Priorizar os projetos que contemplem as linhas (a) atividades produtivas sustentáveis e (b) desenvolvimento científico e tecnológico. O BNDES deve envidar esforços para aplicar recursos nas áreas prioritárias, incluindo instrumentos de indução da demanda.

CONDICIONANTES MÍNIMOS PARA PROJETOS

B1. Indicadores de Resultados

Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados aos objetivos do Fundo Amazônia.

B2. Proponentes/Executores

Projeto deve incluir anuência de todos os parceiros e coexecutores.

B3. Participação Social

Projetos envolvendo comunidades tradicionais e povos indígenas devem, obrigatoriamente, apresentar documento que comprove o consentimento prévio dessas comunidades ou de suas instituições representativas. As comunidades envolvidas deverão ser explicitadas no projeto. Projetos relacionados às atribuições dos órgãos públicos, ou ao estabelecimento de políticas públicas, não necessitam, obrigatoriamente, da anuência dos beneficiários.

B4. Coerência com Áreas Temáticas Fundo Amazônia

Projeto deve se enquadrar em pelo menos uma área temática do Decreto 6.527/2008.

B5. Coerência com o Plano Federal e os Planos Estaduais de Prevenção e Combate ao Desmatamento

Projeto deve demonstrar clara coerência com ações previstas no PPCDAM e nos Planos Estaduais de Prevenção e Combate ao Desmatamento. Na ausência do Plano Estadual de Prevenção e Combate ao Desmatamento, não se aplica o critério.

B6. Coerência com PAS

Projeto deve demonstrar clara coerência com diretrizes do PAS.

B7. Contribuição para REDD

Projeto deve contribuir direta ou indiretamente para levar à REDD.

B8. Adicionalidade de Recursos

Projetos devem representar adicionalidades aos orçamentos públicos destinados as áreas de aplicação do Fundo Amazônia.

B9. Contrapartida

Deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, demonstrando adicionalidades aos recursos tomados do Fundo Amazônia e produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do fundo. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.
Na aplicação deste Critério, poderão ser considerados os seguintes aspectos:

- orçamento médio executado nos 2 anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta;
- grau de contingenciamento de recursos no orçamento público para a execução da ação;
- previsão nos planos plurianuais de governo vigentes (PPAs).

B10. Base Territorial

Projetos devem explicitar a sua base territorial de aplicação (estado e, onde aplicável, município)

B11. Publicidade e Transparência

Projetos devem contar com mecanismo de divulgação de sua implementação pela internet. O BNDES disponibilizará ferramenta padronizada de integração e divulgação de informações atualizadas da implementação de todos os projetos.

B12. Sustentabilidade do Projeto

Apresentar estratégias de sustentação dos resultados do projeto pós-implementação.

B13. Desconcentração dos Recursos

O valor aplicado em cada uma das quatro modalidades operacionais não deve ser menor que 10% ou maior que 40% dos recursos disponíveis no ano, observado o critério de equidade.

B14. Benefícios de Uso Coletivo

Os resultados dos projetos com fins econômicos devem ser de uso coletivo ou público, relacionados a:

- infraestrutura produtiva de uso coletivo;

continua

continuação

B14. Benefícios de Uso Coletivo

- estudos e levantamentos com resultados disponibilizados à coletividade;
- treinamento e capacitação abertos à coletividade;
- desenvolvimento tecnológico com resultados abertos à coletividade, sempre que viável;
- inovações replicáveis e de aplicação prática;
- outros benefícios coletivos identificados no processo de avaliação dos projetos.

B15. Não Substituição de Outras Fontes de Financiamento

Os recursos do Fundo Amazônia não podem substituir outras fontes de financiamento disponíveis.

MODALIDADES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

C1. Aplicação Direta – Investimento

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros.
Inclui investimentos em construções, equipamentos, treinamento e capacitação para estabelecimento de iniciativas. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

C2. Aplicação Direta – Custeio

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros.
Inclui gastos de viagem/missões de campo, consultorias de pessoa física ou jurídica, materiais de campo, comunicação entre outros. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

C3. Pagamento por Serviços Ambientais

Pagamentos realizados aos provedores de serviços ambientais. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

C4. Serviços Continuados de Longo Prazo

São serviços que devem ser sustentados a longo prazo para obtenção de resultados de longo prazo como monitoramento de desmatamento ou degradação florestal, inventário florestal entre outros. Os projetos de serviços continuados poderão ser de até 10 anos e deverão contar com mecanismo de acompanhamento contínuo de sua implementação e divulgação pública de seus resultados. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

C5. Aplicação Indireta

Aplicações indiretas por intermédio de iniciativas agregadoras de pequenos projetos, aí incluídos fundos e outras organizações implementadoras de projetos.

RESTRIÇÃO DE USO DOS RECURSOS

D1. Diárias

Não poderão ser pagas diárias para funcionários públicos (não se aplica esta restrição a atividades de pesquisa envolvendo instituições públicas de pesquisa).

D2. Pagamento de Pessoas Físicas

Não poderão ser efetuados pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a servidores públicos em regime de dedicação exclusiva nas três esferas de governo (não se aplica a restrição ao pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa especificamente relacionadas ao projeto).

D3. Impostos e Tributos

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes e ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto (restrição não se aplica a tributos relacionados às atividades dos projetos, como ICMS incluído nos preços dos produtos; INSS sobre o pagamento de serviços de pessoa física etc.).

CRITÉRIOS DE EQUIDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

E1. Equidade na Aplicação de Recursos por Estado

Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo estado.

E2. Equidade por Tipo de Proponente

Evitar a concentração de recursos entre os tipos de proponentes: órgãos públicos, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil. No contexto do Fundo Amazônia, incluem-se em sociedade civil as Organizações Não Governamentais, representações de classe, empresas e outras instituições de direito privado.

LIMITAÇÕES NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

F1. Projetos com Fins Econômicos

Participação máxima do Fundo Amazônia:

90% para projetos que envolvam micro e pequenas empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual menor ou igual a R$ 10,5 milhões;

70% para projetos que envolvam médias empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R$ 10,5 milhões e menor ou igual a R$ 60 milhões;

50% para projetos que envolvam grandes empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R$ 60 milhões.

Observação: na hipótese de início de atividades no próprio ano-calendário, os limites acima referidos serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses. Nos casos de empresas em implantação, será considerada a projeção anual de vendas utilizada no empreendimento, levando-se em conta a capacidade total instalada. Quando a empresa for controlada por outra empresa ou pertencer a um grupo econômico, a classificação do porte se dará considerando-se a receita operacional bruta consolidada.

F2. Projetos com Fins Econômicos de Apoio a Grupos Sociais Fragilizados

Participação máxima do Fundo Amazônia, em casos devidamente justificados: 100%. Os resultados econômicos que resultem dos projetos de apoio a grupos sociais fragilizados deverão ser distribuídos aos integrantes destes, independentemente de quem seja o proponente.

F3. Projetos com Fins Econômicos de Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Uso Coletivo

Participação máxima do Fundo Amazônia: 90%

F4. Projetos com Fins Econômicos de Pesquisa Científica e Tecnológica Desenvolvidos em Cooperação entre Instituições Tecnológicas (Its) e Entidades com Fins Econômicos

Participação máxima do Fundo Amazônia:

90% para projetos que envolvam micro e pequenas empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual menor ou igual a R$ 10,5 milhões;

80% para projetos que envolvam médias empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R$ 10,5 milhões e menor ou igual a R$ 60 milhões;

70% para projetos que envolvam grandes empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R$ 60 milhões – vide observação no item F1.

- Os beneficiários dos recursos financeiros do Fundo Amazônia serão as Instituições Tecnológicas (ITs) e/ou Instituições de Apoio (IAs).
- Instituição Tecnológica (IT): pessoa jurídica de direito público interno ou entidade direta ou indiretamente por ela controlada ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tenham por missão institucional, entre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, bem como desenvolvimento tecnológico.

continua

continuação

F4. Projetos com Fins Econômicos de Pesquisa Científica e Tecnológica Desenvolvidos em Cooperação entre Instituições Tecnológicas (Its) e Entidades com Fins Econômicos

- Instituições de Apoio (IA): instituições sem fins lucrativos criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e instituições criadas ao amparo da Lei 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que possuam esta mesma finalidade.
- As empresas e/ou demais entidades com fins econômicos com interesse estratégico nas pesquisas não serão beneficiárias diretas dos recursos. Elas serão intervenientes nas operações de financiamento e deverão aportar contrapartida financeira complementando os recursos do Fundo Amazônia.
- São apoiáveis os investimentos realizados em benefício da Instituição Tecnológica (IT), com propósito específico de atender aos objetivos do projeto.
- A participação na propriedade intelectual e nos resultados econômicos provenientes da exploração das criações resultantes do projeto obedecerá aos dispositivos previstos na Lei da Inovação (Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004). Assim, as partes deverão prever, em contrato, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados. Essas serão asseguradas, desde que previsto no contrato, na proporção equivalente ao montante do valor agregado do conhecimento já existente no início da parceria e dos recursos humanos, financeiros e materiais alocados pelas partes contratantes no projeto.
- Durante a etapa de análise, o BNDES verificará aspectos relacionados aos direitos de propriedade intelectual resultantes do projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação com intuito de evitar, quando pertinente, práticas restritivas de utilização e cessão desses direitos. Além dos aspectos referidos, o BNDES verificará, também, na etapa de análise, os critérios de rateio dos resultados financeiros do projeto.

G. Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia em projetos de desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento nos demais biomas brasileiros

ÁREA DE APLICAÇÃO	LIMITE DE APLICAÇÃO DO TOTAL DOS RECURSOS DISPONÍVEIS NO ANO	TABELAS
Projetos nos demais biomas brasileiros e em outros países tropicais	20%	G-H

CRITÉRIOS ORIENTADORES

G1. Diversidade de Atores Envolvidos e Governança Compartilhada

Projetos que envolvam a articulação entre diversos atores, do setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais, com estrutura de governança compartilhada.

G2. Relevância

Projetos que desenvolvam e implementem metodologia de monitoramento de longo prazo para REDD.

G3. Prioridade

No âmbito do apoio a outros biomas brasileiros, terão prioridade os projetos de sistema de monitoramento por bioma, de caráter permanente, que contribuam para o monitoramento em escala nacional e de sistema de controle do desmatamento, queimadas e incêndios florestais, conforme planos de prevenção e controle.

G4. Escopo

Projetos de cadastramento ambiental rural (CAR) são considerados parte dos sistemas de controle ambiental.

CONDICIONANTES MÍNIMOS PARA PROJETOS

G5. Indicadores de Resultado

Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados à implantação de sistema de monitoramento de desmatamento ou degradação florestal.

G6. Proponentes/Executores

Projeto deve incluir anuência de todos os parceiros e coexecutores.

G7. Participação Social

Projeto deve contar com uma instância de acompanhamento, necessariamente com participação de entes governamentais e da sociedade civil. Projetos que envolvam o desenvolvimento de sistemas de monitoramento devem contar com instância de acompanhamento, necessariamente com participação de entes governamentais e da sociedade civil. As comunidades envolvidas deverão ser explicitadas no projeto. Projetos relacionados às atribuições dos órgãos públicos, ou ao estabelecimento de políticas públicas, não necessitam, obrigatoriamente, da anuência dos beneficiários.

G8. Contribuição para REDD

Projeto deve contribuir direta ou indiretamente para levar à REDD.

G9. Adicionalidade de Recursos

Projetos devem representar adicionalidades aos orçamentos públicos destinados às áreas de aplicação do Fundo Amazônia.

G10. Contrapartida

Deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, demonstrando adicionalidades ao recursos tomados do do Fundo Amazônia e produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do fundo. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas. Na aplicação deste Critério, poderão ser considerados os seguintes aspectos: orçamento médio executado nos 2 anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta; grau de contingenciamento de recursos no orçamento público para a execução da ação; e previsão nos planos plurianuais de governo vigentes (PPAs).

G11. Base Territorial

Projetos devem necessariamente abordar o monitoramento das florestas de, pelo menos, um bioma por completo.

G12. Publicidade e Transparência

Sistemas de monitoramento apoiados pelo Fundo Amazônia devem ser constituídos com base em plataformas que permitam ampla divulgação, transparência e acesso aos dados produzidos, por meio da internet. O BNDES disponibilizará ferramenta padronizada de integração e divulgação de informações atualizadas da implementação de todos os projetos.

G13. Sustentabilidade do Projeto

Demonstração da capacidade de sustentação econômica do projeto após sua implantação.

G14. Desconcentração dos Recursos

O valor aplicado em cada uma das quatro modalidades operacionais não deve ser menor que 10% ou maior que 40% dos recursos disponíveis no ano, observado o critério de equidade.

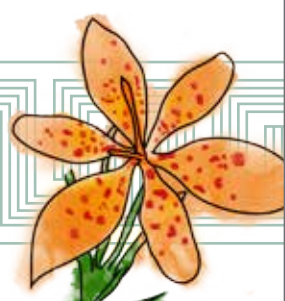
MODALIDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

G15. Aplicação Direta – Investimento

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros.
Inclui investimentos em construções, equipamentos, treinamento e capacitação para estabelecimento de iniciativas. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

G16. Aplicação Direta – Custeio

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive por meio da contratação de terceiros.
Inclui gastos de viagem/missões de campo, consultorias de pessoa física ou jurídica, materiais de campo, comunicação entre outros. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.



RESTRIÇÃO DE USO DOS RECURSOS

G17. Diárias

Não poderão ser pagas diárias para funcionários públicos (não se aplica esta restrição a atividades de pesquisa envolvendo instituições públicas de pesquisa).

G18. Pagamento de Pessoas Físicas

Não poderão ser efetuados pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a servidores públicos em regime de dedicação exclusiva nas três esferas de governo (não se aplica a restrição ao pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa especificamente relacionadas ao projeto).

G19. Impostos e Tributos

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes e ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto (restrição não se aplica a tributos relacionados às atividades dos projetos, como ICMS incluído nos preços dos produtos; INSS sobre o pagamento de serviços de pessoa física etc.).

CRITÉRIOS DE EQUIDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

G20. Equidade na aplicação de recursos por estado

Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo bioma.

H. Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia em projetos de desenvolvimento de sistemas de monitoramento do desmatamento em outros países tropicais

ÁREA DE APLICAÇÃO	LIMITE DE APLICAÇÃO DO TOTAL DOS RECURSOS DISPONÍVEIS NO ANO	TABELAS
Projetos nos demais biomas brasileiros e em outros países tropicais	20%	G-H

CRITÉRIOS ORIENTADORES

H1. Diversidade de Atores Envolvidos e Governança Compartilhada

Projetos que envolvam a articulação entre diversos atores, do setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais, com estrutura de governança compartilhada.
Projetos que envolvam articulação regional.

H2. Relevância

Países com maior cobertura florestal.

H3. Escopo

Em outros países tropicais, o apoio do Fundo Amazônia será limitado a projetos que contribuam para a criação ou aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal. Entende-se por sistemas de monitoramento da cobertura florestal a aplicação de técnicas que envolvam o processamento (ex.: georreferenciamento, realces e classificação) de imagens da superfície terrestre (satelitais ou aerotransportadas) para fins de mapeamento temático da vegetação com o uso da informação produzida (ex.: elaboração de mapas, análises espaciais e estatísticas) para o subsídio à gestão florestal.

CONDICIONANTES MÍNIMOS PARA PROJETOS

H4. Indicadores de Resultado

Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados à implantação de sistema de monitoramento de desmatamento ou degradação florestal.

H5. Proponentes/Executores

Projeto deve ser apresentado pelo governo central do país beneficiário, por instituições multilaterais ou, ainda, por instituições brasileiras governamentais, devendo contar com a anuência formal, nos dois últimos casos, do governo central do país que se beneficiará com as ações a serem desenvolvidas pelo projeto.

H6. Participação Social

Projeto deve contar com uma instância de acompanhamento, necessariamente com participação de entes governamentais e da sociedade civil. Projetos relacionados às atribuições dos órgãos públicos, ou ao estabelecimento de políticas públicas, não necessitam, obrigatoriamente, da anuência dos beneficiários.

H7. Contribuição para REDD

Projeto deve contribuir direta ou indiretamente para levar à REDD.

H8. Contrapartida

Deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, demonstrando adicionalidades aos recursos tomados do Fundo Amazônia e produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do fundo. Poderão ser considerados os seguintes aspectos: orçamento médio executado nos 2 anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta; grau de contingenciamento de recursos no orçamento público para a execução da ação e previsão nos planos plurianuais de governo vigentes. As contrapartidas podem se dar na forma recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

H9. Publicidade e Transparência

Sistemas de monitoramento apoiados pelo Fundo Amazônia devem ser constituídos com base em plataformas que permitam ampla divulgação, transparência e acesso aos dados produzidos, por meio da internet.

H10. Sustentabilidade do Projeto

Demonstração da capacidade de sustentação econômica do projeto após a implantação. O BNDES disponibilizará ferramenta padronizada de integração e divulgação de informações atualizadas da implementação de todos os projetos.

H11. Desconcentração dos Recursos

O valor aplicado em cada uma das quatro modalidades operacionais não deve ser menor que 10% ou maior que 40% dos recursos disponíveis no ano, observado o critério de equidade.

H12. Etapa Prévia

Como etapa de consideração de projetos internacionais, o BNDES solicitará, previamente ao seu processo de enquadramento de projetos, avaliação formal do Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre a prioridade e os impactos do projeto no que se refere às relações externas do Brasil.

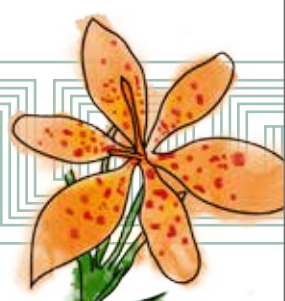
MODALIDADES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

H13. Aplicação Direta – Investimento

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive por meio de contratação de terceiros.
Inclui investimentos em construções, equipamentos, treinamento e capacitação para estabelecimento de iniciativas.
Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

H14. Aplicação Direta – Custeio

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive por meio de contratação de terceiros.
Inclui gastos de viagem/missões de campo, consultorias de pessoa física ou jurídica, materiais de campo, comunicação entre outros. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.



RESTRIÇÃO DE USO DOS RECURSOS

H15. Diárias

Não poderão ser pagas diárias para funcionários públicos (não se aplica esta restrição a atividades de pesquisa envolvendo instituições públicas de pesquisa).

H16. Pagamento de Pessoas Físicas

Não poderão ser efetuados pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a servidores públicos em regime de dedicação exclusiva nas três esferas de governo (não se aplica a restrição ao pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa especificamente relacionadas ao projeto).

H17. Impostos e Tributos

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes e ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto.

CRITÉRIOS DE EQUIDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

H18. Equidade na Aplicação de Recursos por País

Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo país.

REGRAS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A captação de recursos para o Fundo Amazônia é condicionada à redução das emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento, ou seja, é preciso comprovar a redução do desmatamento na Amazônia para viabilizar a captação de novos recursos.

Para cálculo do limite de captação anual do Fundo Amazônia, optou-se por um método simples e conservador, de modo a assegurar que os valores de redução das emissões não sejam sobre-estimados. De forma resumida, o cálculo para obter os valores de redução das emissões de carbono oriundas de desmatamento resulta da diferença entre a taxa média histórica de desmatamento e a área desmatada efetivamente aferida no ano em avaliação (taxa média histórica de desmatamento – taxa de desmatamento anual), multiplicando-se esse resultado pela quantidade de carbono presente na biomassa, em toneladas de carbono por hectare.

Matematicamente, isso é representado da seguinte forma:

$$ED = (TDM - TD) * tC/ha$$

ED = Redução nas emissões de carbono oriundas de desmatamento, em toneladas de carbono (tC)
TDM = Taxa de desmatamento média (em hectares)
TD = Taxa de desmatamento anual do período (em hectares)
tC/ha = Toneladas de carbono por hectare de floresta

Os parâmetros envolvidos no cálculo da estimativa da redução das emissões decorrentes do desmatamento são os seguintes: (i) taxa de desmatamento anual aferida pelo Instituto Nacional de

Pesquisas Espaciais (Inpe); (ii) taxa média histórica de desmatamento; e (iii) quantidade de carbono por hectare contido na biomassa florestal, conforme metodologia definida pelo Ministério do Meio Ambiente.

Seguem algumas informações a respeito desses conceitos:

Taxa de desmatamento anual aferida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Desde 1988, o Inpe utiliza um eficiente sistema de monitoramento da cobertura florestal da Amazônia brasileira, que permite estimar as taxas anuais de desmatamento para a região.

A partir de 2002, essas estimativas passaram a ser obtidas por sistema de classificação digital de imagens, de acordo com a Metodologia Prodes (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal) do Inpe, que utiliza sensores capazes de captar todos os desmatamentos maiores que 6,25 hectares, característica que tornou o sistema confiável e reconhecido.[4]

As taxas são calculadas anualmente para períodos que vão de 1º de agosto a 31 de julho. Dessa forma, as taxas de referência de 2011, por exemplo, envolvem os desmatamentos identificados de 1º de agosto de 2010 a 31 de julho de 2011.

Taxa média histórica de desmatamento

As taxas de desmatamento anuais a serem empregadas no cálculo das reduções de emissões são confrontadas com a média das taxas de desmatamento de períodos de dez anos. Esses decênios são atualizados a cada cinco anos, de modo que, no período de 2011 a 2015, as taxas de desmatamento anuais serão confrontadas com a média dos desmatamentos de 2001 a 2010 (taxa de desmatamento média – TDM 2001-2010). No período subsequente, de 2016 a 2020, as taxas de desmatamento anuais serão confrontadas com a taxa de desmatamento média de 2006 a 2015.

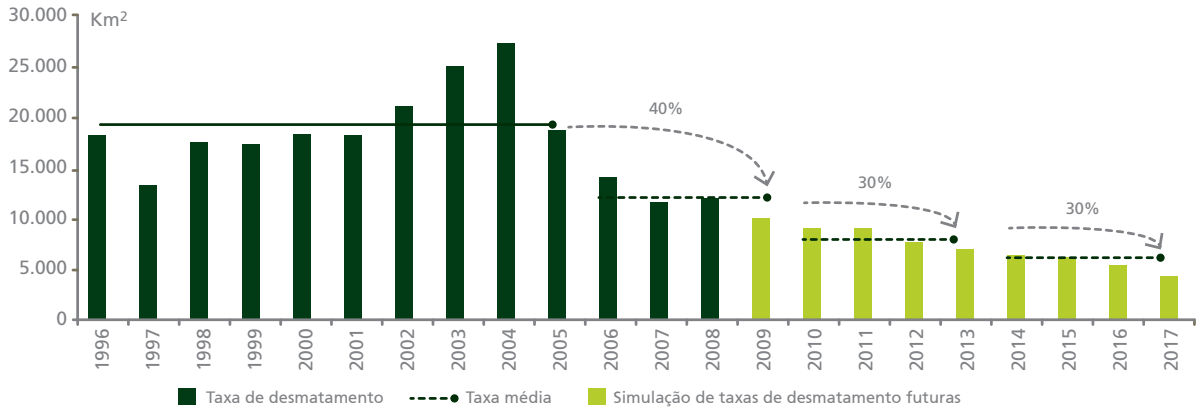
Nesse contexto, cumpre importante papel o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), lançado pelo governo brasileiro em dezembro de 2008, que tem metas quadrienais de redução do desmatamento na Amazônia estabelecidas pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, com a colaboração de outros colegiados e instâncias, entre eles, o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

Uma das metas era a redução de 40% da taxa de desmatamento média no período 2006-2009 em relação ao período 1996-2005. A redução verificada foi de 41%, conforme dados do Prodes/Inpe,

4 Segundo o CTFA, a base de erro do Prodes é de cerca de 8%.

o que significa que a meta foi cumprida. Para os dois quadriênios seguintes,[5] a meta estabelecida foi de redução de 30%, em relação ao quadriênio imediatamente anterior, como demonstra o Gráfico 3.

GRÁFICO 3: METAS QUADRIENAIS DE REDUÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA CONSTANTES DO PLANO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA



Fonte: PPCDAM 2ª fase.

O Fundo Amazônia colabora para o alcance das metas estabelecidas pelo PNMC, em especial a redução permanente das taxas de desmatamento e a interrupção da perda de cobertura florestal até o ano de 2017.

Estimativa do carbono contido na biomassa florestal

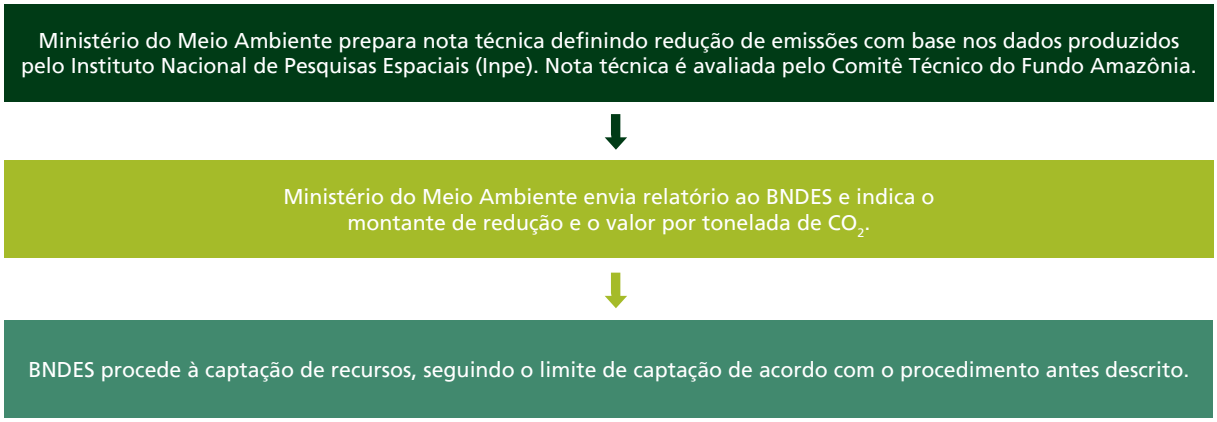
Até 2011, para calcular os valores limites de captação, o Fundo Amazônia adotou o valor de 100 tC/ha (toneladas de carbono por hectare) de biomassa, equivalente a 367 tCO_2/ha (toneladas de dióxido de carbono equivalente por hectare), valor conservador perante os dados encontrados na literatura especializada (entre 130 tC/ha e 320 tC/ha), porém adequado para a simplificação dos cálculos e o entendimento do mecanismo proposto. Todavia, por recomendação do CTFA, em 2012, esse valor foi alterado para 132, 2 tC/ha.

O preço-padrão de US$ 5,00/tCO_2 (cinco dólares norte-americanos por tonelada de dióxido de carbono) continua a ser utilizado. É importante registrar que a estimativa de carbono pode variar de acordo com a localização e as características da área florestal observada; e que os dados relativos à degradação ainda não são registrados pelo Prodes. Assim, o resultado de redução de emissões ainda pode vir a ser alterado com a implementação dessas duas variáveis, o que deverá ocorrer quando os dados do Inventário Florestal Nacional permitirem e futuros sistemas de monitoramento estiverem operando.

5 O PNMC pode ser consultado na íntegra no *site* do Ministério do Meio Ambiente: <www.mma.gov.br>.

Compete ao Ministério do Meio Ambiente definir a metodologia de cálculo do limite de captação anual do Fundo Amazônia e cabe aos especialistas do CTFA atestar a redução efetiva de emissões de carbono oriundas de desmatamento, avaliando a metodologia de cálculo da área de desmatamento e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões. Com base nos dados de redução das emissões, calculados pelo Ministério do Meio Ambiente e validados pelo CTFA, o BNDES fica autorizado a captar doações e emitir diplomas de reconhecimento à contribuição dos doadores do fundo.

FIGURA 4: FLUXO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS



Fonte: BNDES.

DOAÇÕES FORMALIZADAS

Com base nos dados de redução das emissões calculados pelo Ministério do Meio Ambiente a partir das estimativas do Inpe quanto ao desmatamento, o BNDES fica autorizado a captar doações para o Fundo Amazônia, por meio da emissão de diplomas equivalentes às toneladas de carbono e sua correspondência ao valor da contribuição financeira para o fundo. Esses diplomas são nominais, intransferíveis e não geram direitos ou créditos de nenhuma natureza. O Fundo Amazônia já recebe doações de governos estrangeiros e empresas e está se preparando também para receber doações de instituições multilaterais, organizações não governamentais e pessoas físicas.

O governo da Noruega apoiou prontamente a iniciativa, tornando-se o primeiro e, até o momento, o maior doador de recursos ao Fundo Amazônia, com o compromisso formalizado de aporte de até NOK[6] 3.550.000.000,00, o equivalente a US$ 636.166.514,35,[7] tendo manifestado a intenção de doar um total US$ 1.000.000.000,00 até o ano de 2015, condicionado à redução do desmatamento.

6 NOK – coroas norueguesas.
7 Valores em 31 de dezembro de 2012.

Além disso, a partir do último trimestre de 2010, o Fundo Amazônia recebeu o relevante apoio do governo da República Federal da Alemanha, por meio do KfW Entwicklungsbank, que formalizou compromisso de aporte no valor de €[8] 21.000.000,00, o equivalente a US$ 27.696.900,00. Em 2011, o Fundo Amazônia passou a contar com seu terceiro doador, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), primeira empresa brasileira a contribuir para o fundo.

O BNDES tem a obrigação de manter segregados, em seus registros contábeis, os recursos oriundos das doações, dos quais 3% são destinados à cobertura de custos operacionais e demais despesas relacionadas ao Fundo Amazônia, além de à contratação das auditorias. O recebimento efetivo pelo BNDES das doações contratadas ocorre parceladamente, conforme as necessidades financeiras do fundo.

Primeiro doador: governo da Noruega

O BNDES celebrou um contrato de doação (*donation agreement*), em 25 de março de 2009, com o Ministério das Relações Exteriores da Noruega, no qual foi prevista uma doação a esse banco, na qualidade de gestor do Fundo Amazônia, no valor de até NOK 700.000.000,00 (US$ 125.441.284,52) para utilização em 2009, tendo sido esse prazo posteriormente dilatado até 2015. O contrato estabelece os termos e procedimentos aplicáveis às doações da Noruega ao Fundo Amazônia.

Aditivos ao contrato de doação celebrado com o governo da Noruega

Aditivo nº 1 – Celebrado em 9 de novembro de 2009

O governo da Noruega comprometeu-se a realizar doações adicionais de até NOK 1.500.000.000,00 (o equivalente a US$ 268.802.752,54), dos quais NOK 750.000.000,00 (US$ 134.401.376,27) no ano de 2010 e NOK 750.000.000,00 (US$ 134.401.376,27) em 2011. Além desses valores, ficou prevista, ainda, a possibilidade de doações adicionais pelo governo da Noruega em 2010 e 2011.

Aditivo nº 2 – Celebrado em 16 de dezembro de 2010

O governo da Noruega, conforme previsto no aditivo nº 1, comprometeu-se a realizar uma doação adicional de até NOK 100.000.000,00 (US$ 17.920.183,50). Dessa maneira, o valor total da doação referente ao ano de 2010 passou a ser de até NOK 850.000.000,00 (US$ 152.321.559,77).

8 € – Euros.

Esse acréscimo tomou por base a área total de desmatamento no ano florestal de 2009, informada pelo Inpe, que foi de 7.464 km^2.

Aditivo nº 3 – Celebrado em 14 de dezembro de 2011

O governo da Noruega comprometeu-se a realizar uma doação adicional de NOK 250.000.000,00 (US$ 44.800.458,76), totalizando NOK 1.000.000.000,00 (US$ 179.201.835,03) no ano de 2011. Ficou definido, também, que o prazo final de utilização dos recursos doados, referentes aos anos de 2009, 2010 e 2011, será 31 de dezembro de 2015.

Aditivo nº 4 – Celebrado em 12 de julho de 2012

Esse aditivo visou modificar cláusulas que tratam dos Relatórios (Cláusula VIII) e Auditoria (Cláusula X). A nova redação dessas cláusulas prevê que as demonstrações financeiras do Fundo Amazônia serão disponibilizadas até o fim do segundo trimestre de cada ano, informando os saldos iniciais, as doações recebidas pelo fundo com a discriminação dos valores doados pelos doadores mais relevantes, a receita financeira do fundo, o montante desembolsado para os projetos e o montante retido para cobertura de gastos administrativos do fundo. Também foi estabelecido que a auditoria financeira do fundo obedecerá ao Padrão Internacional de Auditoria (ISA).

Aditivo nº 5 – Celebrado em 11 de dezembro de 2012

O governo da Noruega comprometeu-se a realizar uma doação adicional de NOK 1.000.000.000,00 (US$ 179.201.835,03). Ficou definido, também, que o prazo final de utilização desses recursos será 31 de dezembro de 2015.

Segundo doador: governo da Alemanha

No âmbito da cooperação financeira oficial entre os governos da Alemanha e do Brasil, foi celebrado, em 7 de dezembro de 2010, entre o KfW Entwicklungsbank e o BNDES, o Contrato de Contribuição Financeira ao Fundo Amazônia.

Nessa mesma data, também ficaram ajustados os detalhes para a execução do contrato por meio de acordo em separado.

O valor total do contrato é de até € 21.000.000,00 (US$ 27.696.900,00), a serem concedidos de acordo com a metodologia prevista nos normativos do Fundo Amazônia, dos quais, (i) até € 12.000.000,00 (US$ 15.826.800,00) referem-se às reduções das emissões oriundas do desmatamento da Amazônia no ano florestal 2008-2009; e (ii) até € 9.000.000,00 (US$ 11.870.100,00) são referentes às reduções de emissões verificadas no ano florestal 2009-2010.

Terceiro doador: Petrobras

O BNDES celebrou, em 14 de outubro de 2011, três contratos de doação com a Petrobras, por meio dos quais foram efetivadas doações ao Fundo Amazônia. A Petrobras transferiu para o fundo, em 2011, o montante total de R$ 7.315.912,85 (US$ 3.900.156,12),[9] correspondentes a 842.071 toneladas de dióxido de carbono (CO_2).

No ano de 2012, outros três contratos de doação foram celebrados entre o BNDES e a Petrobras, em 23 de janeiro de 2012, 26 de abril de 2012 e 13 de julho de 2012, respectivamente. O valor total doado, em 2012, foi de R$ 613.531,38 (US$ 324.160,00), correspondentes a 64.832 toneladas de dióxido de carbono (CO_2).

A doação da companhia está em linha com a exigência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de que a Petrobras implemente projetos de neutralização de carbono em relação à emissão de gases de efeito estufa provocada por suas atividades. As emissões são decorrentes da queima extraordinária de gás, originárias da produção e do escoamento de petróleo e gás natural realizados pela empresa.

A destinação dos recursos doados é voltada exclusivamente a projetos a serem financiados no âmbito do Fundo Amazônia segundo suas normas, condições, diretrizes e critérios.

Cabem ao BNDES a análise, aprovação e contratação de projetos e também o acompanhamento, monitoramento e a prestação de contas.

Reconhecimento aos doadores

A cada contribuição para o Fundo Amazônia, o BNDES emite um diploma, no qual ficam identificados o doador e a parcela de sua contribuição para o esforço de redução das emissões de gás carbônico. A efetividade da redução das emissões provocadas pelo desmatamento, que define o montante a ser captado a cada ano pelo Fundo Amazônia, é atestada pelo CTFA, composto de cientistas reconhecidos na área de mudanças climáticas. A Tabela 4 apresenta os dados sobre os recursos já captados.

9 Valores históricos em reais e dólares, tais como estão inscritos nos diplomas emitidos pelo BNDES.

TABELA 4: RECURSOS CAPTADOS

Doado	Parcela	Data de entrada dos recursos	Valor original da doação	Valor (em R$)*	Valor (em US$)*	Toneladas de dióxido de carbono	Toneladas de carbono	Ano redução
Noruega	1ª	9.10.2009	NOK 123.437.000,00	36.448.350,22	20.960.578,70	4.192.115,7	1.142.265,9	2006
Noruega	2ª	9.8.2010	NOK 169.262.000,00	49.600.536,48	28.283.364,59	5.656.672,9	1.541.327,8	2006
Noruega	3ª	23.3.2012	NOK 261.273.000,00	82.144.231,20	45.149.077,28	9.029.815	2.462.677	2006
Noruega	4ª	2.10.2012	NOK 101.774.000,00	36.109.415,20	17.817.731,77	3.563.546	971.876	2006
Alemanha	1ª	29.12.2010	3.000.000,00	6.644.100,00	3.952.500,00	790.500,0	215.395,0	2009
Petrobras	1ª	14.10.2011	R$ 1.765.983,70	1.765.983,70	1.016.335,00	203.267,0	55.436,0	2006
Petrobras	2ª	14.10.2011	R$ 4.114.671,55	4.114.671,55	2.368.020,00	473.604,0	129.164,0	2006
Petrobras	3ª	14.10.2011	R$ 1.435.257,60	1.435.257,60	826.000,00	165.200,0	45.054,0	2006
Petrobras	4ª	23.1.2012	R$ 156.626,00	156.626,00	88.750,00	17.750,0	4.841,0	2006
Petrobras	5ª	26.4.2012	R$ 282.584,58	282.584,58	150.255,00	30.051,0	8.196,0	2006
Petrobras	6ª	13.7.2012	R$ 174.320,80	174.320,80	85.155,00	17.031,0	4.645,0	2006

* Valores históricos em reais e dólares, tais como estão inscritos nos diplomas emitidos pelo BNDES.

O FUNDO AMAZÔNIA NO BNDES

QUEM SOMOS

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), empresa pública federal, fundada em 1952, é o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia brasileira, com uma atuação que abrange as dimensões social, regional e ambiental.

A missão do BNDES é a promoção do desenvolvimento sustentável do país. Em seu histórico de atuação, o Banco apresenta um legado de expressivos resultados para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, tendo introduzido práticas inovadoras em gestão e responsabilidade socioambiental.

No cumprimento de sua missão, tem como principal objetivo criar condições e instrumentos de apoio financeiro que lhe permitam responder aos desafios do desenvolvimento. O atendimento de suas diversas atividades requer a capacitação permanente de seus empregados, admitidos por concurso público de âmbito nacional.

As decisões do BNDES são fundamentadas por diretrizes técnicas e são submetidas à auditoria e controle pelos órgãos constituídos para esse fim, havendo diversos mecanismos de responsabilização.

O BNDES é também signatário do Protocolo Verde e expressa sua Política Socioambiental de forma pública e transparente, buscando a excelência no exercício de sua responsabilidade corporativa.

PARA SABER MAIS SOBRE ESSES TEMAS:

Política Socioambiental:

Portal BNDES > Áreas de Atuação > Meio Ambiente > Nesta Seção > Política Socioambiental

Protocolo Verde:

Portal BNDES > Áreas de Atuação > Meio Ambiente > Nesta Seção > Outros compromissos

Em seu Planejamento Corporativo para o período 2009-2014, o Banco elegeu a inovação, o desenvolvimento local e regional e o desenvolvimento socioambiental como os aspectos mais importantes do fomento econômico no contexto atual, e que devem ser promovidos e enfatizados

em todos os empreendimentos por ele apoiados. Assim, o BNDES reforça o compromisso histórico com o desenvolvimento de toda a sociedade brasileira.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E TRAMITAÇÃO DE PROJETOS

Critérios de elegibilidade

Embora opere por meio de recursos não reembolsáveis, o Fundo Amazônia segue as regras usuais adotadas para os projetos financiados pelo BNDES.[10]

Alguns projetos podem receber aplicações financeiras sem a exigência de reembolso. Trata-se de investimentos de caráter social, cultural (ensino e pesquisa), ambiental, científico ou tecnológico.

A origem dos recursos do Fundo Amazônia (doação) reforça a necessidade de adoção de procedimentos que assegurem sua correta aplicação, a prestação de contas (*accountability*) e a demonstração de resultados.

A doação de recursos internacionais ao Fundo Amazônia implica a prestação de contas por parte dos doadores em seus países de origem. A disposição dos doadores para dar continuidade às doações está vinculada à demonstração dos resultados, à credibilidade e à confiança nas instituições executoras e gestoras dos recursos doados.

Esses requisitos são objetivos do Fundo Amazônia e de seu sistema de governança e gestão, para garantir que seja aplicado em ações sinérgicas, articuladas e integradas, voltadas ao atendimento de vários públicos e não de interesses específicos, ainda que isoladamente meritórios.

Desde 1986, o BNDES apoia projetos não reembolsáveis voltados para a área social e, desde 1995, faz o mesmo na área cultural, sempre atento às especificidades setoriais. A natureza dos recursos não reembolsáveis dos projetos apoiados não significa aplicação a fundo perdido, nem afasta a necessidade da clara demonstração dos resultados esperados e sua relevância.

Para serem aprovados, os projetos devem estar de acordo com as diretrizes e os critérios do Fundo Amazônia e devem demonstrar sua contribuição para a redução do desmatamento e da degradação florestal. Bons projetos devem se constituir em mais do que boas ideias: para pôr em prática enunciados abstratos, são necessários programas e projetos, que devem ser modelados em ações concretas.

10 Mais informações em: <www.bndes.gov.br>.

Além disso, as ações previstas devem demonstrar que são coerentes com o objetivo proposto, assim como o orçamento e o cronograma de implantação do projeto. Finalmente, mas não menos importante, o proponente precisa ter capacidade gerencial para a execução do projeto.

A capacidade gerencial é fundamental para que o proponente seja capaz de gerir os recursos recebidos, cuja aplicação e resultados esperados devem ser monitorados, verificados e reportados.

O monitoramento de impactos e resultados de ações e projetos apoiados é elemento-chave no caso dos fundos que recebem doações e devem prestar contas de suas atividades. O Quadro Lógico, portanto, mais do que um instrumento de controle, é uma importante ferramenta de planejamento, acompanhamento, demonstração e comunicação dos resultados alcançados.

Tramitação de projetos

O ciclo completo de um projeto no BNDES compreende as etapas de enquadramento, análise, aprovação, contratação e desembolso. A condução e a responsabilidade dessas etapas são de duas unidades do BNDES – o Departamento de Prioridades (DEPRI) e o Departamento de Gestão do Fundo Amazônia (DEFAM) –, integrantes das áreas de Planejamento e de Meio Ambiente, respectivamente. As avaliações técnicas são submetidas em momentos distintos a dois colegiados, o Comitê de Enquadramento e Crédito e a Diretoria do BNDES.

As solicitações de colaboração financeira feitas ao Fundo Amazônia são iniciadas com o envio de uma Consulta Prévia, modelo fornecido pelo BNDES para a apresentação de propostas, que serve como um roteiro das informações requeridas para o entendimento inicial dos projetos, sua consonância com as diretrizes e os objetivos do fundo.

As consultas prévias são recebidas e avaliadas pelo Departamento de Prioridades (DEPRI), que verifica a documentação preliminar e a adequação do projeto às diretrizes e aos critérios aplicáveis ao Fundo Amazônia.

Na Consulta Prévia, são apresentadas as características básicas da instituição proponente e do projeto para o qual é solicitado o apoio financeiro. Com base nessas informações, é feita uma pré-avaliação da instituição proponente, que inclui sua capacitação gerencial, seu histórico de projetos realizados e sua classificação cadastral, entre outros aspectos. Nessa etapa, também são consultadas as áreas de Crédito e de Meio Ambiente do BNDES.

Entende-se como instituição proponente a pessoa jurídica que submete a Consulta Prévia ao Fundo Amazônia e firma o contrato de colaboração financeira não reembolsável com o BNDES. O proponente é responsável, perante o BNDES, pela execução do projeto e por todas as demais

obrigações associadas, como o envio de relatórios sobre o andamento do projeto e o apoio ao acompanhamento a ser exercido pelo BNDES relativo à execução físico-financeira do projeto.

Depois do enquadramento do pedido de colaboração financeira, o proponente deve apresentar o projeto de modo detalhado. Inicia-se, então, pela equipe do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia (DEFAM), a fase de análise, que inclui visitas técnicas, reuniões e demais interlocuções para a definição dos custos envolvidos e do cronograma de execução, dos itens financiáveis, da apresentação de contrapartidas e das condições de contratação e de liberação dos recursos, entre outros aspectos definidos em comum acordo com os proponentes. Finalizada a análise, o departamento operacional faz a recomendação técnica quanto ao apoio financeiro ao projeto, a ser deliberada pela Diretoria do BNDES. Caso seja aprovado, o projeto poderá ser contratado.

Assinado o contrato, inicia-se a fase de execução do projeto. Os desembolsos dos recursos são realizados em parcelas, de acordo com os termos do contrato assinado e conforme o cronograma físico-financeiro acordado e o andamento da execução do projeto, a ser comprovado pelo acompanhamento técnico realizado pela equipe do BNDES/Fundo Amazônia.

O fluxograma a seguir resume as etapas e seus respectivos registros protocolares e alçadas responsáveis durante a tramitação de projetos, descrita anteriormente, a partir da apresentação da Consulta Prévia.

FIGURA 5: ETAPAS OPERACIONAIS DO BNDES

Os registros correspondem aos níveis protocolares utilizados pelo BNDES em função da suficiência e completude na apresentação das informações requeridas, do tempo necessário para o proponente obter e enviar as informações solicitadas, do estágio de definições e de detalhamento do projeto proposto, bem como para o tempo necessário de sua análise e recomendação técnica da operação para deliberação das alçadas competentes. Esses níveis correspondem à forma como as informações de carteira do Fundo Amazônia são divulgadas até o momento.

As principais instruções de preenchimento da Consulta Prévia estão descritas no documento Orientações e Roteiro de Informações para Consulta Prévia ao Fundo Amazônia.[11]

O fluxo operacional está publicado na internet, onde estão descritas todas as etapas para análise e concessão de apoio financeiro, incluindo a definição de alçada. Os procedimentos para a

11 Também disponível no *site* do Fundo Amazônia: <www.fundoamazonia.gov.br>.

apresentação de pedidos de apoio são amplamente divulgados e estão também publicados na internet, incluindo a documentação necessária em cada etapa.

Adicionalmente, são publicados informes da carteira do Fundo Amazônia e boletins de notícias.

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO TÉCNICA

Como gestor do Fundo Amazônia, o BNDES mantém intenso diálogo com diversos públicos de interesse, com o objetivo contínuo de dar transparência a suas atividades, obter subsídios e estabelecer parcerias com vistas ao aprimoramento de suas ações.

Entre essas ações, cabe destacar o acordo de cooperação técnica do Fundo Amazônia com a agência de cooperação técnica alemã (GIZ), assinado em agosto de 2010, com vigência de 36 meses, e cujo plano de trabalho está pautado na realização dos seguintes objetivos específicos e resultados esperados:

- proponentes com maior capacidade institucional na elaboração e implementação de projetos para o Fundo Amazônia;
- instrumentos de monitoramento de impactos e resultados dos projetos aprimorados;
- fortalecimento da cooperação internacional do fundo, incluindo a identificação de oportunidades de realização de projetos em outros países;
- conhecimento da experiência comparada no desenvolvimento de políticas de ciência e tecnologia, notadamente na área de biotecnologia;
- identificação de oportunidades em atividades produtivas sustentáveis; ações para a conservação e uso sustentável da biodiversidade; serviços ambientais; ações com povos tradicionais, comunidades e terras indígenas; regularização fundiária e recuperação de áreas desmatadas; e
- identificação de mecanismos financeiros inovadores.

Em 2012, foi realizado mais um ciclo de palestras com especialistas de diversas áreas que fazem parte do escopo de atuação do Fundo Amazônia. Nesse ano, em virtude dos preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) – evento realizado entre os dias 13 e 22 de junho –, as palestras foram realizadas apenas no segundo semestre.

A escolha dos temas apresentados ao longo do ano privilegiou assuntos que fazem parte do escopo de atuação do Fundo Amazônia, como regularização fundiária, atividades produtivas sustentáveis e sustentabilidade na pecuária (veja relação completa na Tabela 5).

TABELA 5: TEMAS DAS PALESTRAS REALIZADAS EM 2012

TEMA	PALESTRANTE	DATA
A Regularização Fundiária como Instrumento de Ordenar o Espaço e Democratizar o Acesso à Terra	Prof. José Heder Benatti – UFPA	Julho
Oportunidades de Apoio a Atividades Produtivas Sustentáveis	Christiane Ehringhaus e Eugênio Pantoja – GIZ	Agosto
A Atuação do MPF no Pará	Procurador da República Daniel Azeredo	Agosto
Reconciliando Produção Agropecuária e Conservação Ambiental na Amazônia	Judson Ferreira Valentim – Embrapa Acre	Setembro
Lições Aprendidas em Sistemas de Monitoramento e Acompanhamento de Projetos na Amazônia	Taiguara Alencar – GIZ	Novembro

COMUNICAÇÃO

Entre os instrumentos de diálogo, comunicação e divulgação de informações, merecem destaque:

Site na internet – www.fundoamazonia.gov.br

O BNDES mantém, na internet, um *site* sobre o Fundo Amazônia, que conta também com versões em inglês e espanhol. Desde o lançamento de sua primeira versão, em 2010, o *site* do Fundo Amazônia vem passando por sucessivos aperfeiçoamentos, realizados em conjunto com o Departamento de Desenvolvimento de Sistemas da Área de Tecnologia da Informação do BNDES.

No *site*, são disponibilizadas, entre outras, as seguintes informações:

- objetivo e legislação aplicável ao Fundo Amazônia;
- atas das reuniões e deliberações dos comitês orientador e técnico do Fundo Amazônia;
- doações contratadas, recebidas e respectivos diplomas de doação;
- notícias mensais sobre o Fundo Amazônia, por meio do boletim de notícias e do informe de carteira;
- fluxo operacional para aprovação de projetos e a documentação exigida em cada etapa do projeto;

- carteira total de projetos e, de forma detalhada, os projetos apoiados, sobre os quais constam as seguintes informações: nome e responsável pelo projeto, abrangência territorial, beneficiários, objetivos, valor total do projeto, valor do apoio do Fundo Amazônia, prazo de execução, data da aprovação e data da contratação.

O BNDES só não divulga informações resultantes de análise que a condição de gestor lhe impõe realizar e que, de alguma forma, possam vir a comprometer a imagem ou reputação dos proponentes.

Em 2012, a média mensal de acessos ficou por volta de três mil. A maioria vem do Brasil, principalmente dos estados da Região Amazônica e de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Os acessos internacionais são oriundos de uma centena de países, com destaque para Estados Unidos, Noruega, Reino Unido e Alemanha.

Relatórios anuais

De forma a dar transparência a suas atividades, o Fundo Amazônia publica a versão *on-line* de seus relatórios anuais na internet. Além de serem instrumentos de prestação de contas, os relatórios registram e divulgam para a sociedade as ações e os resultados do Fundo Amazônia. Até o momento, foram publicados os relatórios anuais de 2009, 2010 e 2011.

Boletins de notícias

A partir de 2010, com o objetivo de prestar contas de suas atividades ao Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e aos doadores e para ampliar sua comunicação com o público em geral, o Fundo Amazônia passou a publicar um boletim com os principais acontecimentos relativos ao trabalho realizado. Ao todo, foram publicados, até dezembro de 2012, 33 boletins que divulgaram seminários, apresentações do Fundo Amazônia no Brasil e no exterior, reuniões de trabalho, projetos aprovados, entre outros eventos. Os boletins são publicados no *site* do Fundo Amazônia e enviados por mala direta para *e-mails* cadastrados.

Filme institucional

Durante a Rio+20, realizada no mês de junho de 2012, o Fundo Amazônia lançou um filme com o objetivo de mostrar, a partir do depoimento de seus beneficiários, os resultados dos projetos apoiados pelo fundo.

Nessa primeira etapa, foram selecionados três projetos: Olhos d'Água da Amazônia, do Município de Alta Floresta; Programa Arpa, do Ministério do Meio Ambiente e Sementes do Portal, do Instituto Ouro Verde.

Disponível na internet desde julho de 2012, o filme foi realizado por meio da Agência NovaSb, com produção de áudio da ÁudioArte e produção de vídeo da Bossa Nova Films.

Eventos

Além de manter um abrangente sistema de comunicação com seus diversos públicos e parceiros, a equipe do BNDES também participa de vários tipos de eventos, como forma de divulgar as ações do Fundo Amazônia e prestar contas aos doadores e à sociedade.

Em 2012, merece destaque a participação do Fundo Amazônia nos seguintes eventos:

Rodadas de divulgação e capacitação da Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis

- 20 de março a 20 de abril – Todos os estados do Bioma Amazônia

Encontros promovidos pelo BNDES, em parceria com os governos dos estados da Amazônia e apoio da GIZ. Os encontros foram realizados com o objetivo de divulgar a Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis e capacitar o público em geral, mas voltados principalmente para os integrantes de organizações proponentes que apoiam atividades produtivas sustentáveis de populações tradicionais, povos indígenas, agricultores familiares e assentados da Região Amazônica.

Oficinas de incentivo ao Cadastro Ambiental Rural

- 22 e 23 de março – Manaus (Amazonas)
- 9 e 10 de abril – Porto Velho (Rondônia)
- 12 e 13 de abril – Brasília (Distrito Federal)

Oficinas promovidas pelo Ministério do Meio Ambiente em conjunto com o BNDES para incentivar o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Essas oficinas integram a estratégia de disseminação do processo de regularização ambiental das propriedades rurais, inclusive proporcionando maior segurança jurídica para os proprietários exercerem suas atividades.

Seminário: Estratégias e Projetos para um Município Verde na Amazônia

- 3 e 4 de maio – Alta Floresta (Mato Grosso)

Seminário promovido pela prefeitura do município de Alta Floresta, com participação da prefeitura do município de Carlinda e do Instituto Ouro Verde. Teve como objetivo avaliar impactos dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia e apresentar estratégias sustentáveis e boas práticas ambientais para alçar Alta Floresta à categoria de Município Verde na Amazônia. Na ocasião, foi feita uma apresentação sobre os objetivos e a forma de atuação do Fundo Amazônia.

Seminário: Fundo Amazônia – Construindo sua História

- 16 de junho – Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)

Seminário promovido pelo BNDES em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente durante a Rio+20. Foram relatados os resultados e as experiências de implementação de oito projetos apoiados pelo fundo, da perspectiva dos próprios beneficiários. Também participaram do evento o diretor do BNDES, Guilherme Lacerda, o secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, além de representantes dos doadores e do COFA.

Participação na Rio+20

- 13 e 22 de agosto – Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)

Durante os dez dias da conferência Rio+20, a equipe do Fundo Amazônia participou de diversos eventos, contribuindo para internalizar no BNDES a riqueza do debate entre governos, especialistas e sociedade civil em torno da agenda socioambiental internacional. Nesse período, a equipe também se revezou para atender ao público no estande do BNDES e, aproveitando a oportunidade de contar com a presença de representantes de grupos da Região Amazônica na cidade, realizou reuniões de trabalho na sede do Banco. Cabe destaque a presença do presidente do BNDES, Luciano Coutinho, no *side event* Política Brasileira de Redução do Desmatamento, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente, com a participação da ministra Izabella Teixeira.

InterClima 2012

- 29 a 31 de outubro – Lima (Peru)

Encontro internacional organizado pelo Ministério do Meio Ambiente peruano para articulação entre diferentes iniciativas e processos relacionados à gestão de mudanças climáticas. Durante o encontro, foi realizada apresentação sobre a experiência do BNDES na gestão do Fundo Amazônia, que integrou o painel "Institucionalização da Gestão dos Riscos Climáticos".

Interlocução com o público

Para dar mais transparência e segurança ao fluxo de informações, o BNDES criou as caixas postais eletrônicas listadas a seguir:

1. FundoAmazonia-SecretariaComite@bndes.gov.br
   Objetivo: enviar e/ou receber convocações diversas, informações sobre destituição e nomeação dos membros, demandas para a inclusão de assuntos na pauta das reuniões etc.

2. FundoAmazonia-FaleConosco@bndes.gov.br
   Objetivo: responder às perguntas do público em geral encaminhadas por intermédio do *site*.

3. FundoAmazonia@bndes.gov.br
   Objetivo: enviar convites para seminários, marcar reuniões etc.

Todas as mensagens recebidas nos endereços citados são registradas e respondidas. Não estão computadas as consultas dirigidas diretamente ao quadro técnico do BNDES e as encaminhadas, por exemplo, por meio da assessoria de imprensa do BNDES.

Durante 2012, foram recebidas e respondidas, pelo *e-mail* fundoamazonia-faleconosco@bndes.gov.br, 133 consultas provenientes dos estados da Amazônia Legal, de outros estados brasileiros e também do exterior.

Das 133 consultas, 53 eram solicitações de esclarecimentos sobre a forma de apresentar projetos; 16 eram pedidos de informações sobre áreas de atuação do fundo; 15 sobre quem pode ser beneficiário; e 13 sobre a consulta pública. As 36 restantes referiam-se a assuntos diversos.

Desde que começaram a ser contabilizadas, em 2010, as respostas dadas por meio do "Fale Conosco" do Fundo Amazônia, houve um aumento expressivo em sua quantidade, passando de 83, em 2010, para 109, em 2011, agora alcançando 133.

Adicionalmente, por conta da Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis, realizada em 2012, foi criada uma conta de *e-mail* específica para responder às perguntas relativas a seu funcionamento e andamento. Até dezembro de 2012, foram respondidas 233 consultas por essa caixa postal, das quais 152 sobre a primeira fase e 81 sobre a segunda.

DESEMPENHO OPERACIONAL

CARTEIRA DE PROJETOS

De junho de 2009 a dezembro de 2012, o Fundo Amazônia aprovou a destinação de recursos para apoio financeiro a 36 projetos, no valor total de R$ 439.778.543,59. Nesse período, o número de projetos aprovados em cada ano está apresentado na Tabela 6:

TABELA 6: PROJETOS APROVADOS – 2009-2012

Ano	Nº de projetos aprovados	Valor total do apoio (R$)	Valor desembolsado aos projetos (R$)
2009	5	70.339.010,00	-
2010	8	119.891.704,43	11.105.966,90
2011	10	70.499.580,47	59.740.091,49
2012	14	179.048.248,69	71.205.781,69
	36*	439.778.543,59	142.051.840,08

* Do número total de projetos e do valor total do apoio, foi excluído o projeto do município de Cumaru do Norte por desinteresse do proponente.

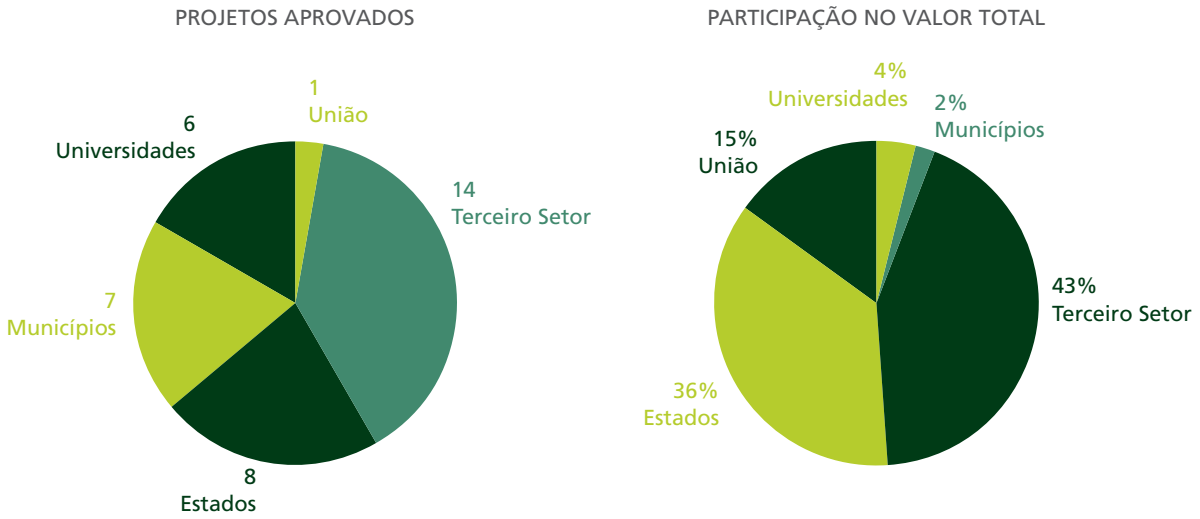
Do total de projetos aprovados, 24 (67%) encontram-se em implementação e receberam recursos financeiros para a execução das ações previstas, de acordo com seus cronogramas físico-financeiros, que variam de um a cinco anos. No período considerado, o total desembolsado soma R$ 142.051.840,081, destinados ao desenvolvimento de ações com impactos em mais de 300 municípios (57% dos municípios do Bioma Amazônia).

Tais ações contemplam o fomento a atividades produtivas sustentáveis, a regularização ambiental e fundiária, o monitoramento de propriedades rurais, com recuperação de áreas degradadas e de proteção permanente, a consolidação e manutenção de áreas de preservação, o fortalecimento institucional e a estruturação físico-operacional de órgãos governamentais de gestão ambiental, e a ampliação do conhecimento disponível e utilizado sobre a biodiversidade da região.

Conforme ilustra o Gráfico 4, 14 dos 36 projetos (39%) são provenientes de instituições do terceiro setor. Os demais projetos aprovados são originários do setor público, sendo oito deles da administração pública direta estadual, sete da administração pública direta municipal, um da

administração pública direta federal e seis de universidades públicas. Do total do apoio a esses projetos, como demonstra o Gráfico 5, 43% serão destinados a projetos apresentados por instituições do terceiro setor, 36% a projetos apresentados pela administração pública direta estadual, 15% ao projeto da administração pública direta federal, 4% a projetos apresentados por universidades e 2% a projetos dos municípios. O reduzido percentual de participação dos municípios no total do apoio aos projetos do Fundo Amazônia se justifica pelo baixo valor médio por projeto, que é de aproximadamente R$ 1.002.326,34.

GRÁFICOS 4 E 5: NÚMERO DE PROJETOS APROVADOS E VALOR TOTAL DO APOIO (R$), DISTRIBUIÇÃO POR NATUREZA JURÍDICA DO RESPONSÁVEL



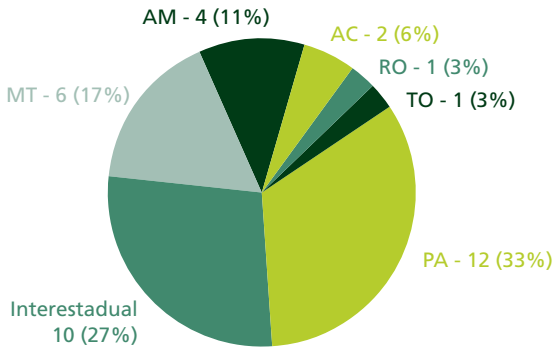
Os gráficos 6 e 7 enfocam a abrangência territorial dos projetos aprovados. Conforme ilustrado, todos os estados da Amazônia Legal serão beneficiados, de alguma forma, pela implantação dos projetos apoiados, dos quais 50% (18) estão localizados nos estados do Pará e do Mato Grosso.

Quanto ao valor total do apoio financeiro aos projetos aprovados, verifica-se que não há concentração de recursos em qualquer um dos estados do Bioma Amazônia, conforme as diretrizes e critérios para aplicação do Fundo Amazônia (veja capítulo "Governança em 2012"). Os quatro estados com maior participação no valor total do apoio financeiro (Amazonas, Pará, Mato Grosso e Acre) possuem, em conjunto, mais de 81% do total da área do Bioma Amazônia no Brasil.[12]

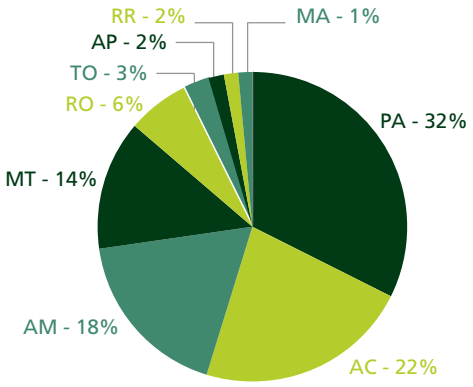
12 Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

GRÁFICOS 6 E 7: NÚMERO DE PROJETOS APROVADOS E VALOR TOTAL DO APOIO (R$), DISTRIBUIÇÃO POR ESTADO

PROJETOS APROVADOS



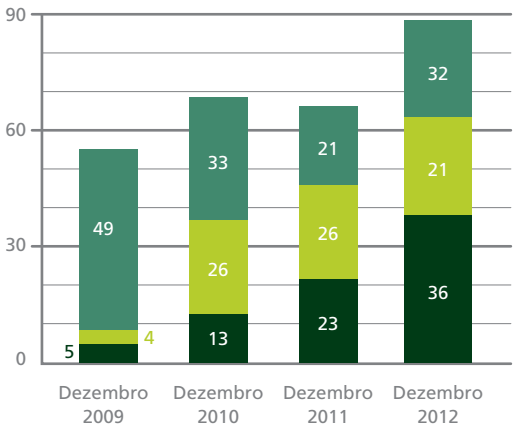
PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL



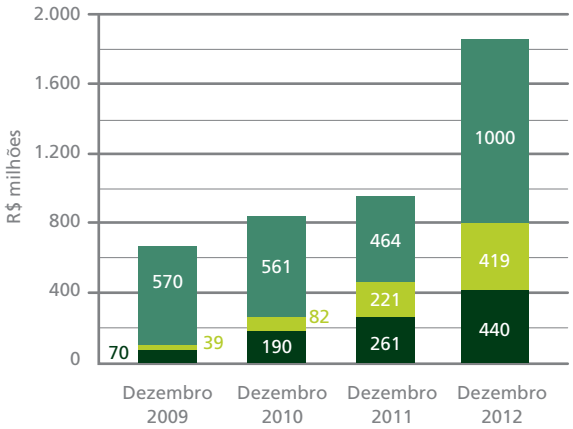
A evolução do portfólio das operações do fundo (em consulta, em análise e aprovados)[13] está representada nos gráficos 8 e 9:

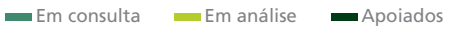
GRÁFICOS 8 E 9: EVOLUÇÃO DO NÚMERO E DO VALOR TOTAL (R$) DE PROJETOS, POR SITUAÇÃO NO PORTFÓLIO OPERACIONAL DO BNDES

NÚMERO DE PROJETOS



VALOR SOLICITADO





13 Operações ativas são as solicitações de apoio (projetos) que estão na carteira do BNDES/Fundo Amazônia.

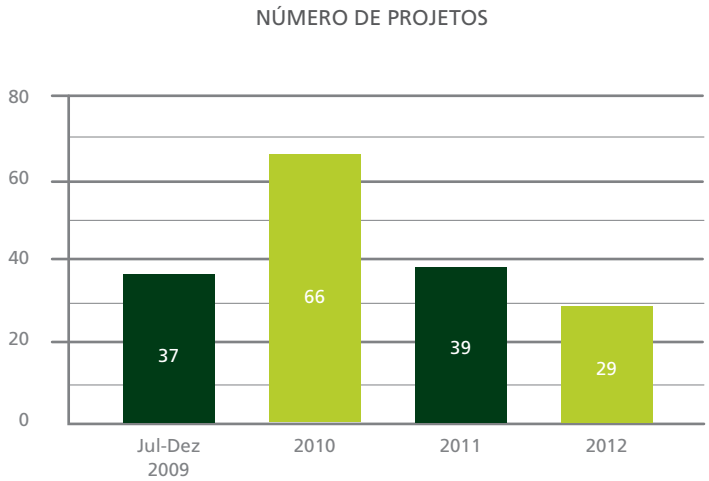
Os gráficos 8 e 9 demonstram que, em 2012, o número de projetos aprovados cresceu 57% em relação a 2011, de 23 para 36 projetos. Observa-se que o volume de recursos solicitados aumentou quase 90% (de R$ 221.475.460,00 para R$ 419.292.119,92), evidenciando a apresentação de projetos de maior porte no fim de 2012.

Outro aspecto a ser ressaltado é a redução do número de pedidos negados na fase inicial de tramitação operacional no BNDES. Esse fato decorre de um esforço permanente no processo de comunicação sobre o fundo, que envolve, entre outras iniciativas: o aprimoramento dos seus modelos de solicitação de apoio financeiro, para melhor compreensão externa das informações requeridas e procedimentos do Banco; a atuação dos parceiros com representação no COFA e dos demais agentes e públicos engajados, os quais contribuíram com debates e sugestões para ampliar o conhecimento sobre o Fundo Amazônia.

Os resultados puderam ser notados a partir de 2011, ano em que se observou uma redução de quase 41% no número de pedidos negados (de 66 para 39), demonstrando maior adequação e qualificação das propostas apresentadas. Em 2012, a redução foi de 26% (29 pedidos negados).

O Gráfico 10 mostra o número de consultas negadas no período de julho de 2009 a 31 de dezembro de 2012. Outros 14 pedidos, que já estavam em fase de análise, foram retirados do portfólio em 2012, por falta de apresentação de documentos e informações imprescindíveis para o término da análise ou para a efetivação da contratação do projeto; ou porque o proponente não manifestou interesse de que o BNDES prosseguisse com a análise.

GRÁFICO 10: NÚMERO DE CONSULTAS NEGADAS ATÉ 31.12.2012



ASPECTOS FINANCEIROS

Solicitação e utilização dos recursos doados

Tendo em vista que o Fundo Amazônia conta com mais de um doador, fez-se necessário ordenar as solicitações de desembolsos aos doadores e também definir critérios para a utilização dos valores disponíveis no Fundo Gaia.

Em julho de 2011, o BNDES emitiu norma interna estabelecendo os princípios norteadores e as regras para utilização das doações recebidas e para solicitação de novos recursos financeiros oriundos dos contratos de doação pelo Banco. Pelas regras estabelecidas, as doações podem ser efetivadas por meio de doações instantâneas e contratos diferidos.

Conforme disposto nos contratos de doação diferida celebrados com os governos da Noruega e da Alemanha, os desembolsos para o fundo são efetuados semestralmente, ou em menor tempo, com base nas necessidades financeiras do Fundo Amazônia, mediante solicitação do BNDES. Até 31 de dezembro de 2012, foi desembolsado para o fundo um total de R$ 226.901.233,10 (R$ 204.302.533,10 pelo governo da Noruega e R$ 22.598.700,00 pelo KfW).[14] A Petrobras, empresa brasileira, desembolsou para o Fundo Amazônia, na modalidade de doação instantânea, um total de R$ 7.929.444,23, entre 2011 e 2012.

Desse modo, até 31 de dezembro de 2012, o Fundo Amazônia recebeu R$ 234.830.677,33 em doações para aplicação nos projetos apoiados, conforme seus respectivos cronogramas de implementação.

Uma parcela do valor encaminhado pelos doadores (3%), conforme determinado no Decreto 6.527/08, destina-se ao ressarcimento de custos operacionais e despesas administrativas relativos à gestão do Fundo Amazônia. Em março de 2010, a Diretoria do BNDES definiu quais custos e despesas do Fundo Amazônia (viagens, secretaria do COFA, contratações específicas para atender às reuniões do COFA, auditoria, publicidade etc.) poderiam ser pagos utilizando-se a mencionada parcela de 3%, bem como aprovou os procedimentos relacionados e as contas contábeis pertinentes. Visando conferir maior transparência à destinação dos recursos disponibilizados ao fundo, o BNDES optou por alocar aos 3% apenas os gastos claramente relacionados ao fundo. Assim, algumas despesas administrativas incorridas pelo BNDES, tais como despesas com pessoal, não são contabilizadas como sendo do Fundo Amazônia e são integralmente pagas com recursos próprios do Banco. Em 2012, esses custos e despesas totalizaram R$ 2.692.882,86.

14 No dia 28 de dezembro de 2012, o KfW transferiu € 6.000.000,00 ao Fundo Amazônia. Os recursos foram convertidos para reais (R$ 15.954.600,00) e depositados na conta-corrente do fundo, no início de janeiro de 2013. Esse valor está computado no valor total encaminhado pelo KfW.

As tabelas 7 e 8 a seguir resumem a situação dos recursos recebidos para utilização nos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia. Os valores foram registrados com base nas normas brasileiras de contabilidade e na legislação vigente.

TABELA 7: BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2012 (MILHARES DE R$)

Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido	
Circulante		Circulante	
Fundo Gaia (97%)	90.885	Recursos de projetos*	90.885
Recursos para custeio (3%)	2.333		
Rendas a receber	3	Patrimônio Líquido	
-	-	Superávit acumulado	2.336
Total do Ativo	93.221	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	93.221

* O saldo da conta "Recursos de projetos", registrado no Passivo Circulante, corresponde ao somatório dos 97% dos valores recebidos dos doadores e os rendimentos correspondentes, montante que o Fundo Amazônia está obrigado a aplicar em projetos.

TABELA 8: RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2012 (MILHARES DE R$)

Receitas	
Receita de doações para investimentos (liberações a projetos)*	71.206
Receita de doações para custeio (3% do valor recebido no ano – principal)	3.566
Receita financeira (rendimentos das aplicações financeiras no Fundo Gaia)	6.855
Receita financeira (rendimentos das aplicações financeiras ref. 3% para custeio)	196
	81.823
(-) Despesas	
Despesas com doações para investimento (liberações a projetos)*	71.206
Despesas com remuneração de recursos de projetos**	6.855
Despesas administrativas	2.693
	80.754
Superávit do período	1.069

* Conforme entendimento da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 7ª RF, o confronto de receitas e despesas para apuração da incidência de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as doações ao Fundo Amazônia será efetuado em valor equivalente, de forma a anularem-se mutuamente, na data e no exato montante das liberações de recursos aos projetos apoiados.
** Remuneração do passivo ("Recursos de projetos"), correspondendo exatamente aos rendimentos relativos à aplicação no Fundo Gaia.

Auditorias

Anualmente, o Fundo Amazônia passa por três processos de auditoria. O primeiro ocorre no âmbito da auditoria externa dos demonstrativos financeiros do próprio BNDES, uma vez que o fundo, de natureza contábil e sem personalidade jurídica, tem suas contas alocadas nos registros contábeis do

Banco. Adicionalmente, visando ao cumprimento da exigência estabelecida no Decreto 6.527/08 e em contratos de captação de doações, o BNDES também contratou a prestação dos serviços de:

1. Auditoria contábil (*financial audit*): para avaliar a veracidade dos saldos registrados nas demonstrações financeiras do Fundo Amazônia, bem como a adequação da alocação desses saldos nas demonstrações financeiras do BNDES. Essa auditoria examina os valores depositados no Fundo Gaia, do Banco do Brasil, fundo de aplicação de perfil conservador contratado para remunerar e manter a atualização monetária das parcelas doadas e efetivamente ingressadas no país. São também verificados os contratos com beneficiários, os recursos desembolsados do Fundo Gaia, que são destinados para aplicação nos projetos apoiados, bem como as despesas incorridas com a gestão do fundo; e
2. Auditoria de cumprimento (*compliance audit*): para avaliar se os projetos apoiados, tendo em vista seus objetivos, produtos, serviços e ações previstas, estão de acordo com as determinações do Decreto 6.527/08, as diretrizes e critérios do COFA, o Plano Amazônia Sustentável (PAS) e o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM).

Os procedimentos de auditoria contábil relativos ao ano de 2012 foram realizados pela empresa KPMG Auditores Independentes. O referido auditor concluiu pela adequação dos saldos contábeis apresentados pelo BNDES. A auditoria de cumprimento foi executada pela BDO RCS Auditores Independentes, que também concluiu pela conformidade dos projetos apoiados pelo fundo em 2012.

No Anexo 4 do presente relatório, encontram-se o parecer dos auditores independentes e os demonstrativos contábeis do Fundo Amazônia relativos ao ano de 2012. O relatório da auditoria de cumprimento consta do Anexo 5 deste relatório anual.

CHAMADA PÚBLICA DE PROJETOS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS

O Fundo Amazônia lançou, em 2012, a Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis com o objetivo de selecionar propostas candidatas a obter apoio financeiro não reembolsável para o desenvolvimento de atividades econômicas de uso sustentável da Floresta Amazônica e de sua biodiversidade.

Essa chamada pública é fruto das recomendações feitas pela Comissão para Detalhamento e Estruturação de Projetos instituída no âmbito do COFA, cujos encaminhamentos foram referendados na sua 11ª reunião, realizada em 27 de outubro de 2011, em Brasília (DF). Também ficou

indicado que os projetos fossem aglutinadores, ou seja, empreendimentos gerenciados por uma entidade e composto por subprojetos de outras entidades, orientados para o desenvolvimento de cadeias de valor relacionadas às seguintes categorias: manejo florestal madeireiro e não madeireiro; aquicultura e arranjos de pesca; e sistemas agroecológicos e agroflorestais.

Critérios a serem avaliados pela Comissão de Seleção e Classificação

- Contribuição para geração de trabalho e renda
- Sustentabilidade e permanência dos resultados
- Estratégia de ação, clareza na definição dos objetivos e na metodologia da proposta
- Histórico e capacidade técnica do proponente
- Coerência entre custos de pessoal, de mercado e resultados
- Relação entre o número de famílias beneficiadas e o valor solicitado
- Integração com políticas públicas
- Questões de gênero e juventude
- Contrapartida financeira
- Inovação

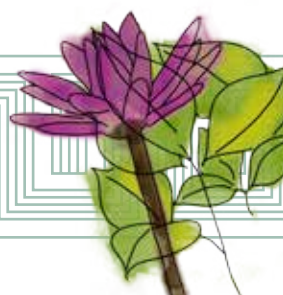
O valor financiável de cada proposta foi limitado, no mínimo, a R$ 2.000.000,00 e, no máximo, a R$ 10.000.000,00, sendo que cada subprojeto poderia alcançar, no máximo, R$ 500.000,00.

Para divulgar a Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis, o BNDES realizou, em parceria com os governos dos estados da Amazônia e com apoio da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GIZ), uma rodada de eventos de divulgação e capacitação. As oficinas foram realizadas entre março e abril nas cidades de Rio Branco (Acre), Macapá (Amapá), Manaus (Amazonas), São Luís (Maranhão), Cuiabá (Mato Grosso), Belém (Pará), Porto Velho (Rondônia), Boa Vista (Roraima) e Palmas (Tocantins).

O acolhimento de propostas encerrou-se em 26 de julho de 2012, com o total de 97 propostas recebidas. Foi realizada uma primeira fase de análise de conformidade das propostas com os requisitos previstos no edital, que resultou na classificação de 38 delas, cujo conteúdo técnico está sendo analisado pela Comissão de Seleção e Classificação de Projetos. O resultado será divulgado em 2013.

Composição da Comissão de Seleção e Classificação de Projetos

- Ministério do Meio Ambiente
- Ministério do Desenvolvimento Agrário
- Ministério de Pesca e Aquicultura
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
- Serviço Florestal Brasileiro
- Bancada da sociedade civil do Comitê Orientador do Fundo Amazônia
- Bancada dos governos estaduais do Comitê Orientador do Fundo Amazônia
- Fórum de secretários estaduais de Meio Ambiente da Amazônia Legal
- BNDES



MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

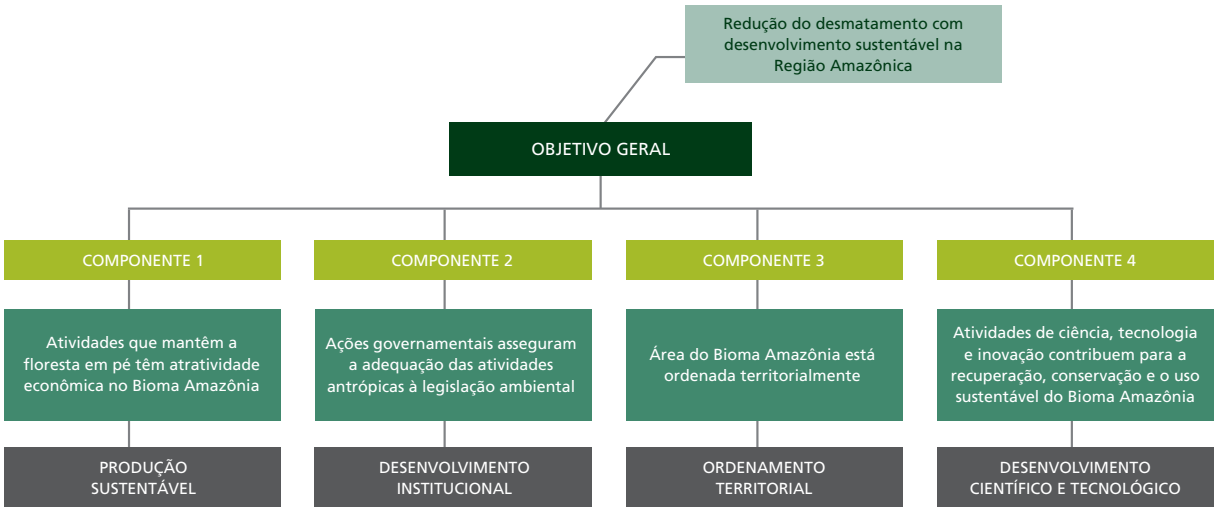
QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA

A utilização, pelo Fundo Amazônia, da ferramenta de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação Quadro Lógico visa contribuir para seu melhor desempenho, pois possibilita levantar e consolidar dados de indicadores de execução e de efetividade das ações que mensuram o fornecimento e o uso dos produtos e serviços dos projetos apoiados, bem como medir a qualidade e quantidade dos resultados alcançados.

O Quadro Lógico do Fundo Amazônia foi elaborado, em 2009, e consolidado em setembro de 2010. O processo de sua construção foi realizado internamente no BNDES e contou com a colaboração de diversos interlocutores externos.

Tendo em vista a amplitude das áreas de atuação do Fundo Amazônia, seu Quadro Lógico foi estruturado, como ilustra a Figura 6, nos componentes 1, 2, 3 e 4, os quais resultam em quatro quadros lógicos específicos que compartilham o mesmo Objetivo Geral.[15]

FIGURA 6: QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA E SEUS COMPONENTES

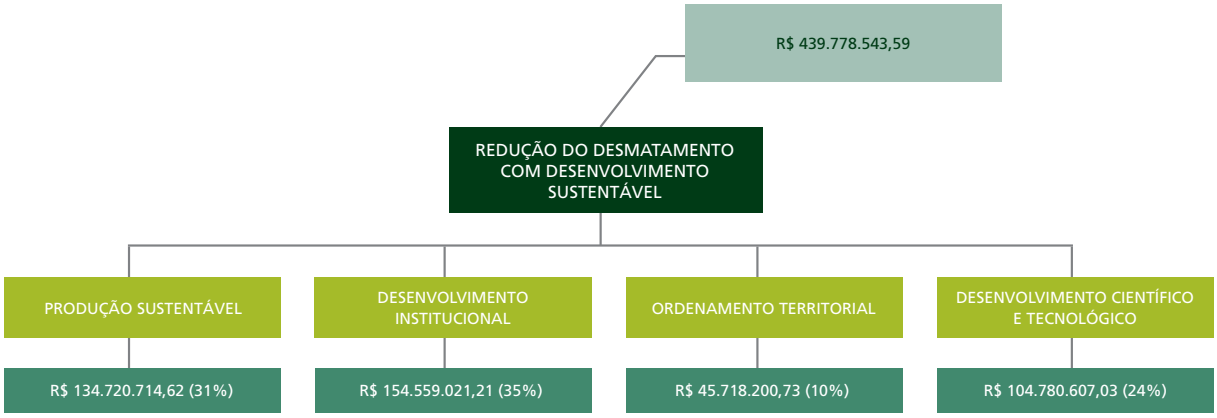


15 Na definição do Objetivo Geral (Alvo Estratégico) do Fundo Amazônia, convergiu-se para uma proposição resumida e focada nesse bioma, sem impedir que o Fundo Amazônia atue no apoio ao monitoramento em outros biomas (brasileiros) e em outros países tropicais.

Distribuição dos projetos do Fundo Amazônia por componente do Quadro Lógico

A Figura 7 exemplifica como os 36 projetos aprovados até 31 de dezembro de 2012 estão distribuídos entre os quatro componentes do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

FIGURA 7: DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS CONFORME OS COMPONENTES DO QUADRO LÓGICO



QUADRO LÓGICO DOS PROJETOS DO FUNDO AMAZÔNIA

Tanto o Quadro Lógico do Fundo Amazônia quanto os quadros lógicos dos projetos por ele financiados seguem a mesma estrutura: os resultados (ou produtos e serviços) levam aos objetivos específicos que, por sua vez, colaboram, por meio de seus efeitos, para a realização do Objetivo Geral (Alvo Estratégico).

Os primeiros projetos do Fundo Amazônia foram aprovados já em 2009, antes de concluída a construção de seu Quadro Lógico. Posteriormente, foram construídos quadros lógicos específicos para todos os projetos apoiados pelo fundo, em conjunto com os beneficiários, sempre de forma participativa.

A construção dos quadros lógicos tem especial utilidade no monitoramento da execução de cada projeto apoiado, tendo em vista que, para cada um deles, é elaborado um Plano de Monitoramento específico, com a pactuação dos indicadores a serem acompanhados e sua periodicidade.

ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE RESULTADOS DOS PROJETOS DO FUNDO AMAZÔNIA

Além da utilização do Quadro Lógico como ferramenta de planejamento e gestão dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, as demais normas internas do BNDES para acompanhamento

de operações são obedecidas, visando prevenir ou solucionar situações que coloquem em risco a implantação desses projetos.

O período para a realização do acompanhamento de cada operação compreende desde a assinatura do instrumento contratual até a conclusão das obrigações nele assumidas. O intervalo máximo entre as datas de elaboração dos instrumentos de acompanhamento pelo BNDES é de 12 meses. Para subsidiar esse trabalho, o beneficiário da colaboração financeira do Fundo Amazônia deverá encaminhar relatórios de desempenho do projeto, contendo, entre outras, as seguintes informações: (i) resumo das principais ocorrências no período estipulado; (ii) quadro de usos e fontes do projeto indicando o total realizado no período e o acumulado; (iii) quadro de execução física do projeto; (iv) comprovação, por documentos hábeis, de que a empresa está em dia com suas obrigações fiscais e trabalhistas.

O acompanhamento pelo BNDES inclui, entre outras, as seguintes atividades: (i) verificação da execução física e financeira do projeto, mediante visita ao local de sua realização, quando necessário; (ii) análise dos dados financeiros do beneficiário; (iii) verificação do atendimento das condições estabelecidas no instrumento contratual; (iv) observação das recomendações para acompanhamento existentes no relatório de análise da operação e em relatório de acompanhamento anterior; e (v) recomendações para posterior acompanhamento, quando necessário.

Cada liberação de recursos está condicionada à verificação do cumprimento, pelo beneficiário da colaboração financeira, das normas e cláusulas contratuais pertinentes. A critério do BNDES, será realizada visita de acompanhamento prévia à liberação, devendo o beneficiário também estar em dia com a execução física e financeira do projeto e com o encaminhamento do relatório de desempenho.

Tendo em vista o término previsto da implantação de diversos projetos apoiados em 2013, foi disponibilizado no *site* do Fundo Amazônia um modelo de relatório de avaliação de resultados. Os relatórios de avaliação de resultados serão preenchidos e enviados ao BNDES pelos responsáveis pela execução dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia em sua conclusão.

O objetivo básico desse relatório é consolidar informações sobre a execução do projeto apoiado e os resultados alcançados, devendo conter informações sobre sua evolução; o monitoramento dos indicadores de seu Quadro Lógico; os resultados e impactos alcançados; a sustentabilidade futura desses resultados; problemas que surgiram em sua implantação; bem como conhecimentos gerados e lições aprendidas.

RESULTADOS DOS PROJETOS APOIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA

Os primeiros cinco projetos foram aprovados em 2009, primeiro ano de operação do fundo, e contratados ao longo de 2010, quando começou sua efetiva execução. Em 2010, 2011 e 2012, foram aprovados, respectivamente, oito, dez e 14 projetos. Todavia, considerando que houve o cancelamento de um deles, a carteira de projetos aprovados totaliza 36 projetos.

Alguns desses projetos beneficiam instituições que estarão, por sua vez, selecionando projetos apresentados por outras instituições. Nessa categoria, o Fundo Amazônia apoiou, em conjunto com a Conservation International (CI), a estruturação e operacionalização do Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas, por meio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio).

Outro exemplo é o apoio ao Fundo Dema, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, que visa apoiar projetos socioambientais de pequeno valor, por meio de oito chamadas públicas a serem lançadas ao longo de três anos, beneficiando comunidades tradicionais no estado do Pará, com foco na área de influência das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas.

Apesar de não realizar chamadas públicas, o projeto de responsabilidade da Fundação Amazônia Sustentável, gestora do Programa Bolsa Floresta, repassa recursos financeiros, máquinas e equipamentos para as populações e associações de moradores de 14 unidades de conservação (UC) no estado do Amazonas.

Outro exemplo desse tipo de projeto foi contratado, em 2012, pelo Fundo Amazônia com a Fundação Banco do Brasil (FBB), durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Nesse caso, serão apoiados com recursos do Fundo Amazônia e da FBB projetos a serem selecionados a partir de chamadas públicas que estão sendo realizadas pela FBB, visando apoiar iniciativas que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas ao uso sustentável do Bioma Amazônia.

Também em 2012 foi aprovado, em favor do Instituto Sociedade, População e Natureza, um projeto que contempla a realização de quatro chamadas públicas que vão selecionar e financiar projetos socioambientais de pequeno valor voltados para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais em áreas do Bioma Amazônia dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Portanto, o número de 36 projetos apoiados pelo Fundo Amazônia até 2012 não revela de fato a abrangência total daqueles que virão a ser efetivamente apoiados, já que, em vários deles, seus responsáveis estarão, por sua vez, selecionando outras entidades que ficarão responsáveis pela execução dos projetos posteriormente selecionados.

Até 2012 não houve a conclusão de projetos apoiados pelo Fundo Amazônia. Todavia, alguns deles já apresentam resultados significativos, como é o caso do projeto executado pelo governo do município de Alta Floresta no estado de Mato Grosso.

Esse projeto teve como objetivo apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no município por meio da realização do diagnóstico ambiental e da viabilização do processo de registro das pequenas propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), além de promover ações de fomento à recuperação de áreas de preservação permanente degradadas próximas às nascentes localizadas nas pequenas propriedades.

Graças a esse apoio, em 2012, o município de Alta Floresta foi retirado da lista elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente com os municípios prioritários para ações de combate ao desmatamento na Amazônia.

Para sair da lista crítica do Ministério do Meio Ambiente e ser considerado município com desmatamento monitorado e sob controle, Alta Floresta precisou, além de reduzir o desmatamento, ter 80% das propriedades inseridas no CAR do estado.

Para o município de Alta Floresta, a saída dessa lista representou uma importante vitória, tendo em vista as restrições associadas à permanência nela, como as restrições de crédito impostas aos produtos rurais do município. Inegavelmente, o apoio do Fundo Amazônia foi crucial nessa vitória. Esse projeto tem conclusão prevista para 2013, com prestação de contas e avaliação dos resultados alcançados.

Outro projeto que já demonstra resultados expressivos é o de responsabilidade da The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil) que realiza atividades de mobilização de atores locais em 12 municípios dos estados do Pará e de Mato Grosso, visando à adesão ao CAR e ao monitoramento do desmatamento na região por meio de imagens de satélite.

O projeto da TNC alcançou, em 2012, a marca de mais de 14,6 mil imóveis rurais georreferenciados para inclusão no CAR, correspondendo a um total de 10 milhões de hectares. Já a área efetivamente incluída no cadastro chegou a 7,3 milhões de hectares, somados os 12 municípios do projeto no Pará e em Mato Grosso. O total de imóveis cadastrados supera oito mil.

No estado do Pará, pode ser mencionado o projeto de responsabilidade do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Uma das várias ações apoiadas nesse projeto é a de monitoramento mensal do desmatamento nos 11 municípios-alvo.

O Imazon gera boletins municipais que incluem informações sobre desmatamento, exploração madeireira e queimadas, com a indicação das coordenadas desses eventos por categoria de área. Todos os boletins municipais de monitoramento são enviados ao Programa Municípios Verdes do governo do estado do Pará, às Secretarias Municipais de Meio Ambiente e ao Ministério Público Federal.

Esses resultados são apresentados mensalmente nas reuniões do Comitê Gestor do Programa Municípios Verdes. Como resultado do monitoramento mensal do desmatamento e das atividades de controle de campo conduzidas pelos municípios, dois municípios do projeto (Dom Eliseu e Ulianópolis) atenderam aos requisitos e saíram da lista de municípios prioritários para ações de combate ao desmatamento do Ministério do Meio Ambiente.

Nesse contexto, cabe mencionar que os estados do Pará e de Mato Grosso foram, respectivamente, o primeiro e o segundo estados com as maiores taxas de desmatamento na Amazônia Legal, tanto em 2011 quanto em 2012. Não obstante, a taxa de desmatamento no estado do Pará passou de 3.008 km², em 2011, para 1.699 km², em 2012. Quanto ao estado do Mato Grosso, a taxa de desmatamento também teve queda drástica, passando de 1.120 km² (2011) para 777 km² (2012).

Para uma visualização completa dos resultados esperados de cada projeto apoiado pelo Fundo Amazônia, podem ser consultadas, ainda, as informações constantes no tópico "Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia" do presente relatório. Para uma visão agregada desses resultados a partir da consolidação de várias das metas dos diferentes projetos, veja o tópico "Evolução, Desafios e Perspectivas".

AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO FUNDO AMAZÔNIA E RISCOS

O Alvo Estratégico ou Objetivo Geral do Fundo Amazônia foi definido em seu Quadro Lógico como sendo a "redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Região Amazônica". Um dos indicadores selecionados para medir a evolução desse objetivo foi o "desmatamento anual no Bioma Amazônia", conforme medido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

A taxa de desmatamento foi de 7.464 km², em 2009, sendo este considerado o ano-base para fins de acompanhamento da evolução dos indicadores do Fundo Amazônia, já que nele foram aprovadas as primeiras operações desse fundo sem que, todavia, tenham ocorrido liberações de recursos para os projetos aprovados.

Por sua vez, a taxa de desmatamento divulgada pelo Inpe para o ano de 2012 foi estimada em 4.656 km². Comparando essas taxas de desmatamento, verifica-se que entre 2009 e 2012 ocorreu uma queda de 37% na taxa de desmatamento na Amazônia Legal.

Essa queda significativa na taxa de desmatamento na Amazônia brasileira é fruto da sinergia de várias iniciativas, aí incluídas as ações do Fundo Amazônia. É inegável que o apoio, mencionado no item anterior, a projetos nos estados do Pará e de Mato Grosso contribuiu, por exemplo, para a redução no desmatamento ocorrido nesses estados, ao integrar um amplo conjunto de ações que se encontram em curso e que foram responsáveis por essa evolução favorável no combate ao desmatamento na Amazônia.

Não obstante, vale lembrar a escala ainda reduzida dos projetos do Fundo Amazônia *vis-à-vis* a dimensão da Amazônia brasileira e os cerca de 25 milhões de habitantes que nela residem.

Um segundo indicador selecionado para medir a evolução do Objetivo Geral do Fundo Amazônia – redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Região Amazônica – é a participação do Produto Interno Bruto (PIB) dos estados com presença do Bioma Amazônia em relação ao PIB brasileiro.

O crescimento da produção de bens e serviços é um indicador básico do comportamento da economia. O PIB é útil para sinalizar, em muitos aspectos, o estado do desenvolvimento econômico de uma determinada região. Não obstante, esse não é um indicador ideal para a medição de desenvolvimento sustentável, já que não contabiliza, por exemplo, passivos ambientais gerados pelas atividades econômicas. Assim, esse indicador só sinaliza o alcance das mudanças esperadas pelo Fundo Amazônia quando, em conjunto com o indicador de redução do desmatamento, for bem-sucedido.

As aplicações do Fundo Amazônia nas sete áreas temáticas previstas no Decreto 6.527, de 1º de agosto de 2008, se darão em projetos circunscritos ao território do Bioma Amazônia. Não obstante, para fins do acompanhamento da evolução do PIB nesse bioma, está sendo considerada uma área territorial um pouco mais ampla, a saber, a área de todos os estados que contenham esse bioma em seu território.

Assim, o Bioma Amazônia não se faz presente no território todo de três dos nove estados onde é encontrado. Em Mato Grosso, representa 54% de seu território, além de parte de Maranhão (34%) e Tocantins (9%). Entretanto, entende-se que essa imprecisão por si só não invalida a capacidade desse indicador para medir a evolução da atividade econômica no Bioma Amazônia.

A informação mais atual disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a evolução do PIB de cada estado da federação é relativa ao ano de 2010. Na Figura 8, constata-se que a evolução do PIB da região com a presença do Bioma Amazônia foi maior do que a média do crescimento do PIB nacional. Essa informação associada com a queda do desmatamento no período de 2009 a 2012 revela um processo virtuoso de redução do desmatamento com crescimento do PIB regional, o que, por sua vez, indica que o Objetivo Geral de "redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável" está mais próximo.

FIGURA 8: EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO PIB DOS ESTADOS COM PRESENÇA DO BIOMA AMAZÔNIA EM RELAÇÃO AO PIB BRASILEIRO

2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
7,15	7,50	7,96	7,88	7,76	7,81	8,13	8,04	8,13

Fonte: Elaboração própria, com base em dados de IBGE em parceria com os órgãos estaduais de estatística, secretarias estaduais de governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

No que tange aos riscos identificados durante a elaboração do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, isto é, aspectos que fogem à capacidade gerencial dos gestores do fundo, mas cuja ocorrência poderá exercer impacto negativo no alcance dos objetivos almejados, informa-se que, no período de 2009 a 2012, não foram identificadas ocorrências previstas ou não previstas que tenham tido um impacto negativo relevante.

Os principais riscos que haviam sido identificados são:

- influxo migratório anormal para a Região Amazônica que pressione o meio ambiente e os serviços fornecidos pelo estado;
- mudanças na legislação ambiental brasileira que reduzam a proteção da floresta;
- mudanças climáticas que resultem em períodos de estiagem prolongada e incêndios florestais;
- deterioração da conjuntura econômica que prejudique desenvolvimento da economia de base florestal sustentável;
- problemas fitossanitários e de saúde pública relacionados aos produtos agroflorestais que prejudiquem sua inserção no mercado;

- nova política de reforma agrária não alinhada com a Política Ambiental;
- migração da mão de obra empregada no desmatamento ilegal para outras atividades ilegais;
- migração de servidores públicos capacitados para outras atividades dentro e fora do governo;
- crescimento da demanda por madeira ilegal;
- crescimento da demanda por novas terras para cultivo e pastagem;
- descontinuidade da política de demarcação e homologação de novas áreas protegidas;
- descontinuidade do financiamento, por outros financiadores, das atividades de gestão de florestas públicas e terras protegidas; e
- evasão da região de quadros técnicos qualificados e pesquisadores.

Apesar de não terem sido percebidos impactos negativos relevantes com relação a esses riscos, entende-se que cabem alguns comentários quanto ao risco de "mudanças na legislação ambiental brasileira que reduzam a proteção da floresta", o qual havia sido identificado quando da elaboração do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, já que, naquela oportunidade, tramitava no Congresso Nacional Brasileiro um projeto de lei sobre essa matéria, que desde então despertava forte polarização política.

No curso de 2012, após intensas negociações no congresso, com expressiva mobilização da opinião pública, da sociedade civil organizada e das redes sociais, foram publicadas as leis 12.651, de 25 de maio de 2012, e 12.727, de 17 de outubro de 2012. Essas leis revogaram o Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965) até então vigente. Todo esse processo recebeu intensa cobertura da mídia, tanto escrita quanto televisiva, tendo sido matéria que despertou muita controvérsia.

Para alguns, a nova legislação representou um retrocesso na governança ambiental do país, enquanto, para outros, a atualização do código às necessidades contemporâneas era necessária, tendo deixado as regras mais claras e introduzido uma indispensável flexibilização.

Os críticos da nova legislação ambiental das florestas entendem que esta vai abrir caminho para a destruição de novas áreas verdes e favorecer predominantemente grandes fazendeiros. Entendem, também, que a suspensão de sanções por certas infrações cometidas até a data de 22 de julho de 2008 é um dos aspectos mais negativos da nova legislação.

Por outro lado, há quem defenda que a nova legislação seja mais próxima da realidade do país, já que trará para a conformidade legal práticas econômicas consagradas que se encontravam na ilegalidade. Há também quem ressalte o mérito da nova legislação de incorporar a ferramenta

do CAR, que representa um importante passo no processo de regularização ambiental de posses e propriedades rurais, tendo em vista que esse cadastro já estava sendo empregado com êxito como instrumento da política ambiental de alguns estados da Região Amazônica.

Não obstante os diferentes pontos de vista, é fato que a legislação em questão resultou de um amplo e transparente processo democrático da sociedade brasileira. Finalmente, entende-se que não existem ainda elementos suficientes para antecipar os impactos da nova legislação sobre o desmatamento, haja vista a complexidade da realidade onde se insere, bem como o pouco tempo de sua vigência.

Outro risco identificado quando da elaboração do Quadro Lógico do Fundo Amazônia foi o de "mudanças climáticas que resultem em períodos de estiagem prolongada e incêndios florestais". A Agência de Notícias da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Agência Fapesp) divulgou, em 4 de fevereiro de 2011, que a Floresta Amazônica, em 2005, passou por uma seca tão severa que foi classificada como um fenômeno raro, dos que costumam ocorrer uma vez a cada cem anos. A referida agência informou, ainda, que, segundo estudo feito por cientistas do Brasil e do Reino Unido, em 2010, a maior floresta tropical do mundo teve ainda menos chuvas do que em 2005.

Conclui-se, portanto, que eventos climáticos extremos, decorrentes das mudanças climáticas globais, poderão se tornar mais frequentes e mais intensos na Amazônia. Todavia, estudos demonstram que a resposta da floresta à seca é complexa e que ainda é necessário mais pesquisa científica para a melhor compreensão das consequências desses eventos para a floresta.

Assim, entende-se que no período de 2009 a 2012 não ocorreram fatos ou eventos de risco que impedissem o alcance dos objetivos do Fundo Amazônia.

PROJETOS APOIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA

PROJETO COM A UNIÃO FEDERAL

Inventário Florestal Nacional – Amazônia 67

PROJETOS COM OS ESTADOS

Secretaria do Meio Ambiente do Pará 70
SDS Amazonas 73
Valorização do Ativo Ambiental Florestal 76
Bombeiros Florestais de Mato Grosso 80
Proteção Florestal Tocantins 83
Acre: Incêndios Florestais Zero 86
Rondônia Mais Verde 89
Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas 92

PROJETOS COM OS MUNICÍPIOS

Olhos d'Água da Amazônia 95
Recupera Marcelândia 98
Preservar Porto dos Gaúchos 101
Nascentes do Buriti 104
Anapu Rumo ao Selo Verde 107
Jacundá, Município de Economia Verde 110
Porto de Moz Sustentável 113

PROJETOS COM AS UNIVERSIDADES

Nova Cartografia Social na Amazônia 116
Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia 119
Compostos Bioativos da Amazônia 122
Ilhas de Belém 125
Florestas de Mangue 128
Biodiversidade 131

PROJETOS COM O TERCEIRO SETOR

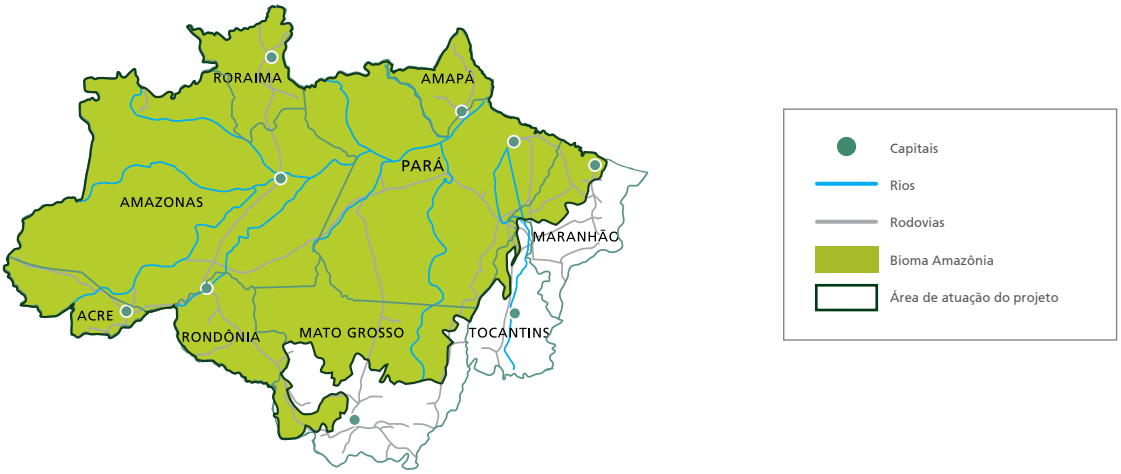
Bolsa Floresta 134
Virada Verde 137
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia 140
Áreas Protegidas da Amazônia – Fase 2 144
Sementes do Portal 147
Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável 151
Conhecer para Conservar 154
Fundo Dema 157
Fundo Kayapó 160
Assentamentos Sustentáveis na Amazônia 163
Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia 166
Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia 169
Mamirauá 172
Programa de Qualificação da Gestão Ambiental 175

Inventário Florestal Nacional – Amazônia

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Serviço Florestal Brasileiro (União Federal) <www.sfb.gov.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Bioma Amazônia
BENEFICIÁRIOS	Todas as pessoas e instituições que venham a utilizar as informações produzidas pelo inventário florestal da Amazônia
OBJETIVO	Implementar o inventário florestal no Bioma Amazônia para produzir informações acerca dos recursos florestais, estoque de carbono e uso do território pelas populações da região
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 65.000.555,12
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 65.000.555,12**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**48 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	31.7.2012
DATA DA CONTRATAÇÃO	**-**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	-
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**0%**



Contextualização

Um inventário florestal nacional é realizado periodicamente por meio de técnicas de amostragem, possibilitando um monitoramento contínuo de seus recursos florestais. Permite ainda o aprimoramento da gestão desses recursos e a obtenção de mais informações para subsidiar a definição das políticas florestais e de seus planos de uso e conservação.

A única edição de um inventário florestal com abrangência nacional no Brasil data de 1983 e teve como objetivo a geração de informações sobre os estoques de madeira de florestas naturais e plantadas, isto é, teve como foco principal a produção de madeira.

Alguns inventários regionais foram realizados também para atender a demandas particulares de informações e subsidiar programas de colonização ou planejamento.

Lógica de Intervenção

Atualmente, além de promover a medição do estoque de madeira, a realização de um inventário florestal nacional objetiva conhecer os estoques de biomassa e carbono, a biodiversidade, a vitalidade e a saúde das florestas, além da qualidade de vida da população que vive nas florestas ou próximo a elas.

As variáveis que serão coletadas nessa versão do Inventário Florestal Nacional (IFN) serão: as biofísicas, para verificação da dinâmica das florestas; as socioambientais, para averiguação da importância das florestas para a população que vive nelas ou em seu entorno ou da exploração de seus recursos; e as administrativas, que serão utilizadas no monitoramento do trabalho de campo.

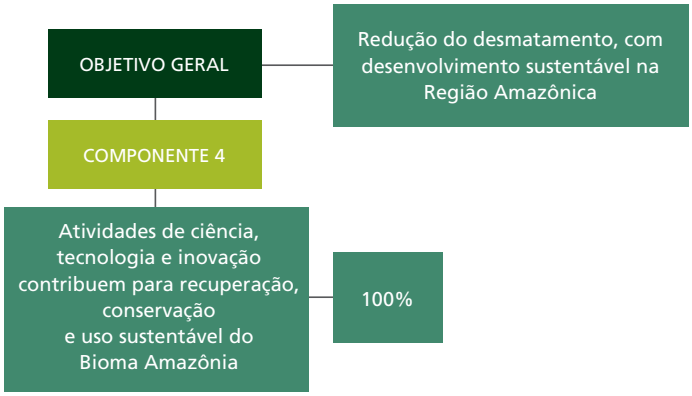
O intuito de, adicionalmente aos dados biofísicos, coletar as variáveis socioambientais é: acompanhar o uso e a percepção das pessoas ao longo do tempo em relação aos recursos florestais; melhorar e fortalecer as condições de uso sustentável das florestas; avaliar a efetividade da implementação de políticas públicas para esse setor; subsidiar a formulação e adequação das normas e regulamentos para a exploração e conservação dos recursos florestais; identificar demandas de pesquisa, novos usos de produtos e serviços e estratégias de agregação de valor ao uso sustentável das florestas.

O presente projeto propõe-se a implementar o IFN em todo o Bioma Amazônia, abrangendo, portanto, uma área de 419.694.300 hectares, que representa mais de 40% do território nacional.

Resultado Esperado

- IFN implementado no Bioma Amazônia, visando à constituição de um sistema de monitoramento florestal capaz de produzir informações sobre os recursos florestais da região para fundamentar a formulação, implementação e execução de políticas públicas e projetos de uso e conservação desses recursos.

FIGURA 9: LÓGICA DE INTERVENÇÃO

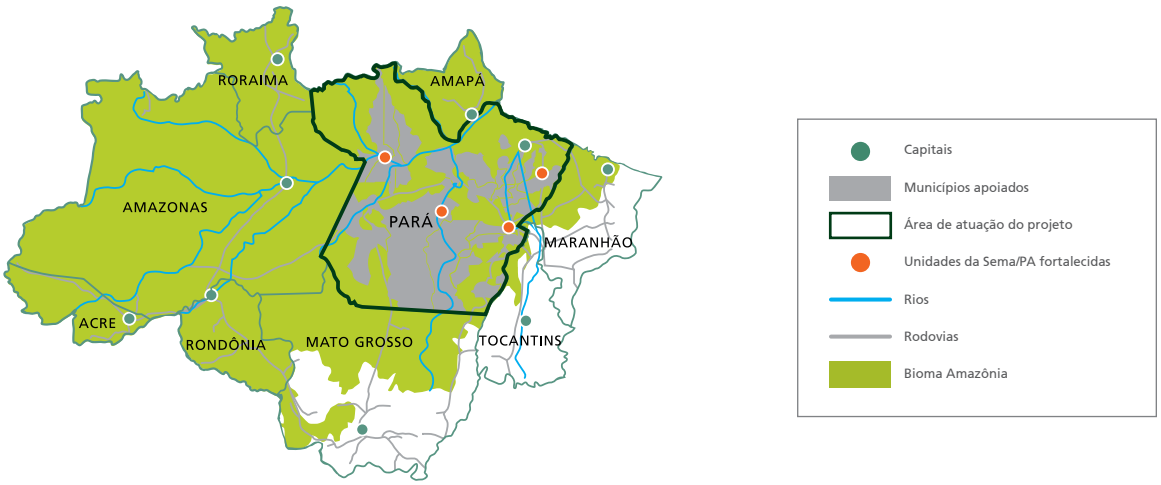


Secretaria do Meio Ambiente do Pará

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Estado do Pará <www.sema.pa.gov.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Estado do Pará
BENEFICIÁRIOS	População do estado do Pará, em especial produtores rurais
OBJETIVO	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no estado do Pará por meio do aprimoramento do processo de emissão do Cadastro Ambiental Rural (CAR), da descentralização e da desconcentração das atividades de sua Secretaria Estadual de Meio Ambiente e do aprimoramento do processo legal de licenciamento ambiental
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 15.923.230,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 15.923.230,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**36 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	9.7.2010
DATA DA CONTRATAÇÃO	**6.10.2010**
1° DESEMBOLSO EM 28.12.2011	R$ 3.216.379,62
2° DESEMBOLSO EM 13.8.2012	R$ 1.199.844,60
3° DESEMBOLSO EM 8.11.2012	R$ 1.715.646,40
4° DESEMBOLSO EM 7.12.2012	R$ 3.492.530,68
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	**R$ 9.624.401,30**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**60%**



Contextualização

O estado do Pará é o segundo maior estado brasileiro e o mais populoso de todo o Bioma Amazônia. Além disso, é também o que registra os maiores índices de desflorestamento da floresta amazônica, reflexo da expansão do extrativismo vegetal, da pecuária e, mais recentemente, da cultura da soja.

Nos últimos anos, no entanto, o poder público estadual vem se esforçando para conciliar proteção ambiental com desenvolvimento socioeconômico, o que se reflete em uma queda do desmatamento na região. Em 2012, de acordo com dados preliminares do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o índice de desmatamento no Pará caiu 44% em comparação com o ano anterior.

Lógica de Intervenção

O projeto do estado do Pará tem como objetivo fortalecer municípios e regiões para aumentar a eficiência da gestão ambiental em todo o estado. A estratégia é descentralizar e desconcentrar as atividades da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (Sema/PA) por meio da estruturação das sedes municipais de meio ambiente e da implementação e do fortalecimento de unidades regionais.

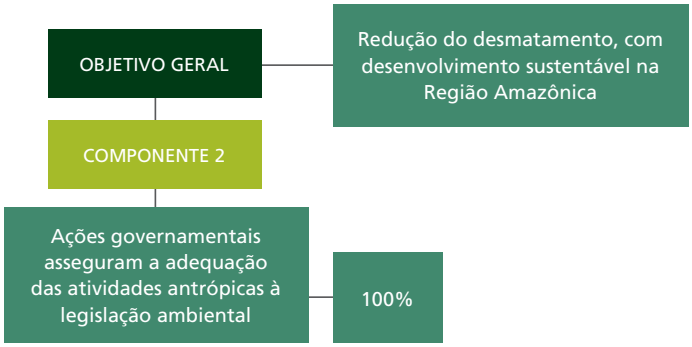
Para a descentralização das atividades da Sema/PA, serão realizadas ações de estruturação física e operacional das unidades administrativas municipais de meio ambiente em quarenta municípios, incluindo o reforço de infraestrutura tecnológica e capacitação de recursos humanos para apoio à emissão do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e para o aprimoramento do processo legal de licenciamento ambiental.

A desconcentração da gestão ambiental no estado prevê ações de implementação e fortalecimento das unidades regionais, tornando a Sema/PA mais próxima dos habitantes e dos agentes econômicos de regiões mais afastadas de Belém. Para alcançar esse objetivo, está prevista a estruturação de unidades regionais nos municípios de Marabá, Santarém, Paragominas e Altamira, além da própria sede da Sema/PA em Belém.

Resultados Esperados

- Unidades municipais de meio ambiente estruturadas (descentralização das atividades da Sema/PA);
- Atividades de gestão ambiental da Sema/PA desconcentradas;
- Infraestrutura tecnológica reforçada e recursos humanos capacitados para a emissão do CAR; e
- Processo legal de licenciamento ambiental aprimorado.

FIGURA 10: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



SDS Amazonas

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Estado do Amazonas <www.sds.am.gov.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Municípios ao sul do estado do Amazonas (Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã)
BENEFICIÁRIOS	População de Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã
OBJETIVO	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental em áreas sob intensa pressão pelo desmatamento no estado do Amazonas por meio da elaboração de marcos legais de cadastramento (CAR); do incentivo à regularização ambiental e fundiária; do aprimoramento dos mecanismos de licenciamento e monitoramento ambiental; e da recuperação de áreas desmatadas por meio de reflorestamentos com função econômica e ecológica
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 20.000.000,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 20.000.000,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**36 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	17.8.2010
DATA DA CONTRATAÇÃO	**17.12.2010**
1° DESEMBOLSO EM 17.8.2011	R$ 1.129.355,42
2° DESEMBOLSO EM 20.4.2012	R$ 3.026.018,98
3° DESEMBOLSO EM 7.12.2012	R$ 11.111.987,00
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	**R$ 15.267.361,40**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**76%**

Contextualização

O estado do Amazonas é detentor do maior patrimônio florestal do Brasil. São 140 milhões de hectares de florestas nativas e cerca de 52% do território legalmente protegido, constituído de 28% de terras indígenas, 12% de unidades de conservação (UC) estaduais e 12% de UCs federais. Tem o mais baixo índice de desmatamento da Região Amazônica (cerca de 2% de sua área total), embora os municípios localizados ao sul do estado apresentem índices elevados de desmatamento. Entre as principais causas, estão: a pressão migratória dos estados vizinhos; a carência de políticas integradas voltadas para o desenvolvimento sustentável da região; a incipiente regularização fundiária e a falta de controle e de fiscalização ambiental permanente.

Lógica de Intervenção

O projeto do Amazonas realizará ações localizadas em quatro municípios ao sul do estado – Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã –, que apresentam indicadores relevantes de desmatamento.

A primeira ação visa ao fortalecimento da gestão ambiental por meio da elaboração de normas técnicas para o estabelecimento e a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a realização do Licenciamento Ambiental da Produção Sustentável nos quatro municípios.

A segunda ação consistirá na regularização fundiária em áreas estaduais, nos municípios de Boca do Acre e Novo Aripuanã, tendo como alvo cerca de oitocentos imóveis. Essa regularização consistirá em cadastro, levantamento socioeconômico, vistoria, formalização de processo, concessão de título provisório, demarcação topográfica, georreferenciamento e concessão do título definitivo.

A terceira ação tem por objetivo a recuperação de áreas desmatadas por meio de reflorestamentos com espécies com função econômica e ecológica. Para tanto, serão realizadas oficinas de sensibilização com as sociedades locais, capacitações e assistência técnica por meio de práticas de uso e manejo sustentável de recursos naturais, utilizando unidades demonstrativas em que os produtores poderão observar os métodos de implantação e os resultados dos sistemas agroflorestais.

O projeto será implementado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam), o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), o Instituto de Terras do Amazonas (Iteam), secretarias municipais de meio ambiente, secretarias municipais de produção rural e outros organismos especializados em recuperação ambiental.

Resultados Esperados

- Áreas degradadas recuperadas por meio de reflorestamento com objetivos ecológicos e econômicos;
- Regularização fundiária de oitocentos imóveis, em terras estaduais sob intensa pressão por desmatamento; e
- Processo de licenciamento ambiental aperfeiçoado.

FIGURA 11: LÓGICA DE INTERVENÇÃO

Valorização do Ativo Ambiental Florestal

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Estado do Acre <www.ac.gov.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Estado do Acre
BENEFICIÁRIOS	Assentados e agricultores familiares
OBJETIVO	Fomentar práticas sustentáveis de redução do desmatamento, com pagamento por serviços ambientais, valorizando o ativo ambiental e florestal para consolidar uma economia limpa, justa e competitiva, fundamentada no Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 66.700.000,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 60.000.000,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**36 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	26.10.2010
DATA DA CONTRATAÇÃO	**19.11.2010**
1º DESEMBOLSO EM 5.10.2011	R$ 31.557.354,63
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	**R$ 31.557.354,63**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**53%**

Contextualização

O estado do Acre é um dos mais ativos na implantação de uma gestão ambiental e territorial integrada, além de buscar instrumentos efetivos de fomento a uma economia que incorpore, de forma sustentável, produtos e serviços florestais. O principal exemplo dessa linha de atuação é o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), elaborado na escala 1:250.000, que norteia as ações governamentais e estabelece zonas específicas para conservação e proteção ambiental, identificando as áreas destinadas ao fomento e à gestão florestal, agropecuária e agroflorestal. Também podem ser citados o fortalecimento da cadeia de produção de borracha natural com o pagamento por serviços ambientais aos seringueiros (Lei Chico Mendes) e a agregação de valor ao látex, com instalação de uma fábrica de preservativos, única no mundo a utilizar látex de seringal nativo. A fábrica produz atualmente 100 milhões de preservativos/ano.

O desmatamento no estado vem caindo nos últimos anos. Segundo o Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes), utilizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Acre apresentou uma redução de 53% no desmatamento entre 2005 (592 km²) e 2011 (280 km²). Ainda assim, podem ser identificados alguns fatores que representam uma ameaça de retorno do desmatamento local, como maior participação das pequenas propriedades no desmatamento, utilização de técnicas inapropriadas na lavoura, aumento da incidência de queimadas, capacidade limitada dos órgãos de controle e fiscalização e processos de gestão ainda muito centralizados.

Além da estruturação de políticas que promovam o ordenamento territorial e o fortalecimento das cadeias produtivas, o governo do Acre instituiu a Política de Valorização do Ativo Ambiental, visando estabelecer as diretrizes básicas para implantação de mecanismos de pagamentos por

serviços ambientais. Lançada em setembro de 2008, essa política vem sendo implementada por meio de estratégia conjunta e integrada em níveis municipal e estadual, envolvendo secretarias e autarquias que compõem a área de desenvolvimento sustentável do governo estadual, em articulação com as prefeituras municipais e o movimento social organizado.

Lógica de Intervenção

O projeto do estado do Acre tem como objetivo apoiar a sua política de valorização do ativo ambiental e florestal por meio do fortalecimento da gestão territorial integrada, do fomento às cadeias produtivas florestais e agroflorestais e do incentivo técnico e financeiro aos serviços ambientais. Esse plano está sendo implementado de acordo com o princípio de que o pagamento por serviços ambientais (incentivos financeiros e econômicos) seja vinculado à adoção de práticas sustentáveis e critérios ambientais.

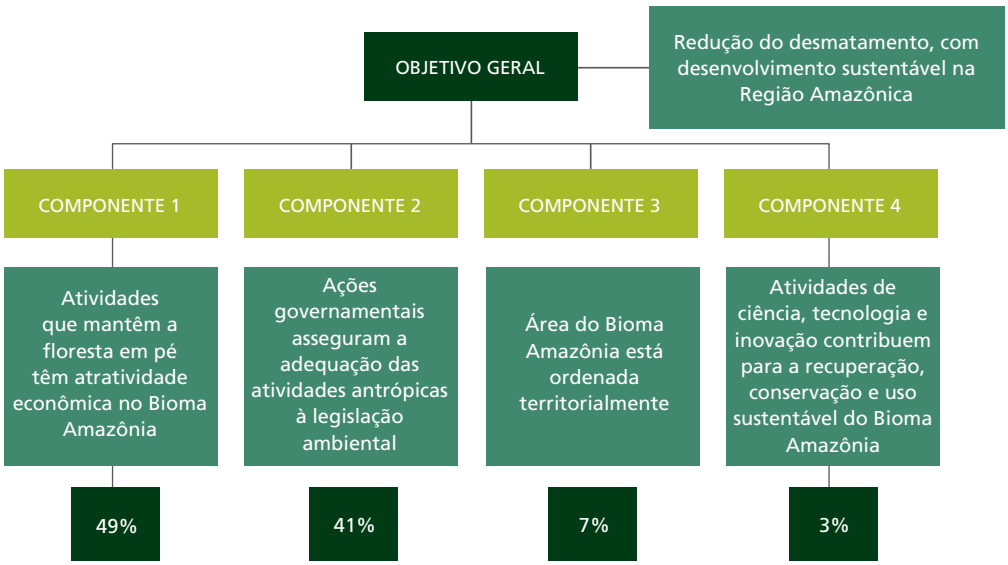
A contenção e a diminuição contínua do desmatamento no estado demanda o aprimoramento do sistema de monitoramento, controle e fiscalização das áreas alteradas por meio do fortalecimento das bases técnicas das instituições responsáveis pela gestão territorial. Isso compreende a modernização da Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto (Ucegeo), o fortalecimento do Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac) e da Secretaria Estadual de Florestas do Estado do Acre (SEF) e a elaboração e a implementação dos Planos de Prevenção e Controle de Desmatamentos Municipais.

O plano também prevê a estruturação de incentivos aos serviços ambientais, voltados à inserção e à consolidação de práticas produtivas sustentáveis; ao manejo florestal de produtos madeireiros e não madeireiros; e à captura de carbono via reflorestamento de áreas degradadas. Em apoio à adoção de práticas sustentáveis de produção, está prevista a elaboração de mecanismos de auxílio às comunidades envolvidas, aos produtores familiares e aos proprietários rurais, tais como Plano de Desenvolvimento Comunitário, Plano de Gestão de Terra Indígena, Plano de Certificação da Propriedade Sustentável e Plano de Regularização do Passivo Ambiental.

Resultados Esperados

- Gestão territorial integrada fortalecida;
- Cadeias produtivas florestais e agroflorestais fomentadas; e
- Incentivo técnico e financeiro aos serviços ambientais.

FIGURA 12: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Bombeiros Florestais de Mato Grosso

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso (estado de Mato Grosso) <www.mt.gov.br> <www.seguranca.mt.gov.br> <www.bombeiros.mt.gov.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Estado de Mato Grosso
BENEFICIÁRIOS	População da região de atuação da Base de Operações Aéreas e Terrestres de Sinop (MT)
OBJETIVO	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado de Mato Grosso, por meio de capacitação e aquisições de aeronaves, veículos e equipamentos de apoio para a Base de Operações Aéreas e Terrestres do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, localizada na cidade de Sinop
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 16.742.500,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 12.625.000,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**24 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	13.9.2011
DATA DA CONTRATAÇÃO	**17.1.2012**
1° DESEMBOLSO EM 6.7.2012	R$ 579.120,00
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	**R$ 579.120,00**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**5%**

Contextualização

O estado de Mato Grosso ocupa uma área de 903 mil km², representando 10,6% do território brasileiro, possui 141 municípios e população de 3.033.991 habitantes de acordo com o Censo Demográfico 2010 do IBGE.

Em outubro de 2009, o estado de Mato Grosso elaborou, por meio de parceria firmada com o Ministério do Meio Ambiente, o Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas de Mato Grosso (PPCDQ/ MT), que reúne iniciativas para reversão do processo de desflorestamento, em sua maioria vinculada aos órgãos de estado, entre eles a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema/MT) e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso (CBMMT).

Formalmente, o PPCDQ/MT foi instituído pelo Decreto 2.943, de 27 de outubro de 2010, e está estruturado em quatro eixos temáticos: regularização e ordenamento fundiário e ambiental; monitoramento e controle; fomento a atividades sustentáveis; e governança e gestão executiva. O projeto Bombeiros Florestais de Mato Grosso pretende contribuir para a estruturação do PPCDQ/MT e melhorar a articulação entre os órgãos responsáveis pelo controle do desmatamento.

O órgão responsável pela execução do projeto será o CBMMT. Por meio da Lei Complementar Estadual 371, de 26 de novembro de 2009, que dispôs sobre a organização básica da corporação, o CBMMT passou a ter autonomia administrativa e financeira, subordinado, hierarquicamente, ao governador e vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso (Sesp/MT).

Entre as competências do CBMMT, definidas pela Lei Complementar Estadual 404, de 30 de junho de 2010, se encontram a de desempenhar atividades educativas de prevenção de incêndio e de proteção ao meio ambiente e a de realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios florestais visando à proteção do meio ambiente, na esfera de sua competência.

Essa mesma lei complementar instituiu no CBMMT o Batalhão de Emergências Ambientais (BEA) para atender a demandas relacionadas à prevenção e combate a queimadas não autorizadas e incêndios florestais.

A corporação do CBMMT tem, no total, 17 unidades operacionais – uma em Cuiabá, outra no município contíguo de Várzea Grande e as demais no interior do estado.

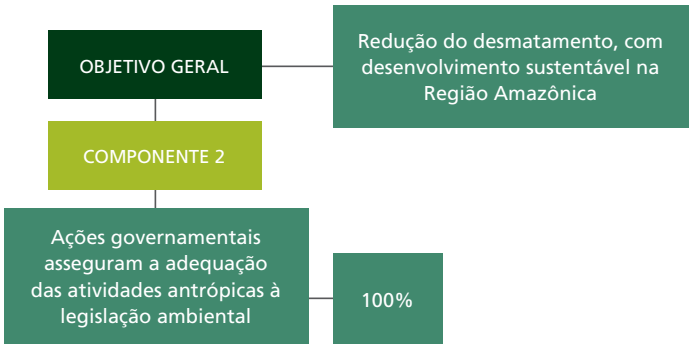
Lógica de Intervenção

O projeto busca apoiar ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento, às queimadas não autorizadas e aos incêndios florestais no estado de Mato Grosso, por meio de capacitação de servidores e parceiros do Corpo de Bombeiros Militar do estado e aquisição de aeronaves, veículos e equipamentos de apoio para a Base de Operações Aéreas e Terrestres do CBMMT, localizada em Sinop.

Resultado Esperado

- Emissões de gases de efeito estufa reduzidas, por meio de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento, às queimadas não autorizadas e aos incêndios florestais.

FIGURA 13: LÓGICA DE INTERVENÇÃO

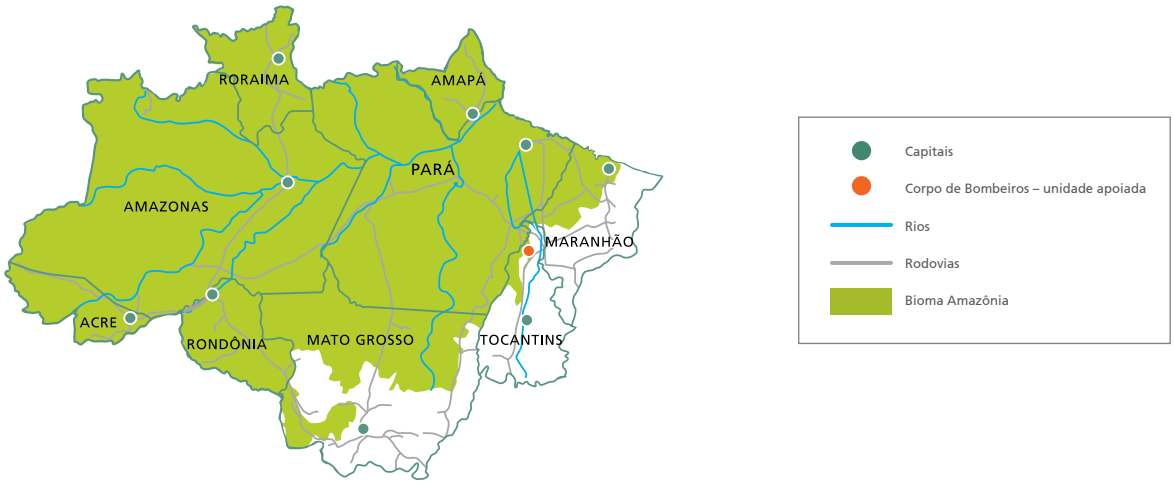


Proteção Florestal Tocantins

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (estado do Tocantins) <www.to.gov.br> <www.bombeiros.to.gov.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	A área de abrangência do projeto é aquela ao alcance das ações que serão realizadas pelo Batalhão de Proteção Ambiental do CBMTO, localizado no município de Araguaína, no norte do estado A área de abrangência será estendida ainda às áreas protegidas do estado, como os corredores ecológicos federais Araguaia-Bananal, Paranã-Pirineus e Jalapão-Chapada das Mangabeiras, presentes no território tocantinense, mediante apoio aos órgãos federais competentes
BENEFICIÁRIOS	População na região de atuação do Batalhão de Proteção Ambiental em Araguaína (TO)
OBJETIVO	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Tocantins, com ênfase em sua região centro-norte, por meio de capacitação, da estruturação de mecanismos de gestão integrada e da aquisição de materiais e equipamentos para a instrumentalização do Batalhão de Proteção Ambiental, localizado no município de Araguaína
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 6.697.880,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 5.000.000,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**24 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	27.3.2012
DATA DA CONTRATAÇÃO	**9.8.2012**
1° DESEMBOLSO EM 26.12.2012	R$ 1.700.000,00
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	**R$ 1.700.000,00**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**34%**



Contextualização

O estado do Tocantins está localizado a sudeste da Região Norte do país, possui extensão territorial de 277.621 km² e está dividido em 139 municípios. Segundo dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE, o estado possui uma população estimada de 1,38 milhão de habitantes, com densidade demográfica de 4,98 hab./km².

O estado está situado em uma região que pode ser descrita como de transição entre a Floresta Amazônica e o Cerrado. Sua maior parte pertence ao Bioma Cerrado e o restante consiste em fragmentos de florestas caracterizadas como sendo do Bioma Amazônia e que perfazem 9% de seu território.

A estrutura econômica do estado está baseada principalmente na agropecuária, além do setor de comércio e serviços na capital, sendo que parte expressiva dos pequenos e grandes pecuaristas utilizam formas ainda rudimentares, ou pouco corretas do ponto de vista ambiental, com forte disseminação da cultura do uso de fogo como instrumento de trabalho na limpeza de áreas para eliminação de restos de cultura e para manejo de pastagens, o que contribui significativamente para a ocorrência de incêndios florestais.

Lógica de Intervenção

O projeto tem como executor o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (CBMTO) e seu objetivo é contribuir para a redução das emissões de gases intensificadores do efeito estufa decorrentes das queimadas não autorizadas e incêndios florestais.

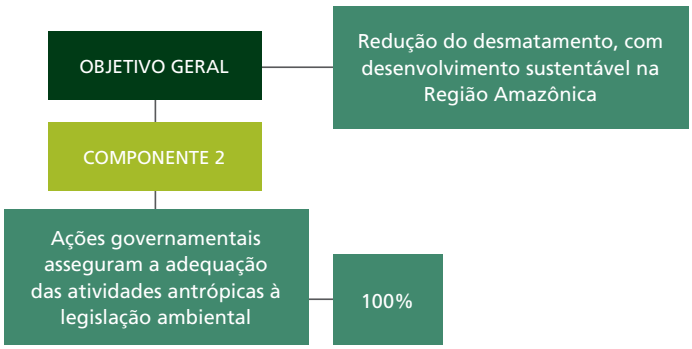
Essa contribuição do projeto virá da ampliação das ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de queimadas não autorizadas e incêndios florestais e que, portanto, representam uma medida relevante para o cumprimento da meta voluntária brasileira para a redução de suas emissões, acordada na Conferência das Nações Unidas para a Mudança do Clima, realizada em Copenhague, em dezembro de 2009. Além disso, faz parte de uma estratégia estadual de combate a incêndios florestais e queimadas.

Dessa forma, o projeto vai apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Tocantins, com ênfase em sua região centro-norte, por meio de capacitação, da estruturação de mecanismos de gestão integrada e da aquisição de materiais e equipamentos para a instrumentalização do Batalhão de Proteção Ambiental, localizado no município de Araguaína.

Resultados Esperados

- Ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de queimadas não autorizadas e incêndios florestais amplificadas;
- Emissões de gases intensificadores do efeito estufa decorrentes das queimadas não autorizadas e incêndios florestais reduzidas no estado do Tocantins.

FIGURA 14: LÓGICA DE INTERVENÇÃO

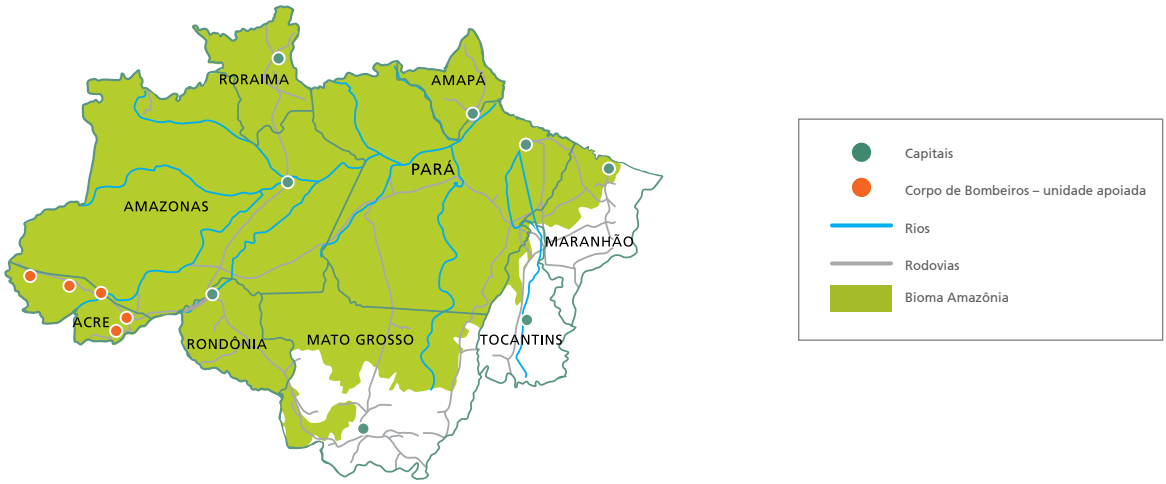


Acre: Incêndios Florestais Zero

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre (estado do Acre) <www.ac.gov.br> <www.bombeiros.ac.gov.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Estado do Acre
BENEFICIÁRIOS	População do estado do Acre
OBJETIVO	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Acre, por meio de capacitação e aquisições de veículos e equipamentos de apoio para os batalhões de Educação, Proteção e Combate a Incêndios Florestais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 13.337.700,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 13.280.700,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**24 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	8.5.2012
DATA DA CONTRATAÇÃO	**5.7.2012**
1° DESEMBOLSO EM 6.7.2012	R$ 5.835.000,00
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	**R$ 5.835.000,00**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**44%**



Contextualização

O estado do Acre ocupa uma área de 164 mil km^2, representando, aproximadamente, 2% do território brasileiro. O estado possui 22 municípios e uma população de 746 mil habitantes.

A economia acreana tem forte participação do setor florestal madeireiro e não madeireiro. Por conta da importância histórica desse setor, a política ambiental do estado busca a valorização dos ativos florestais, de forma a elevar ainda mais a participação da atividade florestal na economia local.

Além disso, o estado do Acre tem uma abrangente legislação envolvendo a gestão territorial e de meio ambiente. A esse respeito, destaca-se, principalmente, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que norteia todas as políticas públicas de desenvolvimento no território estadual. Outro aspecto relevante, no tocante à preservação da cobertura vegetal, é o Plano Estadual de Prevenção e Controle dos Desmatamentos do Acre, que tem como objetivo assegurar o cumprimento das metas previstas em âmbito nacional no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM).

Em relação à estrutura fundiária, é expressiva a participação de unidades de conservação (UC) e terras indígenas, que alcançam juntas cerca de 45% do território do estado.

Lógica de Intervenção

O projeto tem como objetivo contribuir para a redução das emissões de gases intensificadores do efeito estufa decorrentes de queimadas não autorizadas e de incêndios florestais, por meio do monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento.

Para o atendimento de sua finalidade, foram estabelecidas duas ações. A primeira compreenderá a aquisição de equipamentos para dar apoio à estruturação dos batalhões de educação, proteção e combate a incêndios florestais do Corpo de Bombeiros Militar do estado do Acre, para ações de monitoramento, prevenção e combate aos incêndios florestais e queimadas não autorizadas.

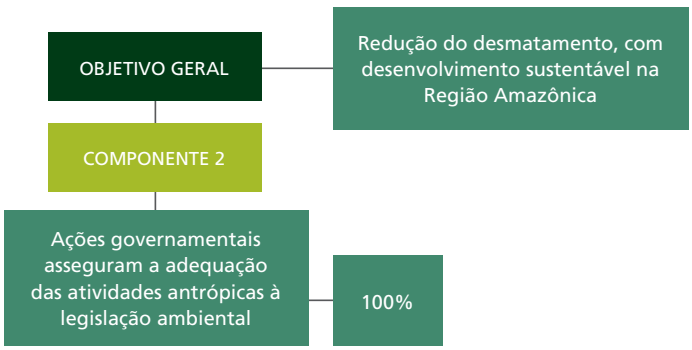
A segunda ação busca capacitar gestores (bombeiros militares) para controle, monitoramento, apoio à fiscalização e combate a incêndios florestais em cursos de pós-graduação, voltados para monitoramento ambiental.

O projeto prevê, também, a realização de atividades para a implantação efetiva do Programa Nacional de Redução do uso do Fogo nas Áreas Rurais e Florestais (Pronafogo), elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, em consonância com o Plano Estadual de Prevenção e Controle dos Desmatamentos do Acre. Essas atividades compreendem o estímulo e os treinamentos envolvendo a criação de brigadas municipais e indígenas, a criação de rotinas e protocolos operacionais, a criação de procedimentos de atuação integrada, a instituição de plano de segurança para queimadas autorizadas, entre outras.

Resultados Esperados

- Incidência de queimadas não autorizadas e de incêndios florestais reduzida; e
- Impactos causados pelas queimadas não autorizadas e incêndios florestais minimizados, em função da redução do tempo de resposta das ocorrências pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre.

FIGURA 15: LÓGICA DE INTERVENÇÃO

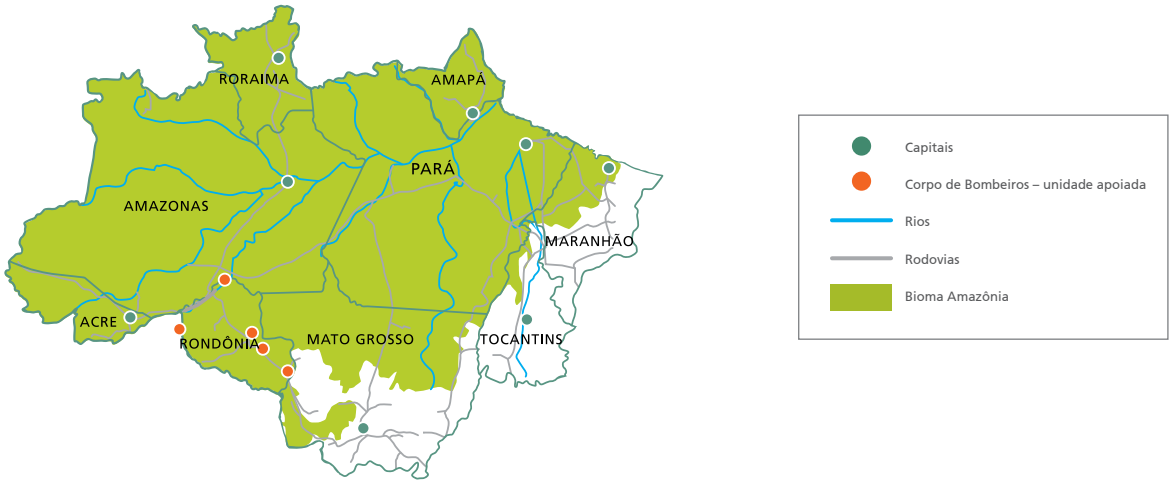


Rondônia Mais Verde

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia (estado de Rondônia) <www.rondonia.ro.gov.br> <www.cbm.ro.gov.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Área de alcance das ações que serão desenvolvidas a partir da Base de Operações Aéreas e Terrestre – a ser instalada na capital Porto Velho – e das quatro maiores unidades operacionais dos bombeiros localizadas nos municípios de Ji-Paraná, Guajará-Mirim, Cacoal e Vilhena que também receberão equipamentos com recursos do projeto A área de abrangência também englobará importantes áreas de preservação e proteção ambiental, com destaque para os Parques Nacionais de Pacaás e Serra da Cutia
BENEFICIÁRIOS	População na região de atuação da Base de Operações Aéreas e Terrestre (RO) e na região das quatro maiores unidades operacionais dos bombeiros localizadas nos municípios de Ji-Paraná, Guajará-Mirim, Cacoal e Vilhena
OBJETIVO	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado de Rondônia, por meio de capacitação e de aquisição de materiais e equipamentos para a instrumentalização: (i) da Base de Operações Aéreas e Terrestre do Corpo de Bombeiros Militar, a ser construída pelo estado na capital Porto Velho; e (ii) de quatro unidades operacionais, localizadas em outros municípios do estado
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 15.910.500,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 15.040.500,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**12 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	11.9.2012
DATA DA CONTRATAÇÃO	**21.12.2012**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	-
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**0%**



Contextualização

O estado de Rondônia localiza-se na parte oeste da Região Norte do Brasil e ocupa uma área de 237,59 mil km², distribuída em 52 municípios. Segundo dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE, o estado de Rondônia possui uma população estimada de 1,56 milhão de habitantes, com densidade demográfica de 6,58 hab./km².

O processo de ocupação de Rondônia ocorreu de forma predatória, com o incentivo à substituição da floresta por diversas formas de cultivo e pecuária, o que gerou um passivo ambiental no estado.

A taxa do desmatamento anual do estado se mostrou crescente até 2003; a partir daí se observou uma queda acentuada nos índices até o ano de 2009. No entanto, os anos de 2010 e 2011 apresentaram tendência de elevação, com taxas anuais de desflorestamento de 435 km² e 865 km², respectivamente. Dados preliminares do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam para um desmatamento de 761 km² em 2012.

Lógica de Intervenção

O projeto do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia (CBMRO), que se insere na estratégia estadual de combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas, visa apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado, de forma a contribuir para a redução das emissões de gases intensificadores do efeito estufa.

Para atingir seu objetivo, o projeto instrumentalizará a Base de Operações Aéreas e Terrestres – a ser instalada na capital Porto Velho – e outras quatro unidades operacionais do CBMRO, localizadas nos municípios de Ji-Paraná, Guajará-Mirim, Cacoal e Vilhena, de modo a fortalecer as operações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de queimadas não autorizadas e incêndios florestais.

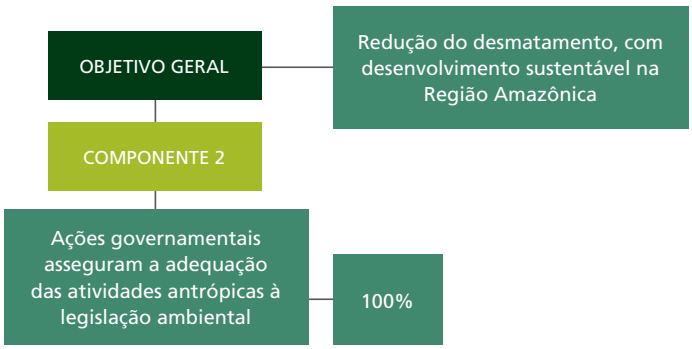
As ações da Base de Operações Aéreas e Terrestres e das quatro unidades operacionais do CBMRO se estenderão por 14 municípios rondonienses.

Além disso, o pessoal do CBMRO e de órgãos parceiros será capacitado em cursos de pós-graduação em ciências ambientais, cujos temas serão relacionados à operacionalização dos processos integrados de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento, queimadas não autorizadas e incêndios florestais.

Resultados Esperados

- Base de Operações Aéreas e Terrestres na capital Porto Velho e de outras quatro unidades operacionais do CBMRO instrumentalizadas; e
- Pessoal do CBMRO e de órgãos parceiros capacitados em cursos de pós-graduação em ciências ambientais.

FIGURA 16: LÓGICA DE INTERVENÇÃO

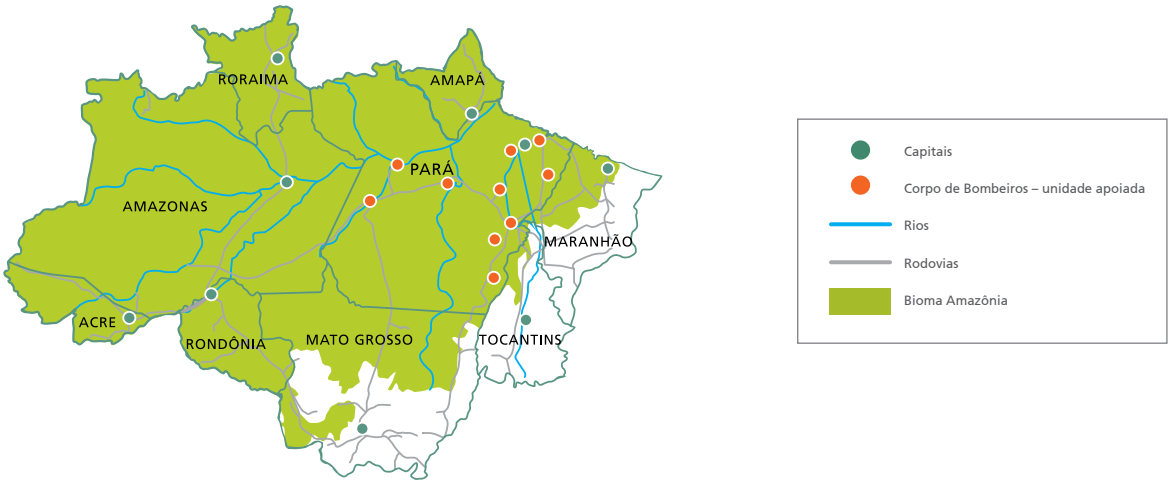


Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (estado do Pará) <www.bombeiros.pa.gov.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Estado do Pará
BENEFICIÁRIOS	População do estado do Pará
OBJETIVO	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Pará, por meio da estruturação física e operacional de unidades do Corpo de Bombeiros Militar localizadas em dez municípios do estado
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 23.374.140,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 16.830.280,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**24 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	27.11.2012
DATA DA CONTRATAÇÃO	-
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	-
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**0%**



Contextualização

O Pará é o segundo maior estado brasileiro e o mais populoso de todo o Bioma Amazônia. Ao todo, são 144 municípios em uma área de 1,2 milhão de km² e uma população estimada de 7,6 milhões de habitantes, segundo dados de 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar da redução do desmatamento ao longo dos últimos anos, ainda é o estado que registra os maiores índices de desflorestamento da Floresta Amazônica. De 1998 a 2011, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), 132 mil km² de florestas foram desmatadas, o que equivale a um pouco mais de 10% de sua área total, com expressiva concentração na região sudeste do estado. Os principais vetores do desmatamento são aqueles comuns à Região Amazônica: a expansão da pecuária e da agricultura.

Apresentado pelo governo paraense e tendo como executor o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA), esse projeto faz parte da estratégia estadual de combate a incêndios florestais e queimadas ilegais, previstas no Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará (PPCAD/PA) – lançado em junho de 2009 – com o objetivo de assegurar o cumprimento das metas previstas em âmbito nacional no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM).

O projeto está também inserido na estratégia desenvolvida pelo Ministério do Meio Ambiente de interação e articulação das ações de diversos órgãos responsáveis pela gestão florestal ou ambiental (Corpo de Bombeiros, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, municípios paraenses, entre outros) no que concerne ao combate ao desmatamento provocado por queimadas não autorizadas e incêndios florestais naturais.

Lógica de Intervenção

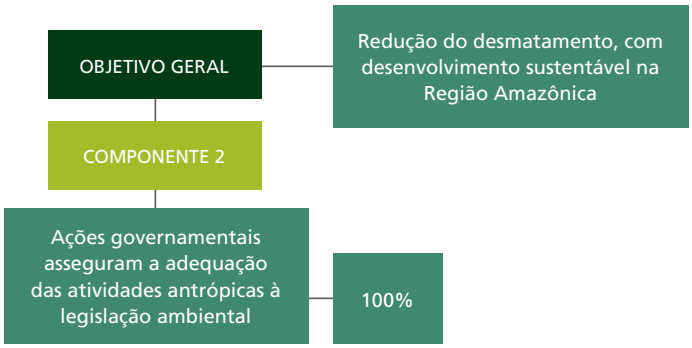
O projeto tem como objetivo a redução das emissões de gases de efeito estufa por meio do monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento, às queimadas não autorizadas e aos incêndios florestais no estado do Pará, por meio da estruturação física e operacional de unidades do CBMPA.

Os recursos do projeto serão destinados a dez unidades do CBMPA, localizadas nos seguintes municípios: Marabá, Itaituba, Castanhal, Tucuruí, Redenção, Altamira, Santarém, Abaetetuba, Parauapebas e Paragominas. As dez unidades contempladas são responsáveis pela cobertura das 12 regiões de integração do estado do Pará, o que faz a abrangência do projeto corresponder à totalidade do território paraense.

Resultados Esperados

- Ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrentes de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Pará apoiadas por meio de capacitação, aquisições de equipamentos de apoio e melhoria da infraestrutura física e operacional do CBMPA; e
- Número de focos de calor diminuído, com o fortalecimento do CBMPA, e consequente melhoria da qualidade do ar da região, por meio da redução dos poluentes atmosféricos, em especial, os materiais particulados que causam doenças respiratórias.
- Fauna e flora local preservadas e evitada a perda da cobertura vegetal da região.
- Camada superficial do solo preservada, evitando-se o aumento de erosões e o assoreamento de corpos de água.

FIGURA 17: LÓGICA DE INTERVENÇÃO

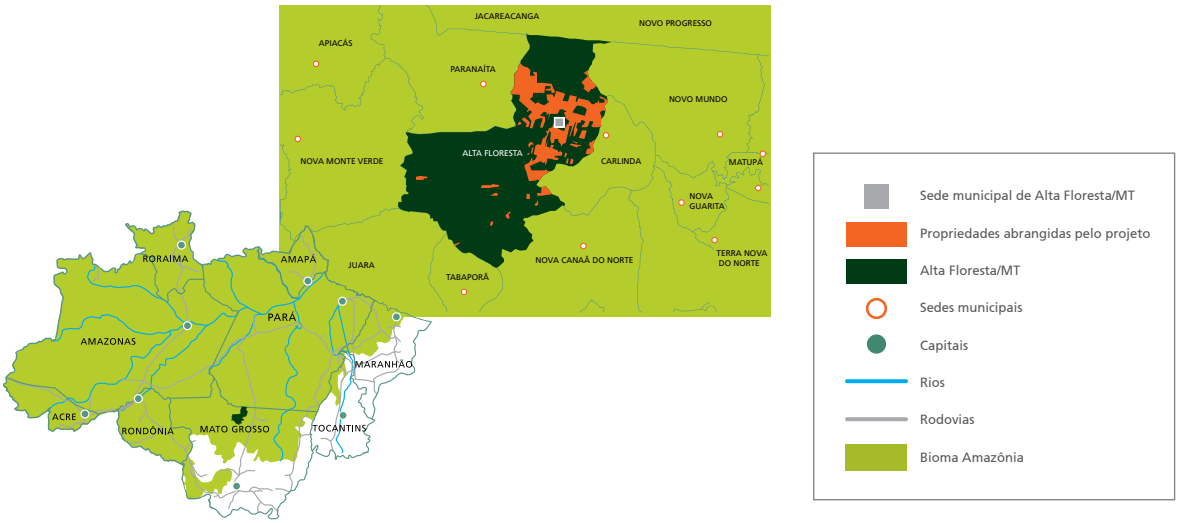


Olhos d'Água da Amazônia

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso <www.olhosdaguadaamazonia.mt.gov.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso
BENEFICIÁRIOS	População local, em especial produtores rurais
OBJETIVO	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no município, por meio da realização do diagnóstico ambiental e da viabilização do processo de registro das pequenas propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), além de promover ações de fomento à recuperação de áreas de preservação permanente (APP) degradadas próximas às nascentes localizadas nas pequenas propriedades
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 2.781.340,40
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 2.781.340,40**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**36 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	17.8.2010
DATA DA CONTRATAÇÃO	**25.1.2011**
1° DESEMBOLSO EM 23.3.2011	**R$ 402.082,30**
2° DESEMBOLSO EM 15.7.2011	**R$ 1.207.952,69**
3° DESEMBOLSO EM 15.12.2011	**R$ 741.853,95**
4° DESEMBOLSO EM 23.7.2012	**R$ 346.788,12**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	R$ 2.698.677,06
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**97%**



Contextualização

O município de Alta Floresta localiza-se no extremo norte do estado de Mato Grosso, em área de intensa pressão pelo desmatamento. Em 2007, foi incluído pelo Ministério do Meio Ambiente na relação de municípios prioritários para ações de monitoramento e controle do desmatamento.

A renda em Alta Floresta é concentrada e influenciada pelas atividades econômicas predominantes, a pecuária e a exploração madeireira. Em consequência da dinâmica de ocupação de seu território e das atividades econômicas desenvolvidas, é grande a degradação ambiental no município, originalmente coberto por florestas. Segundo dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alta Floresta (Secma), 50% do município foi desmatado e, das quase 6,5 mil nascentes, apenas 3,1 mil (49%) estão preservadas.

Além disso, 42% do total de áreas de preservação permanente (APP) que o município possui apresentam uso e cobertura do solo incompatíveis com as funções que deveriam desempenhar, afetando até as condições dos recursos hídricos da região.

Lógica de Intervenção

O projeto Olhos d'Água da Amazônia contempla um conjunto de ações para enfrentar o problema de degradação ambiental rural do município de Alta Floresta, especialmente de nascentes localizadas em pequenas propriedades (até duzentos hectares), prevenindo o comprometimento da disponibilidade de água no município.

Para a execução do projeto, o município conta com uma rede social bastante ampla de colaboração e apoio formada por diversas instituições, entre elas, ONGs, universidades, empresários locais e demais secretarias municipais.

Entre as atividades do projeto, está a viabilização do processo de adesão dos pequenos proprietários rurais ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), instrumento de gestão ambiental que permite delimitar, por meio do georreferenciamento, as propriedades rurais, identificando as APPs e de reserva legal, para fins de recuperação e monitoramento ambiental.

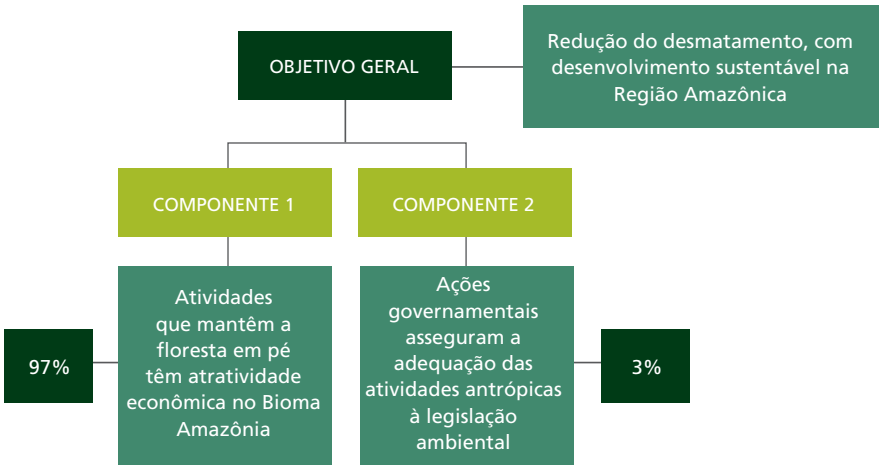
O projeto prevê, ainda, o apoio para elaboração de projetos técnicos de recuperação das APPs e a viabilização das ações de recuperação das nascentes nas pequenas propriedades, bem como a implantação de projetos demonstrativos de sistemas agroflorestais com plantio de sementes e mudas, e de unidades de manejo ecológico de pastagens em 19 unidades rurais de Alta Floresta.

Além de contribuir para a recuperação de áreas degradadas, o projeto Olhos d'Água da Amazônia tem o mérito de fornecer à administração municipal instrumentos para aprimoramento e fortalecimento das ações de monitoramento e controle, em um município com grande pressão pelo desmatamento.

Resultados Esperados

- Duas mil pequenas propriedades cadastradas;
- Cerca de 1,2 mil nascentes recuperadas; e
- Projetos demonstrativos de sistemas florestais implantados em vinte unidades rurais para disseminação do modelo no restante do município.

FIGURA 18: LÓGICA DE INTERVENÇÃO

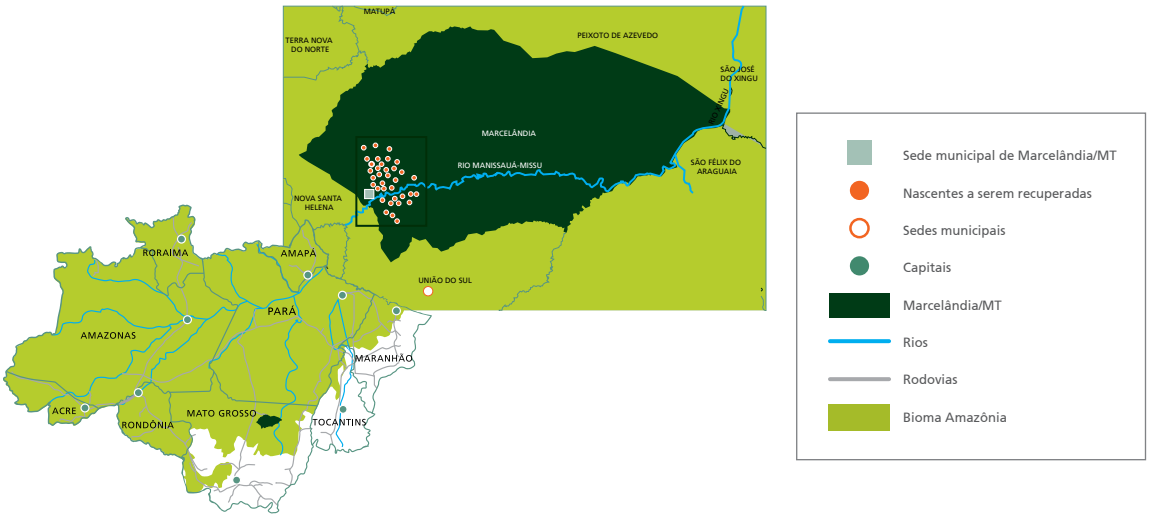


Recupera Marcelândia

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Município de Marcelândia, estado de Mato Grosso <www.marcelandia.mt.gov.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Município de Marcelândia, estado de Mato Grosso
BENEFICIÁRIOS	População local, em especial produtores rurais
OBJETIVO	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal e a recuperação de áreas degradadas no entorno de cinquenta nascentes da sub-bacia do rio Manissauá-Missu, localizadas próximas à zona urbana no município
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 686.630,30
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 669.126,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**36 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	23.11.2010
DATA DA CONTRATAÇÃO	**24.5.2011**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	-
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**0%**



Contextualização

O município de Marcelândia localiza-se ao norte do estado de Mato Grosso, na área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) e integra o território Portal da Amazônia. É formado principalmente por grandes e médias propriedades (84% da área total), sendo o restante do território dividido em áreas de agricultura familiar (3%), assentamentos (1%) e terras indígenas (12%).

A situação ambiental de Marcelândia é semelhante à dos demais municípios do norte do estado, que sofreram rápida expansão em seu processo de ocupação, basicamente por meio da pecuária e da exploração madeireira desordenada. No entanto, o processo de desmatamento dos últimos anos – Marcelândia é um dos 48 municípios que integram a Operação Arco Verde – está sendo gradativamente reduzido.

Lógica de Intervenção

O projeto do município de Marcelândia está dividido em duas grandes ações: fortalecimento institucional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo e recuperação da mata ciliar no entorno de cinquenta nascentes da sub-bacia do rio Manissauá-Missu, por meio do plantio de sementes e de mudas a serem produzidas no viveiro municipal.

Na primeira ação do projeto, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo será equipada e seus técnicos receberão treinamento em ferramentas de geotecnologia, o que permitirá o processamento informatizado de dados georreferenciados, ou seja, a utilização de programas de computador que integram informações cartográficas (mapas, plantas, cartas topográficas etc.) a dados que possam ser associados a elas (como atividades produtivas, recursos naturais e população).

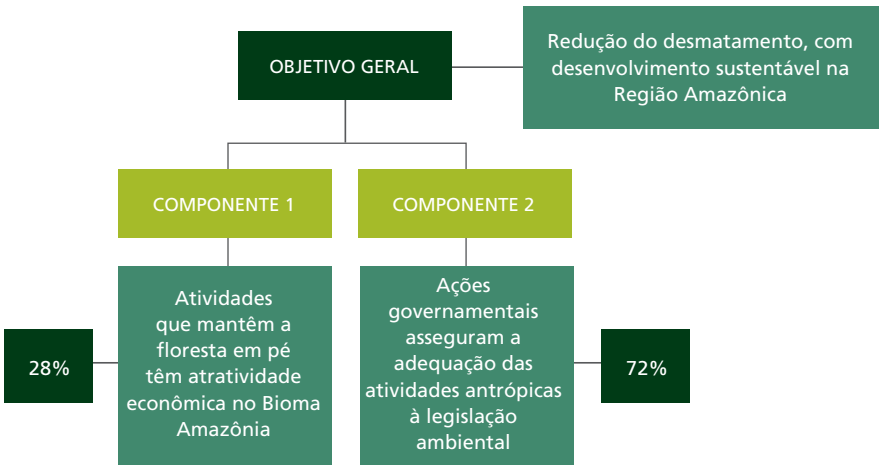
Já a segunda ação enfrentará o problema da degradação de áreas desmatadas, especialmente as áreas de nascentes. Segundo dados apresentados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, das 1,3 mil nascentes existentes no município, cerca de 370 (28%) estão altamente degradadas.

Estão previstas a realização de diagnóstico ambiental das áreas a serem recuperadas, a capacitação da comunidade local e a implantação de uma unidade de recuperação ambiental de caráter demonstrativo em uma das propriedades, para que o modelo possa ser replicado pelos demais proprietários rurais do município.

Resultados Esperados

- Ações de monitoramento e controle fortalecidas no município, que faz parte da lista dos 48 municípios com maiores índices de desmatamento da Amazônia; e
- 157 hectares de áreas de preservação permanente (APP) recuperados, no entorno de cinquenta nascentes que se encontram degradadas.

FIGURA 19: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Preservar Porto dos Gaúchos

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso <www.portodosgauchos.mt.gov.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso
BENEFICIÁRIOS	População local
OBJETIVO	Fortalecer a gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 134.897,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 133.890,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**12 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	22.3.2011
DATA DA CONTRATAÇÃO	**12.8.2011**
1° DESEMBOLSO EM 26.12.2011	**R$ 120.655,00**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	R$ 120.655,00
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**90%**

Contextualização

O município de Porto dos Gaúchos localiza-se no centro-norte do estado de Mato Grosso, com distância de 620 km de Cuiabá. Possui um território de 6.994 km², com uma população de aproximadamente 5.500 habitantes (Censo 2010 do IBGE), o que representa densidade demográfica de 0,72 hab./km². O município foi criado pela Lei 1.945, de 11 de novembro de 1963, originando-se de um projeto de colonização privado iniciado na década de 1950. Atualmente, existem cerca de 750 propriedades rurais no município, segundo dados do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (IDEA/MT).

A situação ambiental de Porto dos Gaúchos é semelhante à dos demais municípios do centro-norte do estado que sofreram rápida expansão em seu processo de ocupação, basicamente por meio da pecuária, da agricultura e da exploração madeireira desordenada. Assim, o município apresenta problemas de degradação de áreas de preservação permanente (APP), queimadas e desmatamento ilegal, e foi inserido, no início de 2008, na lista de municípios prioritários para ações de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia Legal do Ministério do Meio Ambiente. No entanto, nos últimos anos, a taxa de desmatamento se reduziu de forma significativa; de fato, de um patamar inicial de 32 km² no ano florestal 2005-2006, ela atingiu 22 km²/ano em 2009-2010, mantendo-se nesse nível no ano florestal 2010-2011.

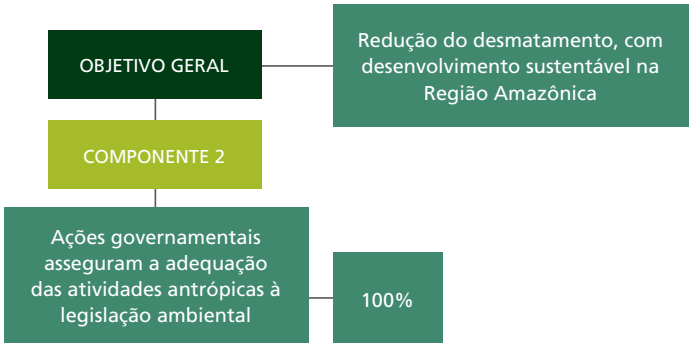
Lógica de Intervenção

O projeto do município de Porto dos Gaúchos busca fornecer os instrumentos para ações de gestão ambiental, estruturando física e operacionalmente a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, de forma a equipá-la para o combate e o controle do desmatamento.

Resultado Esperado

- Ações de monitoramento e controle do desmatamento no município fortalecidas, de forma a contornar os problemas ambientais existentes.

FIGURA 20: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Nascentes do Buriti

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Município de Carlinda, estado de Mato Grosso <www.carlinda.mt.gov.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Município de Carlinda, estado de Mato Grosso
BENEFICIÁRIOS	População local, em especial produtores rurais
OBJETIVO	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo; e ações de recuperação de 1.722 hectares de áreas de preservação permanente (APP) no entorno de nascentes
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 1.888.581,50
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 1.870.581,50**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**48 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	2.8.2011
DATA DA CONTRATAÇÃO	**6.9.2011**
1° DESEMBOLSO EM 25.11.2011	R$ 1.160.297,40
2° DESEMBOLSO EM 10.1.2012	R$ 97.800,00
3° DESEMBOLSO EM 20.8.2012	R$ 34.000,00
4° DESEMBOLSO EM 12.11.2012	R$ 75.000,00
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	**R$ 1.367.097,40**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**73%**

Contextualização

Carlinda possui um território de 2.157 km², com uma população de 10.990 habitantes (Censo de 2010 do IBGE). Localiza-se no extremo norte do estado de Mato Grosso, em área limítrofe ao sul do estado do Pará, na área de influência da BR-163 (Cuiabá-Santarém).

O município é banhado pelos rios Teles Pires, Quatro Pontes e Ariranha. Atualmente, sua principal atividade econômica está no setor de serviços, seguido da agropecuária (pecuária leiteira, pequenas lavouras de café e cacau) e da indústria. Possui aproximadamente 1.800 propriedades rurais, das quais 90% com título de propriedade, segundo estimativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.

Carlinda, juntamente com outros 15 municípios do entorno, integra o denominado Território Portal da Amazônia, que faz parte do programa do Governo Federal Territórios da Cidadania. O principal objetivo desse programa é promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. O Portal da Amazônia abrange uma área de 111.167,50 km² com uma população de 260 mil habitantes e é composta por 16 municípios: Alta Floresta, Apiacás, Carlinda, Colíder, Guarantã do Norte, Marcelândia, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Monte Verde, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte.

Lógica de Intervenção

O projeto do município de Carlinda tem como foco a recuperação de áreas de preservação permanentes (APP) de cinco sub-bacias localizadas no entorno da sede do município, das quais a mais importante é aquela que contém a fonte de captação de água para sua sede urbana. As outras quatro sub-bacias foram escolhidas por serem as mais degradadas, segundo o diagnóstico realizado pela Agenda 21 Local.

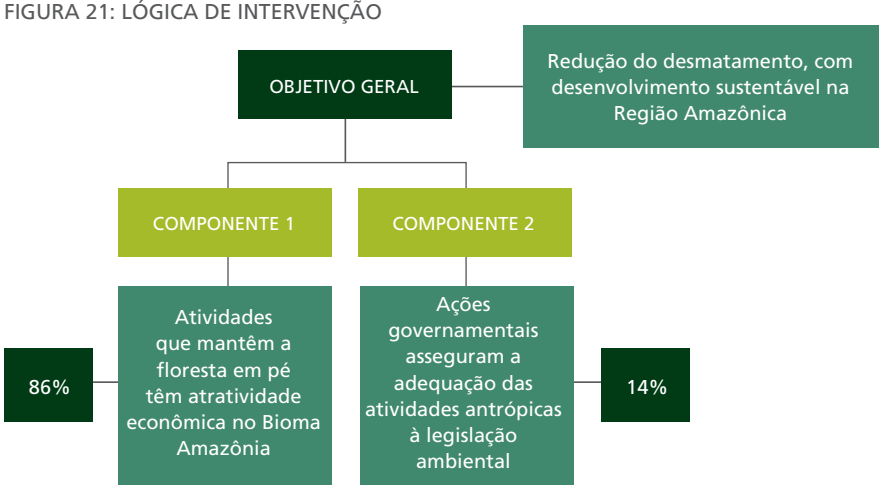
Em seu conjunto, essas cinco sub-bacias abrangem aproximadamente 450 propriedades rurais, o que equivale a 25% do total das 1.800 propriedades rurais que se estima que existam no território do município. A área total das cinco sub-bacias é de 2.668 hectares, dos quais 1.722 hectares são de APPs degradadas, que serão recuperadas nesse projeto, e os 946 hectares restantes de APPs conservadas.

A prefeitura de Carlinda deverá aumentar a produção de seu viveiro, localizado em terreno de sua propriedade, mediante a compra de diversos equipamentos e a contratação de dois viveiristas que atuarão no projeto. Além disso, o projeto busca o fortalecimento da gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Semmat).

Resultados Esperados

- Gestão ambiental municipal fortalecida por meio da estruturação física da Semmat;
- Capacidade de produção do viveiro municipal ampliada; e
- 1.722 hectares de APPs recuperados no entorno de nascentes, localizadas próximas à zona urbana do município.

FIGURA 21: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Anapu Rumo ao Selo Verde

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Município de Anapu, estado do Pará
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Município de Anapu, estado do Pará
BENEFICIÁRIOS	População local (aproximadamente cinco mil famílias)
OBJETIVO	Estruturar e modernizar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Semmat) do Município de Anapu, para que o município obtenha o selo Município Verde
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 497.270,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 431.940,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**24 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	29.11.2011
DATA DA CONTRATAÇÃO	**23.3.2012**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	-
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**0%**

Contextualização

O município de Anapu localiza-se na mesorregião sudoeste do Pará e na microrregião de Altamira. Tem suas origens na ocupação da Amazônia induzida pelo Plano Nacional de Integração, instituído em 1970, e pela construção do trecho Marabá-Altamira da rodovia Transamazônica. O principal acesso rodoviário à sede do município se dá por meio de rodovia não pavimentada a partir da cidade de Altamira, da qual dista 133 km.

O município foi formalmente criado pela Lei Estadual 5.929, de 28 de dezembro de 1995, muito embora tenha sido desmembrado dos municípios de Pacajá e Senador José Porfírio e se estabelecido como um território próprio em 1º de janeiro de 1977.

Anapu está localizado a 374 km de Belém. Seu território abrange 11.895 km^2, com uma população de 20.543 habitantes (Censo de 2010 do IBGE), o que significa uma densidade demográfica de 1,73 hab./km^2.

Em 2009, o município apresentou uma produção de 161 mil m^3 de madeira em tora, cujo valor foi de R$ 17.655.000,00 (IBGE), o que demonstra a importância dessa atividade como forma de geração local de renda. O setor pecuário também é bastante relevante em Anapu, como evidenciam as 178 mil cabeças de gado presentes no município (IBGE).

Lógica de Intervenção

O projeto visa ao fortalecimento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Semmat) para que melhor exerça as políticas municipais de monitoramento, acompanhamento,

controle, planejamento, fiscalização e licenciamento das atividades ambientais. Nesse sentido, a Prefeitura de Anapu vai estruturar física e operacionalmente a Semmat, por meio da construção de sede própria, da aquisição de equipamentos operacionais e de apoio, e da capacitação de seus funcionários.

Atualmente, a Semmat funciona em uma casa alugada. A construção da sede própria da secretaria se dará em terreno de propriedade da prefeitura.

A capacitação do corpo técnico da Semmat compreende a realização de cursos nos seguintes temas: georreferenciamento; gestão e controle; legislação e fiscalização; educação ambiental; e acompanhamento e avaliação de projetos.

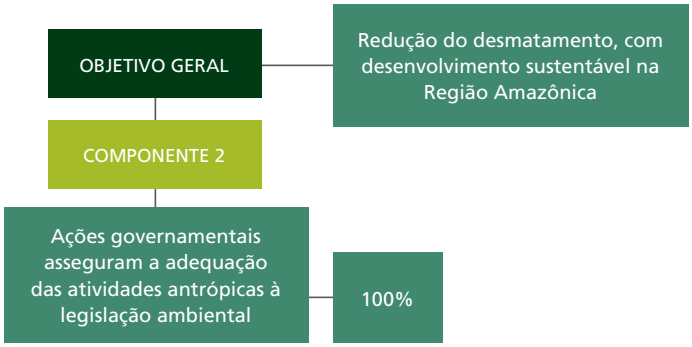
Como há no município a preocupação em desenvolver atividades que não exerçam pressão de desmatamento sobre a floresta, o projeto inclui atividades de capacitação para realização de projetos de manejo florestal sustentável, assim como a oferta de assistência técnica aos produtores e a realização de seminários para incentivar: o reflorestamento de áreas desmatadas; o cultivo da roça sem a necessidade da queima; e o manejo florestal comunitário e sustentável.

Por fim, está prevista também uma ação visando à construção da legislação ambiental de âmbito municipal, mais especificamente do Plano Ambiental Municipal.

Resultado Esperado

- Gestão ambiental municipal fortalecida, por meio da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, de forma a garantir o desenvolvimento sustentável do município de Anapu.

FIGURA 22: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Jacundá, Município de Economia Verde

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Município de Jacundá, estado do Pará
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Município de Jacundá, estado do Pará
BENEFICIÁRIOS	População local, em especial produtores rurais
OBJETIVO	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal, por meio: (i) da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Sematur); (ii) da expansão da capacidade de produção do viveiro municipal; e (iii) da elaboração de estudo para a caracterização do território municipal
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 820.860,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 792.200,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**18 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	29.11.2011
DATA DA CONTRATAÇÃO	**31.8.2012**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	-
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**0%**

Contextualização

O município de Jacundá está localizado na mesorregião de Jacundá e na microrregião de Tucuruí, no estado do Pará, a aproximadamente 400 km de Belém. Possui um território de 2.008 km² e uma população de aproximadamente 51 mil habitantes (segundo estimativas de 2010 do IBGE), apresentando, portanto, uma densidade demográfica de 26 hab./km².

O município não está inserido na lista do Ministério do Meio Ambiente de municípios prioritários para ações de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia Legal. No entanto, está localizado nas adjacências de uma área enquadrada como o maior foco de desmatamento na Amazônia, conhecida como "Arco do Desmatamento".

As principais atividades econômicas do município estão centradas na pecuária extensiva e no extrativismo vegetal. Além dessas atividades, a produção de frutas, legumes e grãos, tanto na lavoura permanente quanto na temporária, também são bastante relevantes, de acordo com Produção Agrícola Municipal 2009 (IBGE 2010).

Lógica de Intervenção

O município enfrenta atualmente uma série de problemas ambientais decorrentes das diversas atividades socioeconômicas que são desenvolvidas em seu território e da ocupação urbana desordenada. Para superar esses problemas, o presente projeto busca fortalecer a gestão ambiental municipal por meio da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Sematur), elaboração de uma base de dados econômico-ambientais e expansão do viveiro municipal.

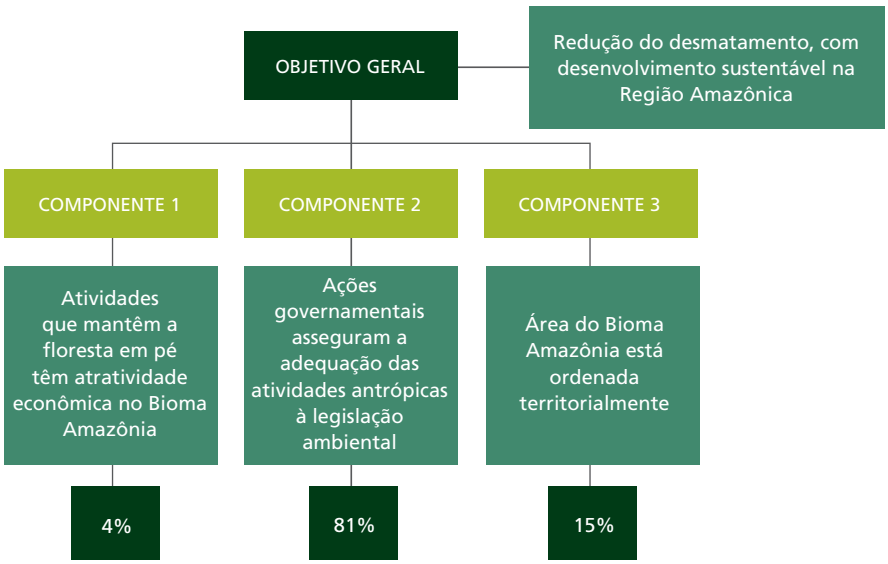
A estruturação física e operacional da Sematur envolverá: reforma e ampliação de sua sede; aquisição de materiais operacionais, materiais de apoio e equipamentos de informática para uso geral da secretaria e para ações de monitoramento, fiscalização e licenciamento ambiental; capacitação de recursos humanos para ações de monitoramento e licenciamento ambiental; e elaboração do Plano de Gestão Ambiental Municipal.

A elaboração da base de dados econômico-ambientais tem por objetivo dar subsídio ao município, por meio de informações sobre sua caracterização territorial, para o planejamento estratégico na implantação e aplicação do ordenamento urbano, nos programas de recuperação de áreas degradadas, entre outros procedimentos, para a manutenção e expansão de suas áreas verdes. Dessa forma, a elaboração dessa base de dados compreenderá o estudo para a caracterização do território municipal (fase inicial do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE) e capacitação de recursos humanos.

Resultados Esperados

- Sematur estruturada para o aprimoramento da gestão ambiental municipal;
- Estudo para a caracterização do território municipal elaborado; e
- Capacidade de produção do viveiro municipal expandida.

FIGURA 23: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Porto de Moz Sustentável

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Município de Porto de Moz, estado do Pará <www.portodemoz.pa.gov.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Município de Porto de Moz, estado do Pará
BENEFICIÁRIOS	População local (aproximadamente 8,7 mil famílias)
OBJETIVO	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental do município de Porto de Moz, por meio da: (i) estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; e (ii) elaboração de estudo de caracterização – fase inicial (diagnóstico) do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) – da parte do território municipal localizada no entorno da Reserva Extrativista Verde para Sempre
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 345.401,46
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 337.206,46**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**18 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	7.8.2012
DATA DA CONTRATAÇÃO	**-**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	-
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**0%**

Contextualização

O município de Porto de Moz está situado no Baixo Xingu, na mesorregião do Baixo Amazonas, no estado do Pará, a 420 km de Belém. O principal acesso a Porto de Moz se faz por via fluvial, sendo Altamira o município de maior importância em seu entorno.

Segundo informações do Censo de 2010 do IBGE, o município possui área da unidade territorial de 17.423 km² e uma população de 34.756 habitantes, o que corresponde a uma densidade demográfica de 1,99 hab./km^2. Cerca de 80% do território municipal corresponde à Reserva Extrativista (Resex) Verde para Sempre.

O município apresenta atividade econômica centrada em dois eixos principais: pecuária e agricultura. A maioria da população vive na zona rural, com a economia baseada na produção familiar (pequenas roças com o plantio de mandioca, arroz, milho, feijão, verduras, banana, coco, café), na exploração de madeira e outros produtos florestais (consumo local e pequeno comércio) e na pesca.

Lógica de Intervenção

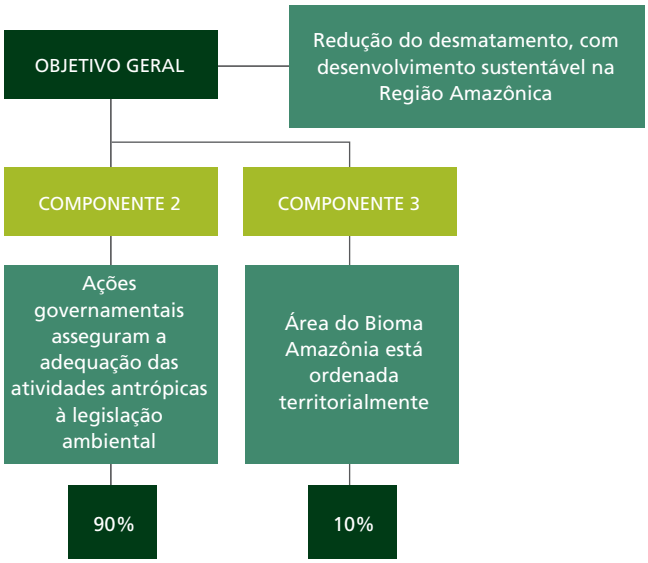
Por estar localizado na Região de Integração do Xingu – uma das 12 regiões de integração do estado do Pará –, para onde está prevista a implantação de grandes projetos de infraestrutura, o município tornou-se prioritário na elaboração de um planejamento visando à maximização dos benefícios gerados pelos empreendimentos e a mitigação de possíveis impactos negativos, especialmente os de natureza social e ambiental.

Este projeto contribuirá, portanto, para fortalecer a gestão ambiental de Porto de Moz mediante o investimento na estrutura física e operacional de sua Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Semma), incluindo a capacitação de seu corpo técnico para a intensificação das atividades de fiscalização e monitoramento ambiental, e a elaboração de estudo de caracterização – fase inicial (diagnóstico) do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) – do território municipal localizado no entorno da Resex Verde para Sempre.

Resultados Esperados

- Secretaria Municipal de Meio Ambiente estruturada física e operacionalmente; e
- Elaborado estudo de caracterização – fase inicial do ZEE – da parte do território municipal localizada fora (entorno) da Reserva Extrativista Verde para Sempre.

FIGURA 24: LÓGICA DE INTERVENÇÃO

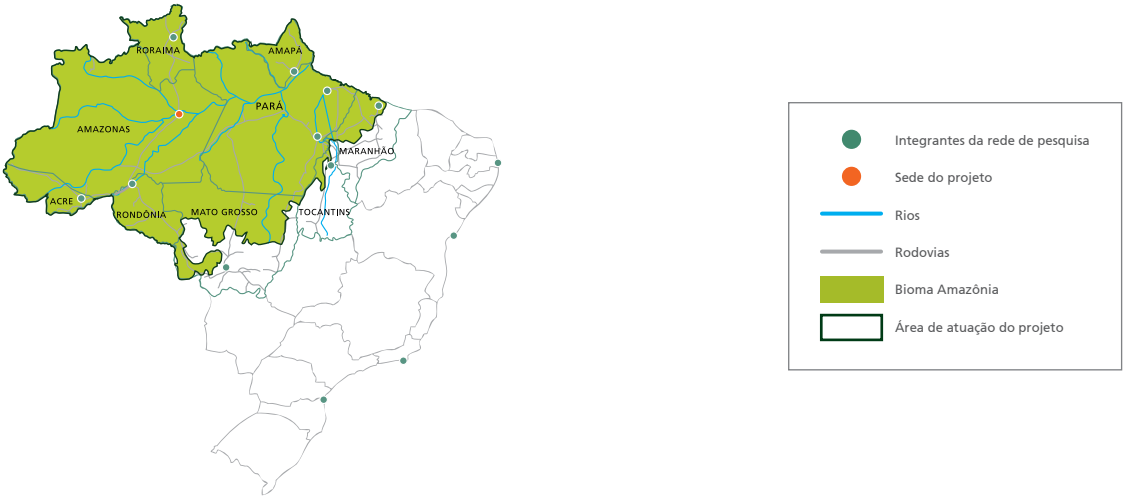


Nova Cartografia Social na Amazônia

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Fundação de Apoio Institucional Muraki <www.novacartografiasocial.com>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Todos os estados do Bioma Amazônia
BENEFICIÁRIOS	27 povos e comunidades tradicionais da região e a Rede de Povos e Comunidades Tradicionais e Pesquisadores, que compreende cerca de setenta pesquisadores
OBJETIVO	Promover o mapeamento social de 27 comunidades do Bioma Amazônia e o fortalecimento da rede de pesquisa envolvida no projeto
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 4.614.587,03
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 4.614.587,03**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**36 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	30.11.2010
DATA DA CONTRATAÇÃO	**6.5.2011**
1° DESEMBOLSO EM 25.11.2011	R$ 740.869,38
2° DESEMBOLSO EM 20.7.2012	R$ 1.308.803,18
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	**R$ 2.049.672,56**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**44%**



Contextualização

A ocupação de territórios da Amazônia por povos e comunidades tradicionais – grupos sociais que detêm grande conhecimento dos ecossistemas e da biodiversidade da região – é um fator importante para a preservação das florestas de várzea e de terra firme. Por conta disso, o fortalecimento de associações e formas organizativas comunitárias, bem como a consolidação e divulgação dos conhecimentos práticos dos povos e comunidades tradicionais, são estratégias capazes de multiplicar o conhecimento nativo das formas de uso sustentável dos recursos naturais, contribuindo para manter a floresta em pé.

Lógica de Intervenção

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) pretende retratar, por meio de uma metodologia de trabalho participativa denominada mapeamento social, a realidade de 27 povos e comunidades que vivem no Bioma Amazônia, o que contribuirá para ampliar o conhecimento das formas tradicionais de uso sustentável dos recursos naturais.

A principal característica do processo é a elaboração de mapas, nos quais terão destaque as atividades econômicas desenvolvidas na região, as características sobre o uso dos recursos naturais e as formas de organização social da comunidade.

Todo o trabalho de construção dos mapas será realizado por membros da Rede de Povos e Comunidades Tradicionais e Pesquisadores, estrutura formada por nove núcleos estaduais e pesquisadores de universidades e instituições parceiras que atuam na Amazônia. As oficinas de ma-

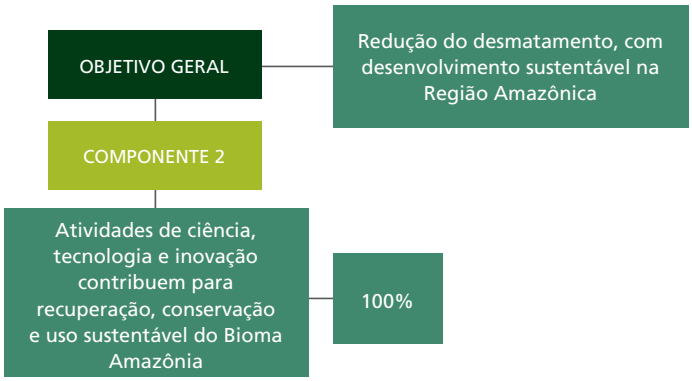
pas previstas no projeto serão realizadas por esse grupo de pesquisadores, mas contarão também com a participação ativa de membros das comunidades.

Parte do projeto busca, ainda, fortalecer essa rede de pesquisa. Entre as ações estabelecidas estão a readequação do espaço físico da sede do projeto; a consolidação de seus nove núcleos estaduais; a estruturação de um banco de dados para armazenamento do material gerado pelo projeto; e a realização de encontros e seminários regionais para troca de informações e integração de seus membros.

Resultados Esperados

- 27 fascículos editados e publicados;
- 12 encontros integradores realizados, com a participação total de aproximadamente 1.100 pessoas;
- Infraestrutura laboratorial da UEA ampliada; e
- Pesquisadores capacitados e fixados.

FIGURA 25: LÓGICA DE INTERVENÇÃO

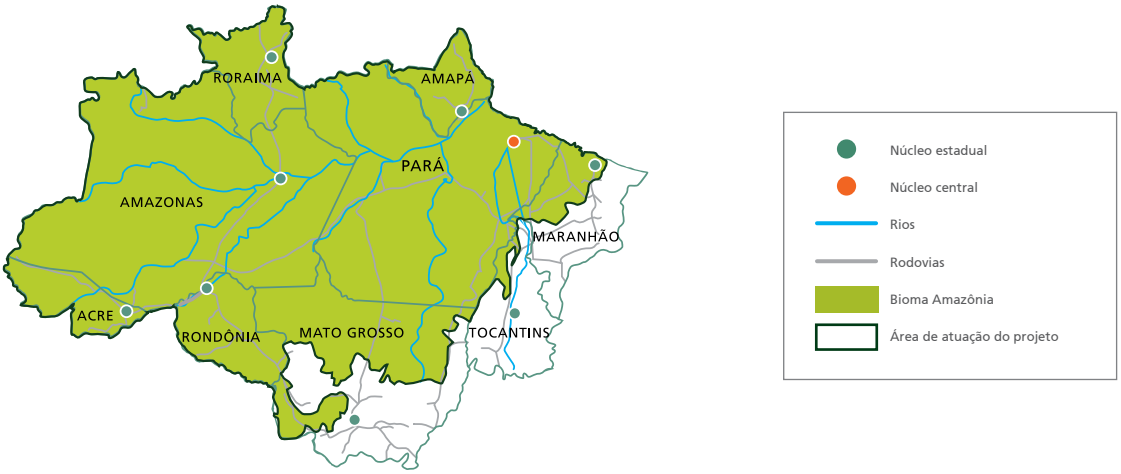


Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Universidade Federal do Pará (UFPA)/Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) <www.naea.ufpa.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Todos os estados do Bioma Amazônia
BENEFICIÁRIOS	UFPA
OBJETIVO	Desenvolver projeto interdisciplinar de pesquisa sobre os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica da Amazônia, no âmbito da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, vinculada ao Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 2.704.084,90
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 2.704.084,90**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**24 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	2.8.2011
DATA DA CONTRATAÇÃO	**9.12.2011**
1° DESEMBOLSO EM 16.2.2012	R$ 692.994,70
2° DESEMBOLSO EM 26.10.2012	R$ 566.989,50
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	**R$ 1.259.984,20**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**47%**



Contextualização

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea) é um núcleo de pós-graduação, vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), cujas três grandes linhas de pesquisa são: Sociedade, Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas; Economia Regional e Desenvolvimento Sustentável; e, por último, Gestão Ambiental e Manejo de Ecossistemas.

Adicionalmente, o Naea é responsável pela secretaria executiva do Fórum Amazônia Sustentável, que congrega 19 programas de pós-graduação com atuação nas áreas temáticas de políticas públicas e de desenvolvimento sustentável regional dos nove estados da Amazônia Legal.

Vinculada a esse Fórum está a Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, cuja missão é contribuir para a concepção, a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável para a região, apoiadas no conhecimento científico, nos saberes tradicionais e na participação qualificada dos atores regionais.

Lógica de Intervenção

O objetivo deste projeto é fortalecer a Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, vinculada ao Fórum Amazônia Sustentável, por meio de um projeto interdisciplinar de pesquisa sobre os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica da Amazônia.

A primeira etapa da pesquisa será realizada em todos os estados da Amazônia Legal a partir de dados de fontes secundárias e gerará indicadores e informações que apontarão as mesorregiões, em cada um desses estados, com maior vulnerabilidade socioambiental. A ideia de vulnerabilidade

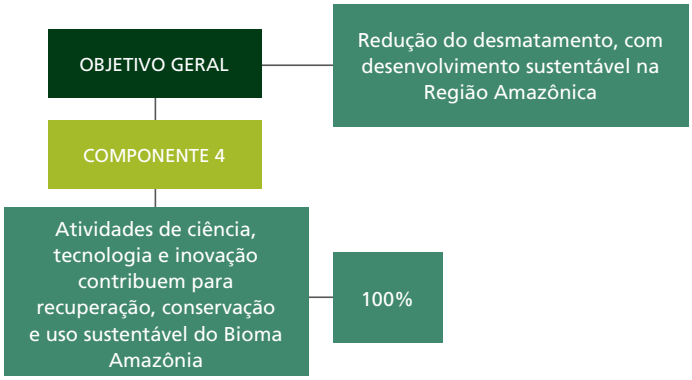
socioambiental incorpora os diversos aspectos econômicos, sociais, político-institucionais e ambientais que determinam a capacidade desta mesorregião em evitar o desmatamento.

Em sua segunda etapa, serão implantadas as bases das unidades estaduais dessa incubadora em cada mesorregião apontada na etapa anterior e serão conduzidas atividades de pesquisa-ação em conjunto com representantes de instituições sociais, econômicas, educacionais e políticas locais, visando à caracterização do sistema ecológico, econômico e social; a avaliação da dinâmica socioeconômica e a avaliação das experiências recentes de gestão e manejo de recursos naturais do sistema da mesorregião. A pesquisa-ação é uma metodologia de pesquisa que busca a realização de diagnósticos e solução de problemas de modo colaborativo e participativo entre os pesquisadores e os atores envolvidos na situação objeto do diagnóstico e em tais problemas.

Resultados Esperados

- Indicadores socioambientais produzidos para cada mesorregião dos estados da Amazônia Legal e identificadas as mais ameaçadas pelo desmatamento; e
- Propostas de estratégias de ação da incubadora para subsidiar a elaboração de políticas públicas e projetos prioritários para melhorar a governança e a gestão socioambiental das unidades de conservação (UC), dos projetos de colonização e assentamento e das demais unidades produtivas das mesorregiões.

FIGURA 26: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Compostos Bioativos da Amazônia

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Universidade Federal do Pará (UFPA)/Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) <www.portal.ufpa.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Estado do Pará
BENEFICIÁRIOS	UFPA; pequenos agricultores, potenciais fornecedores de matérias-primas para a produção de compostos bioativos; e empresas da Região Amazônica que trabalhem com produtos derivados de compostos bioativos
OBJETIVO	I. Instalar uma planta-piloto no laboratório de alimentos da UFPA para produzir e caracterizar extratos ricos em compostos bioativos; II. Desenvolver produtos e aplicações tecnológicas a partir de compostos bioativos extraídos de plantas e frutas típicas da Amazônia Oriental
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 1.413.357,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 1.352.336,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**24 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	3.1.2012
DATA DA CONTRATAÇÃO	**21.8.2012**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	-
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**0%**

Contextualização

O estado do Pará possui grande parte da sua economia voltada à exploração de matérias-primas como borracha, castanha, minerais, frutas e outros produtos primários de baixo valor agregado. O setor fruticultor tem seu enorme potencial ainda pouco explorado, pois a maior parte do que é produzido se apresenta na forma de polpa ou suco, produtos de baixo valor agregado e pouca diversidade.

O desenvolvimento de novos produtos e aplicações tecnológicas a partir da biodiversidade amazônica poderá agregar valor às matérias-primas da região e se tornar uma alternativa para o desenvolvimento econômico da região. Cabe ressaltar que esses novos produtos e tecnologias visam à valorização da floresta em pé, criando alternativas às atividades indutoras do desmatamento e aumentando a atratividade da exploração sustentável dos produtos da região.

Lógica de Intervenção

O projeto tem por objetivo desenvolver novos produtos e aplicações tecnológicas a partir de compostos bioativos extraídos de plantas e frutas típicas da Amazônia Oriental.

Para isso, será instalada uma planta-piloto no Laboratório Usina de Alimentos da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde os compostos bioativos passarão pelos processos de extração, purificação, concentração e fracionamento.

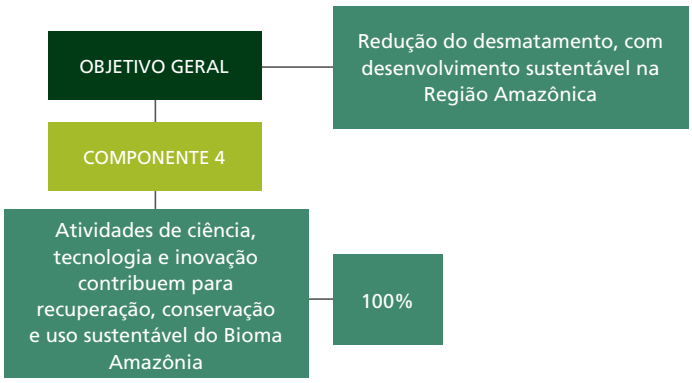
Nesse projeto, as pesquisas para o desenvolvimento de produtos ou aplicações tecnológicas foram divididas em duas linhas: uma a ser realizada em parceria com uma empresa privada e com uma

cooperativa e outra em que a pesquisa será realizada somente pela UFPA sem a participação de parceiros privados.

Resultados Esperados

- Planta-piloto instalada no laboratório de alimentos da UFPA para produzir e caracterizar extratos ricos em compostos bioativos;
- Novos produtos e aplicações tecnológicas desenvolvidos a partir de compostos bioativos extraídos de plantas e frutas típicas da Amazônia Oriental, tais como fotoquimioprotetores solares, cremes contra o envelhecimento e alimentos funcionais em cápsulas.

FIGURA 27: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Ilhas de Belém

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Universidade Federal do Pará (UFPA)/Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) <www.portal.ufpa.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Estado do Pará
BENEFICIÁRIOS	UFPA; população das ilhas no entorno da cidade de Belém; e executores de políticas públicas em gestão territorial
OBJETIVOS	I. Implementar metodologia para apoio à formulação de zoneamento econômico e ambiental em escala local de ilhas situadas no entorno da cidade de Belém; e II. Ampliar a infraestrutura de pesquisa do Programa de Pós-Graduação de Ecologia Aquática e Pesca da UFPA
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 1.138.083,93
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 1.138.083,93**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**30 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	17.1.2012
DATA DA CONTRATAÇÃO	**17.7.2012**
1° DESEMBOLSO EM 16.11.2012	R$ 620.525,20
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	**R$ 620.525,20**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**55%**

Contextualização

A região de abrangência do projeto de pesquisa compreende ilhas próximas à cidade de Belém: Combu, Onças, Mosqueiro e Outeiro. Esta é uma área intermediária do estuário amazônico, ou seja, uma área de transição entre a água doce (ao sul da Baía de Guajará e à direita do rio Guamá) e a água salgada (ao norte de Belém na altura da cidade de Colares). Entre os ambientes que a integram estão os rios, os igarapés, as florestas, a várzea, as baías, os campos alagados e as praias das ilhas.

A pesca artesanal ainda predomina na atividade pesqueira no estado do Pará. É praticada por pequenos produtores e, muitas vezes, está associada a outras atividades, como agricultura, pecuária ou outras formas de extrativismo. Os recursos são explorados sazonalmente sendo utilizados instrumentos simples de trabalho. Essa atividade está presente entre as populações que habitam a orla marítima e as margens de rios e lagos do interior amazônico. Nas ilhas objeto da pesquisa, os ribeirinhos são a maioria da população e vivem principalmente do açaí e da pesca. A região se insere na economia local principalmente como fornecedora de produtos primários.

Lógica de Intervenção

O projeto vai gerar mapas de prioridades apontando áreas de priorização para conservação ambiental e para incentivo ao desenvolvimento sustentável em ilhas situadas no entorno da cidade de Belém, a princípio, as Ilhas do Combu, das Onças, do Mosqueiro e do Outeiro.

Ressalte-se que o levantamento, georreferenciamento e processamento dos dados biológicos e socioeconômicos produzirão informações detalhadas sobre a economia local, aptidão agrícola,

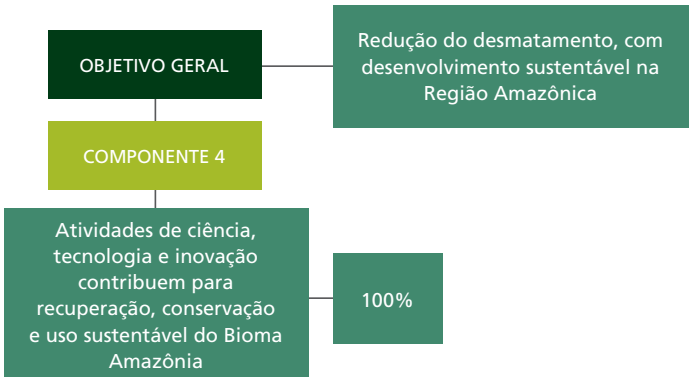
zonas de reprodução e alimentação dos peixes, entre outros aspectos da região, apresentados em mapas. A produção dos mapas dos indicadores, independentemente dos mapas de prioridades, fornecerá informações relevantes sobre a região.

Além disso, será publicado um Sumário Executivo no fim da pesquisa, que terá um roteiro sobre como a metodologia utilizada foi implementada, como forma de subsidiar projetos afins na Região Amazônica, principalmente em regiões de estuário.

Resultados Esperados

- Metodologia, para apoio à formulação de zoneamento econômico e ambiental em escala local de ilhas situadas no entorno da cidade de Belém, implementada; e
- Infraestrutura de pesquisa do Programa de Pós-Graduação de Ecologia Aquática e Pesca da Universidade Federal do Pará (UFPA) ampliada.

FIGURA 28: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Florestas de Mangue

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Universidade Federal do Pará (UFPA)/Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) <www.portal.ufpa.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Município de Bragança, estado do Pará
BENEFICIÁRIOS	Comunidades tradicionais de Tamatateua e Taperaçu; bem como outras comunidades que vivem sob influência da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, que se beneficiam indiretamente com o projeto
OBJETIVO	I. Pesquisar e desenvolver conhecimentos e técnicas relacionadas à recuperação de áreas degradadas de mangue na Região Norte; II. Desenvolver modelos para estimativa da biomassa, sequestro de carbono e avaliação do estoque de carbono das florestas de mangue; III. Ampliar a infraestrutura do Laboratório de Ecologia de Manguezal (Lama) da UFPA, mediante a construção de prédio e aquisição de equipamentos para o laboratório
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 1.982.143,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 1.982.143,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**36 meses** (a partir da data da contratação)
	EVOLUÇÃO DO PROJETO
DATA DA APROVAÇÃO	24.1.2012
DATA DA CONTRATAÇÃO	**17.7.2012**
1° DESEMBOLSO EM 7.12.2012	R$ 1.079.947,00
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	**R$ 1.079.947,00**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**55%**

Contextualização

O projeto Florestas de Mangue será coordenado pelo Laboratório de Ecologia de Manguezal (Lama), que está localizado na Universidade Federal do Pará (UFPA) no *Campus* de Bragança. O *Campus* Universitário de Bragança também conta com o Instituto de Estudos Costeiros (Iecos), onde se encontram laboratórios que desenvolvem pesquisas voltadas para as áreas costeiras amazônicas, entre os quais está o Lama.

A área de estudo do projeto localiza-se na península bragantina, onde foi implantada a Reserva Extrativista (Resex) Marinha Caeté-Taperaçu. O projeto vai se concentrar em duas comunidades tradicionais da Resex, Tamatateua e Taperaçu, e no entorno da rodovia estadual PA-458.

Lógica de Intervenção

O projeto tem por objetivos: pesquisar e desenvolver conhecimentos e técnicas relacionadas à recuperação de áreas degradadas de mangue na Região Norte; desenvolver modelos para estimativa da biomassa, sequestro de carbono e avaliação do estoque de carbono das florestas de mangue; e ampliar e melhorar a infraestrutura do Lama da UFPA, mediante a construção de prédio e aquisição de equipamentos para o laboratório.

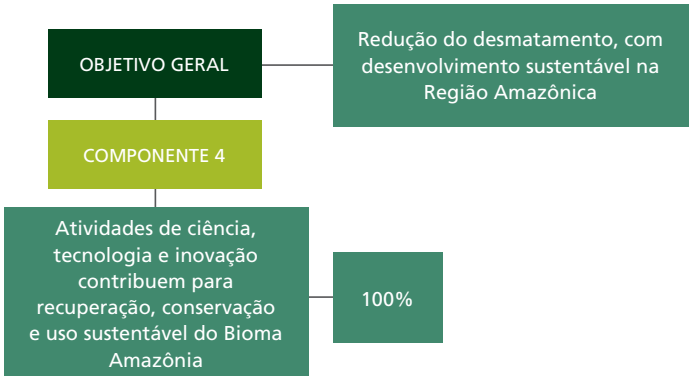
Os modelos para estimativa do potencial de captura e armazenamento de carbono nas áreas de mangues do Bioma Amazônia poderão vir a ser utilizados nos mercados de pagamentos por serviços ambientais e como subsídio aos mecanismos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD).

O laboratório acondicionará os materiais e equipamentos da pesquisa e será utilizado para o processamento e a análise do material coletado. Ao fim do projeto, o laboratório será utilizado para a continuidade das pesquisas da equipe do Lama, contribuindo para a consolidação de um centro de pesquisas voltado para produção de conhecimento científico sobre Ecologia de Manguezais na Amazônia.

Resultado Esperado

- Informações técnico-científicas produzidas para subsidiar o desenvolvimento de novas técnicas de restauração do ecossistema manguezal.

FIGURA 29: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Biodiversidade

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Universidade Federal do Pará (UFPA)/ Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Município de Belém, estado do Pará <www.portal.ufpa.br>
BENEFICIÁRIOS	UFPA, comunidade científica, potenciais fornecedores e empresas da Região Amazônica que trabalhem com produtos oriundos da biodiversidade, como fármacos e herbicidas, e seus potenciais consumidores
OBJETIVO	Ampliar a infraestrutura de pesquisa da UFPA voltada para o estudo da biodiversidade, compreendendo: (I) construção e estruturação do Centro de Estudos Avançados da Biodiversidade (Ceabio); e (II) Reforma do Laboratório de Planejamento de Fármacos e do Laboratório de Neuroquímica Molecular e Celular e aquisição e instalação de equipamentos em laboratórios de pesquisa em biotecnologia
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 4.639.706,98
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 4.639.706,98**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**24 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	24.4.2012
DATA DA CONTRATAÇÃO	**2.10.2012**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	**-**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**0%**

Contextualização

Biodiversidade ou diversidade biológica, de acordo com a Convenção sobre Diversidade Biológica – principal fórum mundial para questões relacionadas ao tema e da qual o Brasil é signatário –, pode ser definida como a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, por exemplo, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte, compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

O Brasil, que possui grande extensão territorial, diversidade geográfica e climática, além da maior cobertura de florestas tropicais do mundo, abriga uma imensa diversidade biológica, o que faz dele o principal entre os países detentores de megadiversidade do planeta, possuindo de 15% a 20% das 1,5 milhão de espécies descritas na Terra. Em particular, a Região Amazônica é considerada a região de maior biodiversidade do planeta, muito embora apenas parte dessa biodiversidade seja conhecida.

A manutenção da biodiversidade permite a provisão de uma série de benefícios à sociedade, entre eles: fornecimento de serviços ambientais, como fixação de carbono, manutenção das fontes de água, proteção e fertilização dos solos, regulação da temperatura e do clima; oferecimento de valores científicos, culturais, estéticos, entre outros valores universalmente reconhecidos, mesmo sendo intangíveis e não monetários; fonte de alimentos, de produtos farmacêuticos e químicos e de informações para o desenvolvimento da biotecnologia; e base para as culturas agrícolas e para o melhoramento e desenvolvimento de novas variedades agrícolas.

No entanto, a despeito de sua riqueza, alguns fatores são responsáveis por limitar a utilização dos benefícios da biodiversidade amazônica, como o nível insuficiente de conhecimento acerca do tema, e o desmatamento, que é responsável por seu empobrecimento.

Lógica de Intervenção

O projeto, coordenado pelo Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Pará (UFPA), visa fortalecer a infraestrutura de pesquisa relacionada ao estudo da biodiversidade atuando em dois componentes.

O primeiro componente se refere à aquisição de equipamentos e à construção de um edifício denominado Centro de Estudos Avançados da Biodiversidade (Ceabio), que ampliará o espaço físico à disposição do Instituto de Ciências Biológicas e reunirá grupos de pesquisa da UFPA. O edifício terá diversos laboratórios e salas a serem utilizadas para o desenvolvimento de trabalhos em diversas áreas de pesquisa sobre a biodiversidade amazônica.

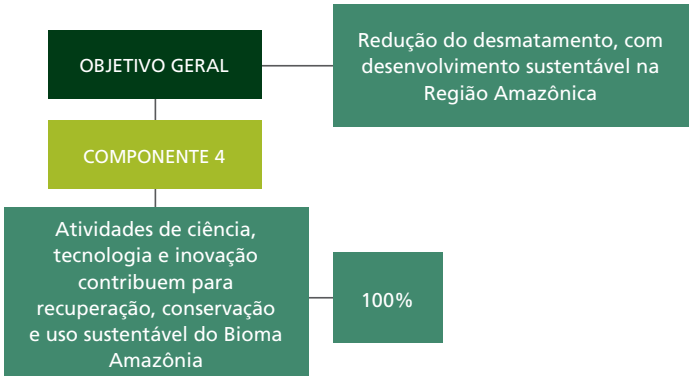
O segundo diz respeito à reforma do Laboratório de Planejamento de Fármacos e do Laboratório de Neuroquímica Molecular e Celular e à compra de equipamentos a serem utilizados pelo grupo de biotecnologia da UFPA, coordenado pelo Instituto de Ciências Biológicas, mas que congrega também pesquisadores vinculados ao Instituto de Ciências Exatas e Naturais.

Os laboratórios a serem estruturados abrigarão as seguintes pesquisas: planejamento e desenvolvimento de fármacos a partir da biodiversidade amazônica; isolamento de peptídeos de sementes amazônicas com atividades biológicas de interesses biomédicos; e desenvolvimento de bio-herbicidas por meio da caracterização da atividade de substâncias produzidas por plantas amazônicas.

Resultados Esperados

- Ceabio construído e estruturado; e
- Laboratório de Planejamento de Fármacos e do Laboratório de Neuroquímica Molecular e Celular reformado e equipamentos em laboratórios de pesquisa em biotecnologia adquiridos e instalados.

FIGURA 30: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Bolsa Floresta

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Fundação Amazonas Sustentável (FAS) <www.fas-amazonas.org>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	20 unidades de conservação (UC) estaduais no Amazonas, abrangendo cerca de dez milhões de hectares
BENEFICIÁRIOS	População das UCs atendidas pelo projeto, passando de 14 para vinte UCs até 2013
OBJETIVO	Promover a contenção do desmatamento e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais residentes nas UCs estaduais do Amazonas
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 29.934.645,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 19.169.087,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**60 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	24.11.2009
DATA DA CONTRATAÇÃO	**31.3.2010**
1° DESEMBOLSO EM 12.5.2010	R$ 3.999.208,00
2° DESEMBOLSO EM 27.10.2011	R$ 3.110.293,00
3° DESEMBOLSO EM 5.10.2012	R$ 3.643.020,00
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	**R$ 10.752.521,00**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**56%**

Contextualização

O estado do Amazonas mantém cerca de 98% de sua cobertura florestal. Historicamente, o chamado "coração florestal" do Bioma Amazônia permaneceu bastante preservado, em boa medida pela baixa presença das pressões de desmatamento usualmente vindas de projetos de colonização, eixos rodoviários e atividades predatórias de exploração madeireira e pecuária. Por outro lado, a ocupação por populações tradicionais e indígenas de áreas expressivas desempenha um papel ativo na conservação de seus territórios. No estado do Amazonas, quase metade da superfície do estado encontra-se sob alguma categoria de proteção.

No entanto, a criação de uma unidade de conservação não garante *per se* sua preservação ambiental. São necessárias várias outras iniciativas, de gestão, fiscalização e, principalmente, valorização do ativo florestal, para que seja atrativa sua manutenção.

No caso das unidades de uso sustentável, isso depende do envolvimento e da melhoria da qualidade de vida de suas populações, por meio de políticas sociais adequadas a sua realidade, fortalecimento comunitário e incremento nas possibilidades de geração de renda em atividades sustentáveis.

Atualmente, existem pressões de atividades predatórias, representadas pelo arco do desmatamento, principalmente no sul do estado. Além disso, a falta de alternativas econômicas sustentáveis faz da derrubada da floresta uma das estratégias de sustento na região.

Lógica de Intervenção

O Programa Bolsa Floresta (PBF) reconhece, valoriza e recompensa as populações tradicionais que assumiram o compromisso do desmatamento zero. O PBF promove a transferência direta de renda às famílias que aderem ao acordo de não mais desmatarem, sendo um sistema amplo de concessão dos benefícios, estruturado de modo a incentivar o associativismo, a renda, a produção sustentável e os serviços sociais básicos, por meio de seus quatro componentes: Renda, Social, Associação e Familiar.

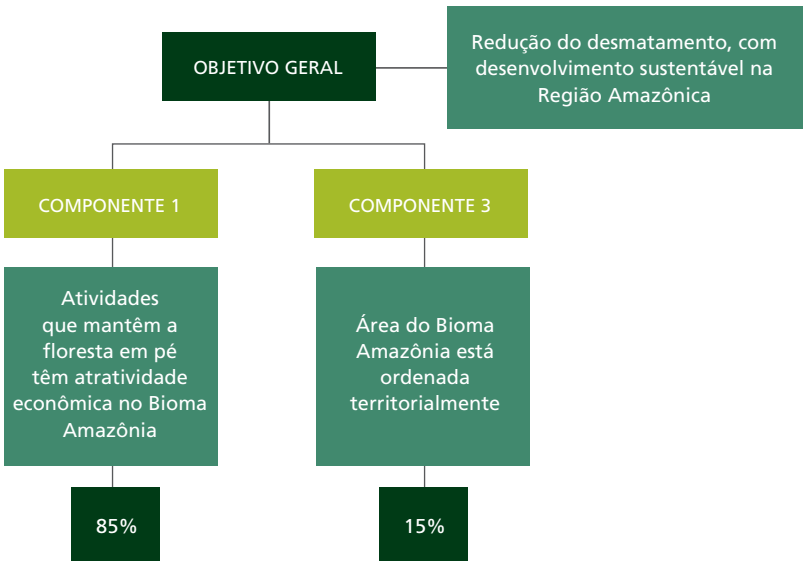
Além disso, estão sendo implementados programas de apoio com a função de realizar ações de caráter estruturante, divididas em cinco eixos temáticos: Produção Sustentável, Saúde e Educação, Fiscalização e Monitoramento, Gestão de Unidades de Conservação e Desenvolvimento Científico.

Os aportes ao projeto distribuem-se da seguinte forma: 58% para o componente Renda, 10% para o componente Associação, com apoio do Fundo Amazônia, e 32% para as ações dos programas de apoio, com recursos da contrapartida.

Resultados Esperados

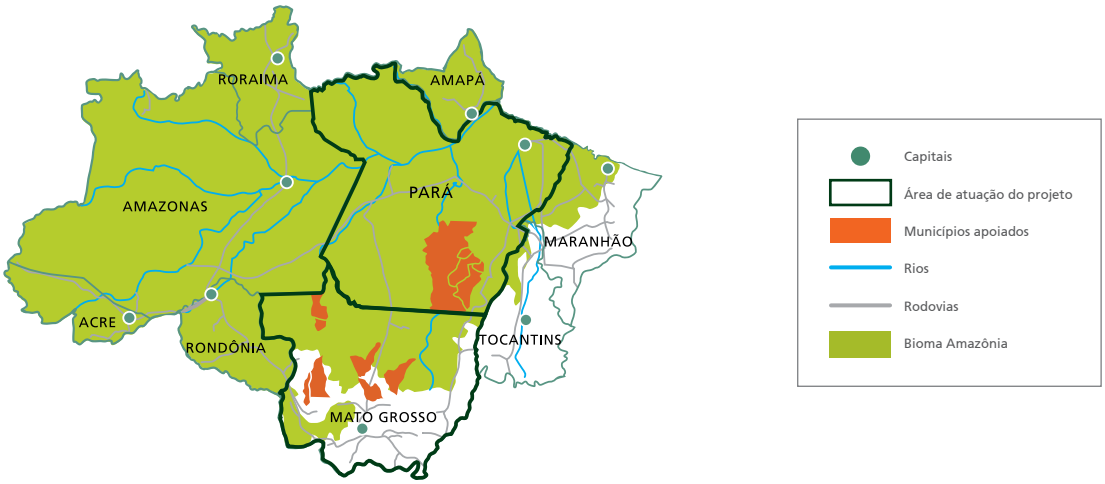
- 3.950 novas famílias atendidas, totalizando dez mil famílias beneficiadas pelo Bolsa Floresta; e
- Ampliado de 14 para 20 o número de unidades de conservação (UC) contempladas pelo programa.

FIGURA 31: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Virada Verde

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil) <portugues.tnc.org/tnc-no-mundo/americas/brasil/index.htm>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	12 municípios dos estados de Mato Grosso e do Pará
BENEFICIÁRIOS	População local e produtores rurais dos municípios abrangidos pelo projeto
OBJETIVO	Contribuir para a mobilização dos atores locais em 12 municípios de Mato Grosso e do Pará, com vistas à adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e monitorar o desmatamento na região por meio de imagens de satélite
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 19.200.000,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 16.000.000,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**36 meses** (a partir da data da contratação)
	EVOLUÇÃO DO PROJETO
DATA DA APROVAÇÃO	1.12.2009
DATA DA CONTRATAÇÃO	**13.4.2010**
1° DESEMBOLSO EM 14.5.2010	R$ 772.778,00
2° DESEMBOLSO EM 9.6.2011	R$ 3.000.000,00
3° DESEMBOLSO EM 8.9.2011	R$ 3.000.000,00
4° DESEMBOLSO EM 25.9.2012	R$ 4.840.000,00
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	**R$ 11.612.778,00**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**73%**



Contextualização

A área de abrangência do projeto contempla 12 municípios no Bioma Amazônia, sendo alguns localizados em área de transição com o Cerrado. São sete municípios em Mato Grosso (Campos de Julio, Cotriguaçu, Juruena, Nova Mutum, Nova Ubiratan, Sapezal e Tapurah) e cinco no Pará (Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu e Tucumã). Majoritariamente, esses municípios abrigam atividades econômicas ligadas à exploração madeireira ou à pecuária e/ou à soja, sob forte pressão de desmatamento.

Nova Ubiratan, Tapurah, Nova Mutum, Sapezal e Campos de Julio fazem parte do polo da soja em Mato Grosso, onde parte das propriedades rurais tem pendências relacionadas à legislação ambiental.

Os municípios de Cotriguaçu e Juruena localizam-se na região noroeste do estado de Mato Grosso, onde a exploração madeireira ainda é muito forte, tendo sido essa região área prioritária de execução do Plano de Gestão Ambiental Integrada (PGAI).

Os municípios de São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte, Tucumã, Cumaru do Norte e Bannach localizam-se se na região de São Félix do Xingu, no estado do Pará, na qual a pecuária bovina representa a principal forma de uso do solo. Essa região destaca-se na lista do Ministério do Meio Ambiente dos municípios prioritários para ações de prevenção e controle do desmatamento. Entretanto, apesar de liderar as taxas de desmatamento na Amazônia em área total, a região ainda detém o maior remanescente florestal e um dos mais importantes mosaicos de áreas protegidas (terras indígenas e unidades de conservação) do estado do Pará.

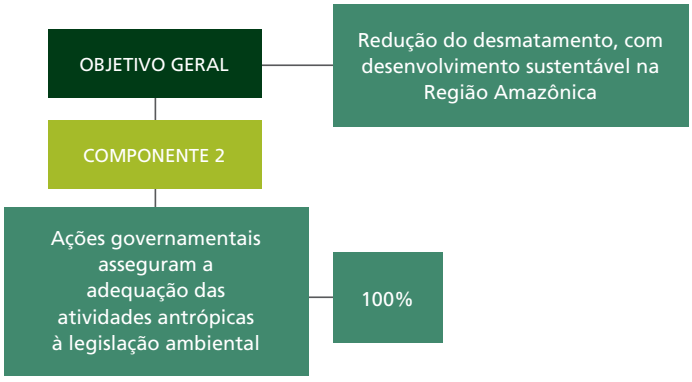
Lógica de Intervenção

O projeto busca sensibilizar, mobilizar e integrar atores – como os governos estaduais e municipais, associações, sindicatos e produtores rurais –, para a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico pautado na adequação ambiental e na sustentabilidade socioambiental do território, por meio da promoção do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do incentivo aos processos de regularização ambiental de propriedades rurais em sete municípios do estado de Mato Grosso e cinco do estado do Pará.

Resultados Esperados

- Adesão de pelo menos 50% dos proprietários acima de 150 hectares ao CAR;
- Portal do cadastro das propriedades, com dados necessários ao processo de adequação ambiental;
- Pelo menos dez milhões de hectares com base cartográfica atualizada e imagens de satélite de alta resolução disponíveis;
- Pelo menos 20% das propriedades inseridas no CAR das Semas PA e MT em processo de licenciamento final; e
- Sistema customizado de monitoramento de reserva legal e áreas de preservação permanente (APP) gerando mapas e relatórios para propriedades cadastradas.

FIGURA 32: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Imazon <www.imazon.org.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	11 municípios do estado do Pará
BENEFICIÁRIOS	População local dos 11 municípios
OBJETIVO	Mobilizar os governos estaduais e municipais, os produtores rurais, sindicatos e associações objetivando acelerar a adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR); monitorar o desmatamento por meio de imagens de satélite; e auxiliar no planejamento da paisagem e restauração de áreas degradadas na bacia do rio Uraim em Paragominas
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 9.736.473,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 9.736.473,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**36 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	1.12.2009
DATA DA CONTRATAÇÃO	**29.7.2010**
1° DESEMBOLSO EM 28.1.2011	R$ 747.061,33
2° DESEMBOLSO EM 19.9.2011	R$ 2.829.395,03
3° DESEMBOLSO EM 24.2.2012	R$ 1.499.887,07
4° DESEMBOLSO EM 10.9.2012	R$ 1.499.887,06
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	**R$ 6.576.230,49**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**68%**

Contextualização

O estado do Pará é uma das unidades da federação com maior índice de desmatamento, conforme dados de 2011 do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O projeto vai beneficiar 11 municípios do estado. São eles: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Breu Branco, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Paragominas, Rondon do Pará, Tailândia e Ulianópolis. Esses municípios pertencem à mesorregião sudeste paraense (exceto Tailândia).

A pecuária de corte destaca-se como uma das principais atividades econômicas na região. O estado do Pará possui o quinto maior rebanho bovino do país, com aproximadamente 18 milhões de cabeças, sendo os produtos agrícolas de destaque arroz, feijão, milho e soja (IBGE 2011).

Cabe ressaltar que seis dos 11 municípios contemplados pelo projeto foram incluídos na lista do Ministério do Meio Ambiente de municípios prioritários para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia.

Lógica de Intervenção

O projeto desenvolvido pelo Imazon no estado do Pará baseia-se no incentivo à adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) por parte dos produtores rurais, tornando possível a regularização ambiental das propriedades e o acesso ao crédito.

Além disso, o CAR permitirá aos órgãos ambientais estadual e municipais conhecer, com mais exatidão, as áreas rurais de seus territórios. A adesão ao CAR implica o compromisso dos proprietários rurais – por meio da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) – de recuperar

áreas degradadas, o que também auxiliará a exclusão desses 11 municípios, aos quais essas áreas rurais pertencem, da relação dos municípios que mais desmatam na Amazônia.

O projeto prevê o monitoramento do desmatamento nesses municípios por meio de imagens de satélite. O Imazon utilizará seu sistema de monitoramento mensal de desmatamento, baseado no Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), com o objetivo de orientar as ações de apoio à fiscalização e redução de desmatamento.

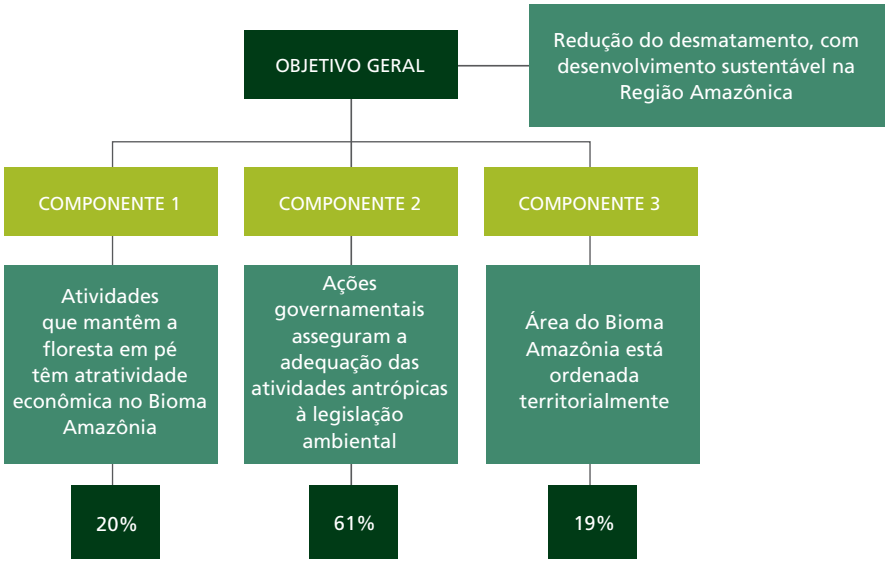
Vale destacar que no território de Paragominas – que é um dos municípios beneficiados pelo projeto –, encontra-se a Bacia do Uraim, atualmente com grande parte de suas áreas de preservação permanente (APPs) degradada, o que põe em risco o abastecimento de água do município. Com cerca de 185 km de extensão, o rio Uraim fornece aproximadamente 80% da água de Paragominas, sendo um dos objetivos do projeto o planejamento da paisagem da Bacia do Uraim no município para restauração das áreas degradadas.

Por meio da análise de imagens de satélite, serão identificados os graus de degradação da área para definição das linhas de ação mais indicadas. Baseado nessas informações, será produzido o plano de recuperação da bacia, que será útil para: (i) orientar a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta dos imóveis dessa região para fins de regularização ambiental do CAR; (ii) auxiliar a implantação do programa de plantio de mudas da prefeitura e (iii) subsidiar a análise do potencial de negócios com sequestro de carbono via recuperação florestal nessa região.

Resultados Esperados

- Municípios capacitados para que consigam sair da lista do Ministério do Meio Ambiente de áreas prioritárias para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia;
- Pactos ambientais para redução do desmatamento estabelecidos;
- Transparência da regularização ambiental e fundiária aumentada; e
- Planejamento para recuperação de áreas degradadas na Bacia do Uraim elaborado.

FIGURA 33: LÓGICA DE INTERVENÇÃO

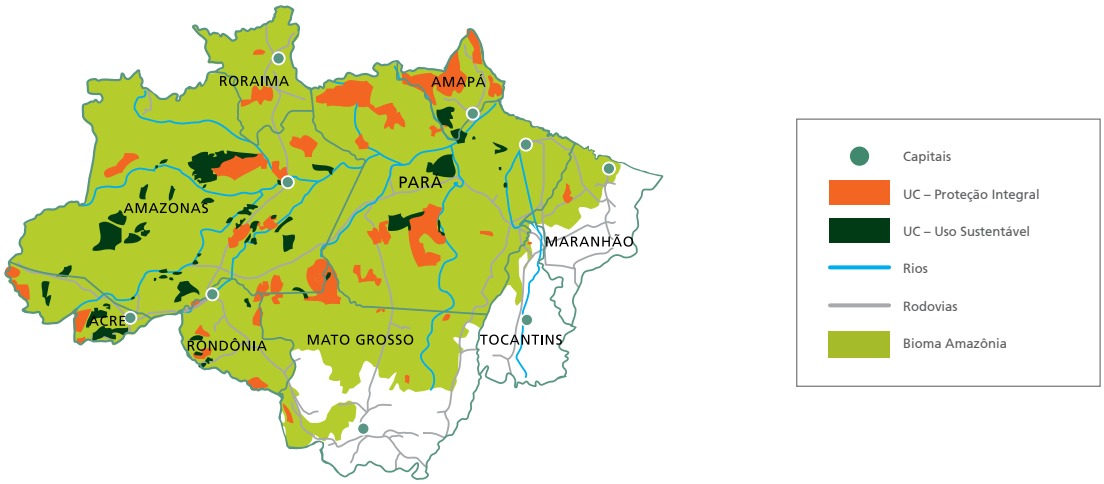


Áreas Protegidas da Amazônia - Fase 2

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) <www.funbio.org.br> <www.programaarpa.org.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Todos os estados do Bioma Amazônia
BENEFICIÁRIOS	População residente e moradores do entorno; funcionários e instituições responsáveis pela gestão; conselhos gestores; e municipalidades envolvidas nos territórios das unidades de conservação (UC) atendidas pelo programa
OBJETIVO	Apoiar a criação e a consolidação de UCs no Bioma Amazônia, de forma a assegurar a conservação da biodiversidade e a manutenção dos processos e serviços ecológicos da região
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 164.294.880,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 20.000.000,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**48 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	8.12.2009
DATA DA CONTRATAÇÃO	**22.4.2010**
1° DESEMBOLSO EM 27.10.2010	R$ 4.999.230,90
2° DESEMBOLSO EM 26.1.2012	R$ 5.000.000,00
3° DESEMBOLSO EM 21.11.2012	R$ 5.000.000,00
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	**R$ 14.999.230,90**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**75%**



Contextualização

A criação de áreas protegidas é uma das principais estratégias de conservação da biodiversidade. O Brasil, como signatário da Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica (CDB), tem metas significativas de proteção de seus ecossistemas. Na Amazônia brasileira, o esforço para atingir esse objetivo tem avançado bastante nas últimas décadas, com a criação de unidades de conservação (UC) que abrangem 22,2% do Bioma Amazônia, nas categorias de Proteção Integral e de Uso Sustentável.

Com o avanço no entendimento e na mobilização da sociedade nas discussões sobre mudança do clima, ficou evidente a enorme contribuição dada pelas UCs, com seus ecossistemas florestais, na manutenção desses estoques de carbono, em especial na Amazônia, em função das grandes extensões de florestas e do intenso processo de desmatamento.

A instituição, no ano de 2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabeleceu os instrumentos atuais de criação e gestão das UCs, bem como suas categorias. No âmbito federal, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), criado em 2007, é o principal executor das atividades do SNUC. Cabe ao instituto propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União.

Lógica de Intervenção

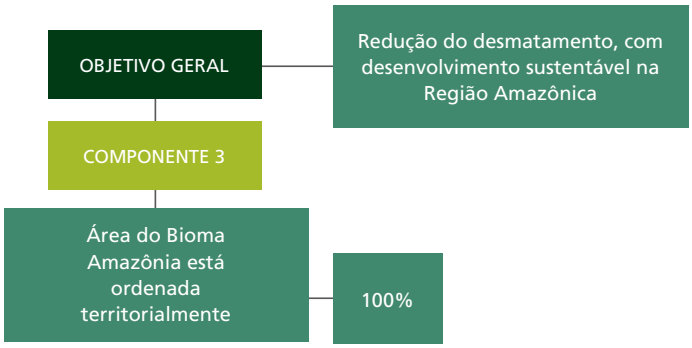
O programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) é considerado um dos maiores do mundo na esfera de conservação ambiental. A primeira fase, executada entre 2002 e 2009, apoiou a criação e a consolidação de 43 UCs, totalizando 24 milhões de hectares, além dos outros 8,5 milhões de hectares das UCs anteriormente criadas.

Adicionalmente, o programa apoiou a criação e a implementação do sistema informatizado de coordenação e gerenciamento do Programa Arpa (SisARPA) e realizou 14 projetos comunitários nos entornos de UCs de proteção integral. Também capitalizou em cerca de US$ 29,7 milhões um fundo (FAP – Fundo de Áreas Protegidas) que atuará, no futuro, como um mecanismo financeiro para prover sustentabilidade financeira de longo prazo para as UCs consolidadas no âmbito deste programa.

Resultados Esperados

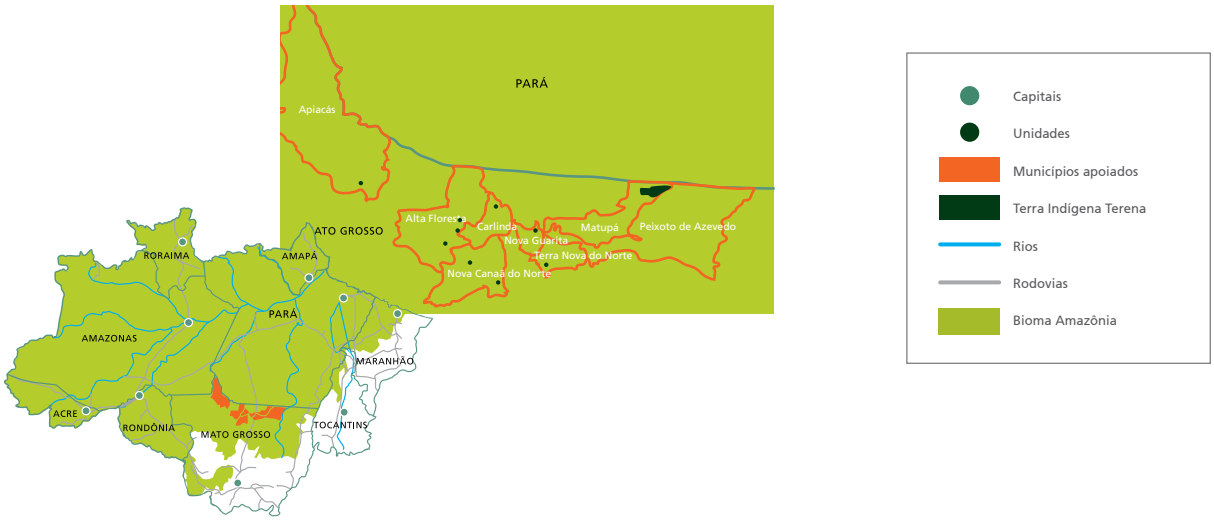
- Novas UCs criadas (abrangendo 13,5 milhões de hectares) em áreas de representatividade biogeográfica;
- UCs consolidadas (abrangendo 31,6 milhões de hectares), com construção de infraestrutura básica, sinalização, proteção, monitoramento da biodiversidade, elaboração de plano de manejo e formação e manutenção de conselhos consultivos/deliberativos;
- UCs integrantes do programa estruturadas, o que envolve a sua gestão integrada e participativa;
- Planejamento estratégico do conjunto de UCs elaborado e estimulada à criação de mosaicos de gestão; e
- Sustentabilidade financeira promovida, com estratégias de captação e preservação do capital do fundo fiduciário no longo prazo e da identificação dos mecanismos adequados à geração de receita.

FIGURA 34: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Sementes do Portal

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Instituto Ouro Verde <www.ouroverde.org.br >
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Sete municípios que compõem a região conhecida como Portal da Amazônia, no extremo norte de Mato Grosso: Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte e Matupá
BENEFICIÁRIOS	Agricultores familiares e comunidade indígena Terena do estado de Mato Grosso
OBJETIVO	Promover a recuperação ambiental de 1.200 hectares de áreas degradadas e a revalorização da agricultura familiar em seis municípios do Território Portal da Amazônia, por meio da difusão de sistemas agroflorestais, que combinam o uso sustentável da floresta com geração de renda. Adicionalmente, a comunidade indígena Terena será capacitada a coletar as sementes que serão utilizadas nos sistemas agroflorestais
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 5.433.450,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 5.433.450,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**36 meses** (a partir da data da contratação)
	EVOLUÇÃO DO PROJETO
DATA DA APROVAÇÃO	8.12.2009
DATA DA CONTRATAÇÃO	**25.3.2010**
1° DESEMBOLSO EM 7.5.2010	R$ 654.750,00
2° DESEMBOLSO EM 11.11.2010	R$ 680.000,00
3° DESEMBOLSO EM 10.5.2011	R$ 755.900,00
4° DESEMBOLSO EM 18.11.2011	R$ 1.267.167,86
5° DESEMBOLSO EM 20.8.2012	R$ 1.580.467,86
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	**R$ 4.938.285,72**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**91%**



Contextualização

A ocupação de terras na Região Amazônica demonstra, em muitos casos, um certo padrão, caracterizado pelo desmatamento, o uso inadequado e o abandono das áreas. Essa ocupação das áreas se dá de forma desordenada e intensa, por meio de uma atividade econômica específica com geração temporária de valor e atração populacional, para depois serem praticamente abandonadas. Na região do Portal da Amazônia, localizada no extremo norte de Mato Grosso, esse processo de ocupação não foi diferente, passando pelos ciclos do ouro, da madeira e da pecuária.

O desmatamento decorrente dessas atividades comprometeu até áreas de preservação permanente (APP), com graves danos aos serviços ambientais prestados, especialmente no que se refere a recursos hídricos, concentração de renda e de terras e fragilidade econômica e social de toda a região. Estima-se, por exemplo, que mais de 30% das áreas de pastagens da região (cerca de 300 mil hectares) estejam completamente degradadas, com redução significativa de sua capacidade de suportar a atividade pecuária.

Nos assentamentos rurais, essa dinâmica soma-se ao modo inadequado e desorganizado com que foram implantados, sem um diagnóstico ambiental das áreas a serem ocupadas, muitas delas extremamente degradadas, sem apoio técnico e de crédito que possibilitasse aos agricultores adotar práticas agrícolas mais adequadas à região e, também, aprender a valorizar e manejar os recursos florestais.

Outros problemas enfrentados por esses agricultores são a desarticulação social, a pressão de venda das terras pelos grandes fazendeiros e o desconhecimento de alternativas econômicas sustentáveis. O crescente esforço das autoridades públicas pelo cumprimento da legislação ambiental tornou aparente o passivo ambiental de boa parte dessas propriedades, o que representa um

desafio adicional, por causa da falta de apoio técnico para a elaboração dos projetos de recuperação ambiental e dos custos associados.

Lógica de Intervenção

O projeto Sementes do Portal pretende atuar nesse contexto, visando à recuperação de áreas degradadas por meio da estruturação das bases sociais e tecnológicas que possibilitem aos agricultores familiares envolvidos continuar por conta própria o processo de recuperação ambiental. Trata-se de uma ação que está em sintonia com as recentes discussões realizadas no estado de Mato Grosso envolvendo a recuperação e o reflorestamento de áreas degradadas.

A utilização de Sistemas Agroflorestais (SAFs) para promover a recuperação ambiental das áreas degradadas busca adequar as propriedades à legislação ambiental; proteger e valorizar os serviços ambientais prestados por essas áreas, em especial a manutenção dos cursos d'água; desenvolver uma alternativa econômica de atividade na propriedade; e fortalecer a segurança alimentar das famílias.

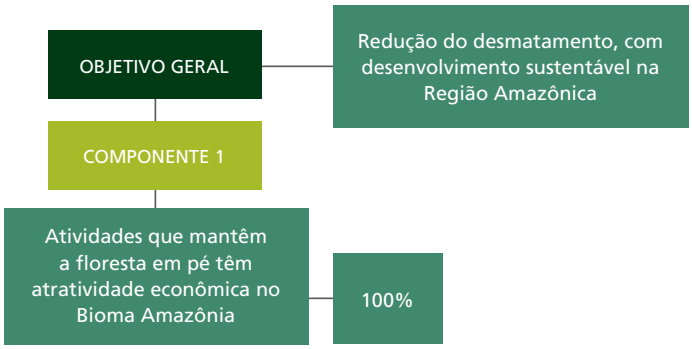
No longo prazo, o projeto busca fortalecer outro modo de relação dos agricultores com a terra, por meio da valorização da floresta, da introdução de conceitos e técnicas como a "muvuca" (técnica de implantação de agroflorestas por meio do plantio conjunto e do manejo de várias espécies de sementes florestais e agrícolas) e da discussão da necessidade de práticas nocivas ao meio ambiente, como a queimada e o uso intensivo de pesticidas e fertilizantes.

De forma complementar, o projeto também visa fomentar a coleta de sementes nativas como uma alternativa econômica importante na região, dentro de práticas e parâmetros ambientais adequados à reprodução sustentável dos recursos florestais, minimizando os impactos causados pela atividade. Isso se dará por meio da implantação de casas de semente e do fortalecimento de uma rede de coletores que compartilhem conhecimento técnico e tradicional sobre o assunto. A participação da etnia terena nessa atividade será de fundamental importância, já que sua área é bastante preservada e mantém muitas espécies florestais difíceis de serem encontradas na região.

Resultados Esperados

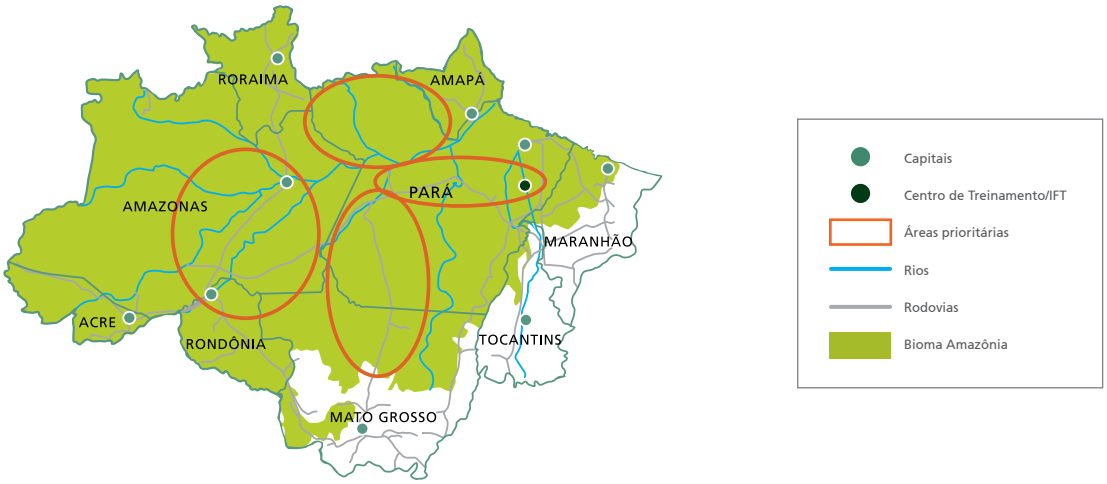
- 1.200 hectares de áreas degradadas entre áreas de preservação permanente (APP) e reserva legal recuperados; e
- Rede de coleta, armazenamento e distribuição de sementes implantados.

FIGURA 35: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Instituto Floresta Tropical <www.ift.org.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Estados do Pará, Amazonas e Rondônia
BENEFICIÁRIOS	Trabalhadores do setor madeireiro e florestal e operadores de máquinas pesadas, comunidades florestais e pequenos produtores rurais, agentes do governo, engenheiros, auditores, administradores, pesquisadores e estudantes florestais de nível médio e superior
OBJETIVO	Apoiar a expansão da prática de manejo florestal sustentável por meio de ações de capacitação técnica, sensibilização dos atores-chave e dos trabalhadores e da pesquisa aplicada
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 12.498.000,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 7.449.000,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**36 meses** (a partir da data da contratação)
	EVOLUÇÃO DO PROJETO
DATA DA APROVAÇÃO	23.11.2010
DATA DA CONTRATAÇÃO	**15.4.2011**
1° DESEMBOLSO EM 19.8.2011	R$ 1.726.119,00
2° DESEMBOLSO EM 17.5.2012	R$ 956.300,36
3° DESEMBOLSO EM 17.10.2012	R$ 1.435.925,64
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	**R$ 4.118.345,00**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**55%**



Contextualização

O fortalecimento do manejo florestal sustentável no Bioma Amazônia, tanto o da modalidade empresarial quanto o praticado pelas comunidades tradicionais, é uma das principais políticas de valorização do ativo florestal na região. A prática tem destacado benefícios ambientais (ao minimizar o impacto da atividade madeireira), sociais (ao proporcionar incremento na oferta de trabalho e na renda das comunidades e trabalhadores do setor) e econômicos (ao incrementar o ainda deficiente mercado de madeira manejada ou certificada, visando torná-lo uma alternativa real ao mercado ilegal de madeira e a outras modalidades de uso da terra).

A nova política florestal, instituída a partir da criação do Serviço Florestal Brasileiro e da aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, é um importante passo nessa direção e possibilitará o acesso aos expressivos estoques de madeira da região, fomentando de forma responsável sua vocação florestal. Um dos principais gargalos apontados pelos especialistas para o pleno sucesso dessa política é a falta de mão de obra capacitada a implementar boas práticas de manejo florestal na Amazônia.

Além da questão crítica de escassez de pessoal qualificado, o desenvolvimento de uma economia madeireira sustentável também tem como desafio o baixo conhecimento das vantagens econômicas, sociais e ambientais da prática do manejo florestal sustentável e a necessidade de geração e de disseminação de conhecimento técnico, de forma a aprimorar continuamente seus potenciais benefícios ambientais e econômicos.

O Instituto Floresta Tropical é referência em manejo florestal sustentável na Amazônia, com 15 anos na região. Atua principalmente em capacitação, sensibilização e pesquisa dos vários componentes do manejo florestal, destacando-se o desenvolvimento e a validação de técnicas de Exploração de Impacto Reduzido (EIR) adequadas às florestas tropicais.

Lógica de Intervenção

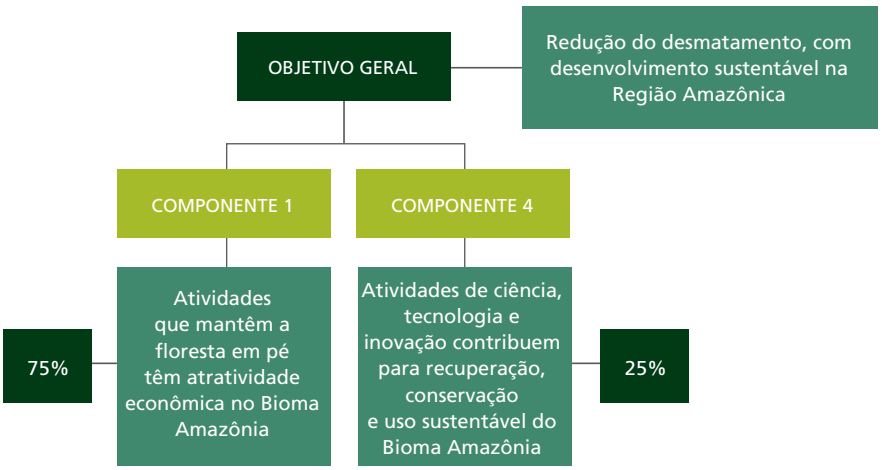
O projeto busca reduzir a escassez crônica de mão de obra em manejo florestal na região, bem como mudar a percepção do setor quanto as vantagens de adotar boas práticas na exploração madeireira em comparação com a exploração convencional.

Esses objetivos serão alcançados por meio de ações de capacitação e sensibilização em cursos e eventos e pela produção de material de divulgação técnica sobre manejo florestal.

Outra vertente importante do projeto visa aprimorar a sustentabilidade social, econômica e ecológica do manejo florestal por meio da ampliação de sua base técnica e científica. O desenvolvimento de pesquisas aplicadas e a divulgação do conhecimento e das tecnologias gerados são fundamentais para a qualidade dos serviços prestados, além de contribuir para a melhoria da percepção da sociedade (incluindo atores econômicos e institucionais, academia e movimentos sociais) quanto aos benefícios e desafios do manejo florestal.

Ações	Resultados Esperados
Capacitação e treinamento	Sessenta a setenta cursos de capacitação no Centro de Treinamento Florestal Roberto Bauch (CT) realizados, abrangendo um total de novecentas pessoas no CT;
	Quarenta cursos de capacitação nas florestas dos produtores familiares, comunidades ou pequenas empresas realizados, abrangendo um total de quatrocentas pessoas;
Sensibilização	Quarenta a setenta eventos de sensibilização sobre conservação e manejo florestal realizados, abrangendo um total de 2.100 pessoas;
	Materiais técnicos para divulgação do manejo, como *folders*, boletins e cartilhas confeccionados, além de um manual de divulgação simplificada do manejo florestal;
Pesquisa aplicada	12 experimentos de pesquisa aplicada conduzidos;
	Materiais técnicos com resultados de pesquisas aplicadas, como artigos científicos e manual técnico sobre manejo florestal, elaborados.

FIGURA 36: LÓGICA DE INTERVENÇÃO

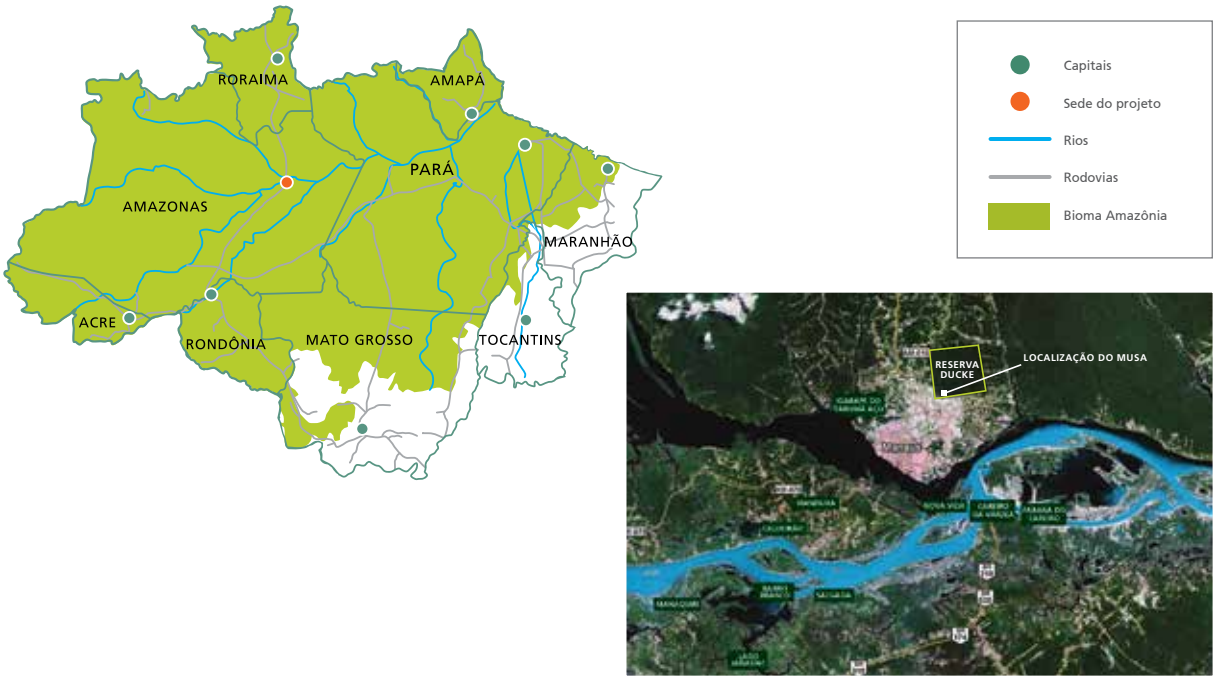


Conhecer para Conservar

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Museu da Amazônia (Musa) <www.museudaamazonia.org.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Município de Manaus, estado do Amazonas
BENEFICIÁRIOS	População de Manaus e cidades próximas, turistas nacionais e estrangeiros, estudantes das universidades, estudantes e professores da rede pública e privada do estado do Amazonas e demais interessados em questões socioambientais
OBJETIVO	Implantar o Musa e um Centro de Treinamento no Assentamento Água Branca, em Manaus, visando à disseminação de conhecimentos que contribuam para a valorização e a conservação dos recursos naturais da Amazônia e de seu patrimônio cultural, por meio de um modelo inovador de visitação da floresta
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 8.454.421,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 8.454.421,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**36 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	30.11.2010
DATA DA CONTRATAÇÃO	**1.9.2011**
1° DESEMBOLSO EM 4.10.2011	R$ 2.436.885,00
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	**R$ 2.436.885,00**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**29%**



Contextualização

A Reserva Adolpho Ducke vem sendo estudada sistematicamente há mais de trinta anos, sobretudo pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Portanto, conta com valiosa documentação sobre sua biodiversidade, seus ecossistemas florestais e aquáticos e suas interações bióticas e abióticas.

Parte do projeto será realizada em uma área de assentamento rural contígua à Floresta Adolpho Ducke: o Assentamento Água Branca. Essa área constitui-se em um "corredor ecológico" de ligação entre a Reserva Florestal Adolpho Ducke e o lago do Puraquequara. Hoje, grande parte dessas propriedades ainda se encontra coberta por floresta nativa. No entanto, se não forem tomadas medidas para assegurar a manutenção desse corredor ecológico, a reserva corre o risco de ter seu valor de conservação reduzido pela fragmentação florestal e o isolamento de sua biota.

Lógica de Intervenção

O Museu da Amazônia (Musa) promoverá um modelo inovador de visitação da floresta e de disseminação do conhecimento sobre a Região Amazônica. Sua proposta é oferecer experiências que permitam ao visitante entrar em contato com a diversidade biológica e sociocultural da Região Amazônica. Para tanto, o museu vai trabalhar com o conceito de "museu vivo" da sociobiodiversidade, embasado nos conhecimentos adquiridos pelos pesquisadores das instituições científicas brasileiras e internacionais que realizam pesquisas na Bacia Amazônica.

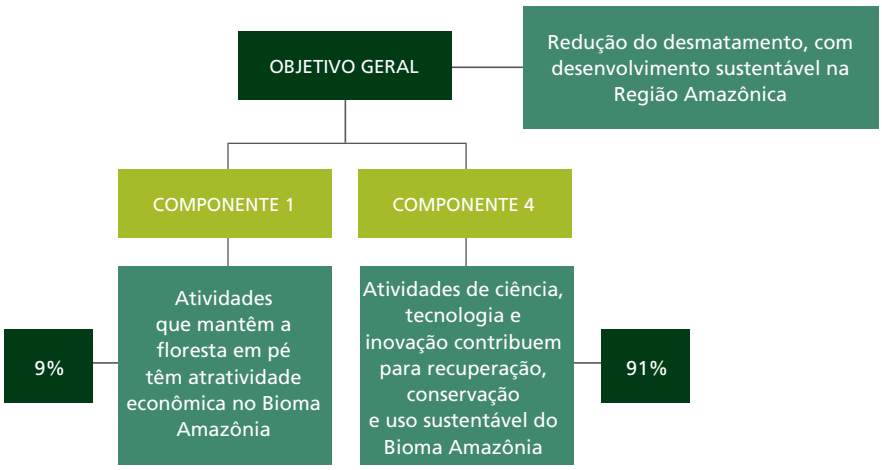
O projeto está estruturado em dois componentes. Um deles compreende um complexo de pavilhões, tanques, trilhas, estações e torres de observação da floresta, interligando uma área de aproximadamente trinta hectares da Reserva Florestal Adolpho Ducke às atuais instalações do Jardim Botânico da cidade de Manaus.

O outro componente apoia a estruturação de um centro de treinamento e de capacitação em Água Branca, área de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O objetivo é gerar opções econômicas baseadas no uso sustentável do Bioma Amazônia, criando um modelo demonstrativo de atividades econômicas que valorizem a "floresta em pé", com possibilidade de geração de renda e de melhoria das condições sociais. Serão beneficiadas diretamente 36 famílias hoje residentes no Assentamento Água Branca.

Resultados Esperados

- Maior interesse pelo turismo ambiental;
- População local e turistas sensibilizados e conscientizados para as questões da sociobiodiversidade amazônica;
- Conhecimento produzido por instituições de pesquisa da Amazônia divulgado;
- Corredor ecológico do Assentamento Água Branca conservado, evitando a fragmentação florestal da Reserva Ducke, de dez mil hectares; e
- Recursos humanos capacitados em diferentes níveis para viabilizar atividades extrativistas e de manejo, gestão e conservação ambiental.

FIGURA 37: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Fundo Dema

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) <www.fase.org.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Comunidades tradicionais no estado do Pará, com foco na área de influência das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas
BENEFICIÁRIOS	Comunidades tradicionais da Amazônia: pequenos produtores, quilombolas e indígenas
OBJETIVO	Apoiar projetos socioambientais de pequeno valor, por meio de oito chamadas públicas a serem lançadas ao longo de três anos
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 9.646.983,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 9.347.384,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**60 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	15.3.2011
DATA DA CONTRATAÇÃO	**14.6.2011**
1° DESEMBOLSO EM 17.8.2011	R$ 590.470,00
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	**R$ 590.470,00**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**6%**

Contextualização

Os municípios localizados na região da Amazônia paraense, especialmente no entorno das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas sofrem forte pressão de vetores potencialmente causadores de desmatamento, como pecuária, exploração madeireira e cultura de soja.

O Fundo Dema é resultado de uma parceria entre o Governo Federal e a sociedade civil. Foi criado, em 2004, com recursos provenientes da venda de toras de mogno ilegalmente extraídas e apreendidas, majoritariamente, na região de Altamira e São Félix do Xingu (PA). O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), ao realizar a apreensão das toras de madeira, optou por doá-las com encargos para a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, de forma que os recursos obtidos com a venda do mogno pudessem ser utilizados para compensar a região pelo dano ambiental sofrido. Assim, os rendimentos do Fundo Dema devem ser direcionados ao apoio a projetos de desenvolvimento sustentável no oeste do Pará.

Lógica de Intervenção

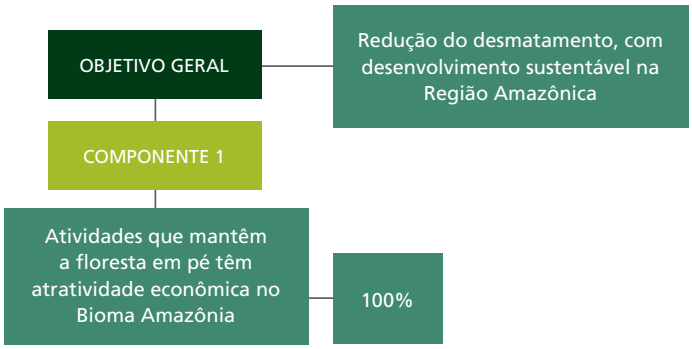
O objetivo do projeto é apoiar iniciativas socioambientais de pequeno valor, por meio de oito chamadas públicas, a serem lançadas ao longo de três anos, tendo como beneficiárias comunidades tradicionais da Amazônia (pequenos produtores, quilombolas e indígenas), localizadas no estado do Pará, com foco na área de influência das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas.

Os projetos a serem selecionados e apoiados a partir dessas chamadas públicas serão enquadrados em pelo menos uma das seguintes áreas temáticas: manejo florestal comunitário sustentável; atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta; conservação e uso sustentável da biodiversidade; e recuperação de áreas degradadas.

Resultados Esperados

- Oito chamadas públicas lançadas no âmbito dos fundos Dema, Quilombola do Pará e Indígena Xingu para apoio a pequenos projetos de comunidades tradicionais; e
- Experiência gerada pelo Fundo Dema expandida bem como utilização de sua estrutura de gestão no apoio a pequenos projetos socioambientais a comunidades quilombolas no estado do Pará e a indígenas do Xingu.

FIGURA 38: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Fundo Kayapó

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) <www.funbio.org.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Terras Indígenas Kayapó, Menkragnoti, Baú e Badjonkôre, no sul do estado do Pará; e Capoto-Jarina, no norte do estado de Mato Grosso
BENEFICIÁRIOS	Comunidades indígenas kayapó
OBJETIVO	Apoiar projetos das organizações Kayapó voltados para atividades produtivas sustentáveis, fortalecimento institucional, prevenção ao desmatamento, conservação da biodiversidade e proteção territorial, por meio da implementação de um mecanismo financeiro e operacional de longo prazo, denominado Fundo Kayapó
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 23.300.000,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 16.900.000,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**72 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	21.6.2011
DATA DA CONTRATAÇÃO	**21.11.2011**
1° DESEMBOLSO EM 26.4.2012	R$ 7.196.000,00
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	**R$ 7.196.000,00**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**43%**
CONTRAPARTIDA FINANCEIRA DA CONSERVATION INTERNATIONAL (CI)	**R$ 7.196.000,00**[1]

[1]A contrapartida da CI foi de US$ 4.000.000,00. Quando o projeto foi aprovado a cotação do dólar utilizada para conversão foi de R$ 1,60, portanto, a contrapartida financeira correspondia a R$ 6.400.000,00. Dessa forma, o valor total do projeto correspondia a R$ 23.300.000,00. Contudo, quando houve o aporte de recursos por parte da CI o dólar correspondia a R$ 1,799, o que significou um montante de R$ 7.196.000,00.

Contextualização

O projeto Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas visa à preservação de cinco Terras Indígenas (TIs) Kayapó, localizadas no sul do estado do Pará e norte do estado de Mato Grosso, em uma região situada no arco do desmatamento. São elas: TIs Kayapó, Menkragnoti, Bau, Bandjakôre e Capoto-Jarina.

Essas TIs formam um bloco contíguo situado na Bacia do Xingu e ocupam uma área total de 10,6 milhões de hectares. Dessa forma, seu território constitui-se em um dos maiores trechos de floresta tropical protegida do mundo. Além disso, representa uma parcela relevante do Corredor de Biodiversidade dos Ecótonos Sul-Amazônicos, se caracterizando por ser uma importante região, em virtude de sua rica biodiversidade e da presença de espécies consideradas globalmente ameaçadas.

As cinco TIs Kayapó são habitadas por cerca de sete mil indígenas da etnia kayapó, que são responsáveis, por meio das ações de suas organizações e com apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai), pela preservação das fronteiras de seus territórios, ameaçados de desmatamento pela pressão externa.

Os índios kayapó vêm obtendo expressivo êxito na manutenção da cobertura florestal de suas terras, apesar de ameaçados pela pressão externa de desmatamento.

Lógica de Intervenção

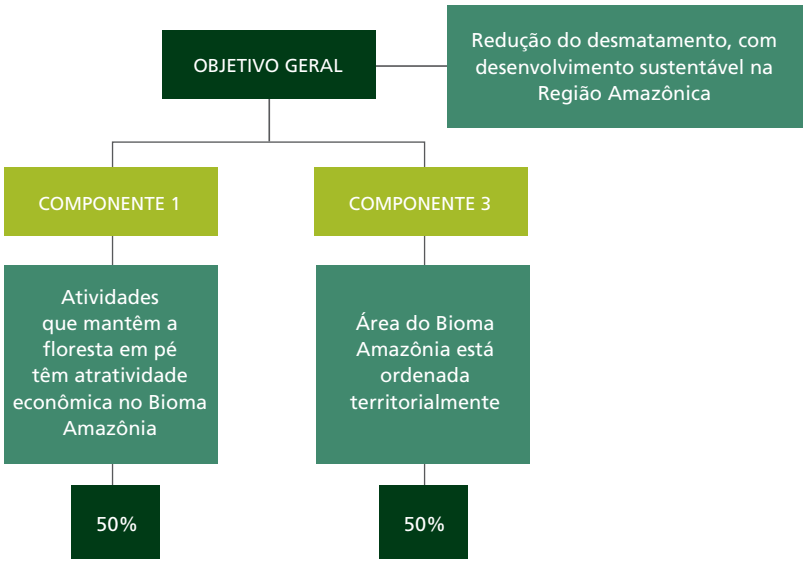
O projeto Fundo Kayapó pretende constituir um mecanismo operacional e financeiro de longa duração, denominado "Fundo Kayapó", para apoiar o desenvolvimento de projetos das

organizações kayapó que sejam voltados para atividades produtivas sustentáveis, fortalecimento institucional, prevenção ao desmatamento, conservação da biodiversidade e proteção de TIs Kayapó.

Resultados Esperados

- Melhoria da qualidade de vida dos índios kayapó, por meio do desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis;
- Floresta e biodiversidade conservadas, em decorrência da melhoria da capacidade institucional e da proteção das TIs Kayapó.

FIGURA 39: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Assentamentos Sustentáveis na Amazônia

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) <www.ipam.org.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Oeste do Pará, municípios de Anapu, Pacajá, Senador José Profírio, Mojuí dos Campos e Aveiros
BENEFICIÁRIOS	2.769 famílias de assentados da reforma agrária do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), contemplando aproximadamente 13.845 pessoas
OBJETIVO	Apoiar, em assentamentos do Incra no oeste do Pará, o desenvolvimento de uma experiência demonstrativa de produção sustentável e a implementação de pagamento pelos serviços ambientais para famílias compromissadas com a redução do desmatamento
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 25.482.194,37
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 24.939.200,37**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**60 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	29.11.2011
DATA DA CONTRATAÇÃO	**14.2.2012**
1° DESEMBOLSO EM 21.9.2012	R$ 4.491.898,55
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	**R$ 4.491.898,55**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**18%**

Contextualização

Fundado em 1995, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) é uma instituição sem fins lucrativos que exerce atividades voltadas especialmente para a população da Amazônia (pequenos produtores rurais, extrativistas, comunidades ribeirinhas, povos indígenas). As principais iniciativas desenvolvidas pelo instituto foram: desenvolvimento do planejamento regional sustentável para a região da BR-163, Transamazônica e Transoceânica, apoio à adoção de práticas sustentáveis de uso da terra por comunidades de produção familiar, fortalecimento de organizações de base da Amazônia, fortalecimento do debate sobre Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) e a contribuição dos povos da Floresta Amazônica na manutenção da floresta em pé, entre outras.

No contexto dos assentamentos da reforma agrária, até 2010 foram criados na Amazônia cerca de três mil projetos em uma área de cerca de 460 mil km^2. A despeito disso, os projetos de assentamentos apresentam alguns entraves, tais como a falta de regularização ambiental e fundiária, a dificuldade de acesso à assistência técnica e à extensão rural, a carência de incentivos para promover alternativas produtivas sustentáveis e intensificação da produção agropecuária em áreas já abertas, além de falta de incentivo para o manejo florestal sustentável.

Lógica de Intervenção

O projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia tem como objetivo desenvolver e implantar um modelo demonstrativo de produção agrícola sustentável em pequenas propriedades rurais na região oeste do estado do Pará que promova melhorias na situação fundiária e na

produtividade local e a manutenção da floresta em pé, gerando benefícios para o clima, para a biodiversidade e, principalmente, para uma mudança do modelo de desenvolvimento local, com geração de renda e segurança alimentar.

Para atingir o objetivo acima, o projeto se divide em dois componentes:

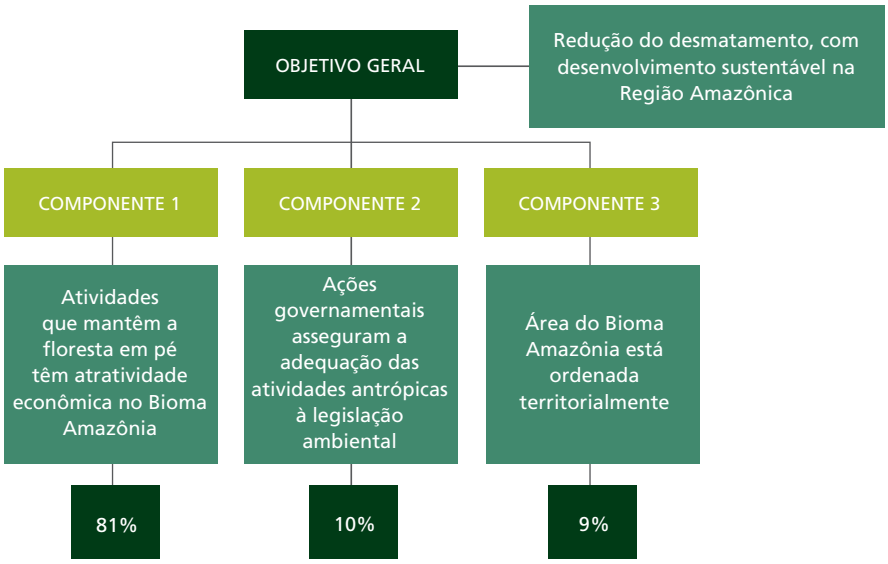
1. Desenvolvimento e implantação de modelo de produção sustentável em pequenas propriedades rurais localizadas em três assentamentos em municípios no oeste do Pará, incluindo atividades de sistematização e disseminação da experiência.

2. Pagamento pelo desmatamento evitado para 350 famílias do entorno da BR-230 – Rodovia Transamazônica, bem como a realização de etapas preparatórias para a regularização fundiária e ambiental dessas propriedades familiares.

Resultado Esperado

- Experiência demonstrativa de produção sustentável desenvolvida e pagamento por serviços ambientais implementado para famílias comprometidas com a redução do desmatamento, em assentamentos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no oeste do Pará.

FIGURA 40: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Fundação Banco do Brasil (FBB) <www.fbb.org.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Bioma Amazônia
BENEFICIÁRIOS	Comunidades tradicionais da Amazônia; agricultores familiares, trabalhadores rurais integrados a projetos de assentamento, população de baixa renda ou em situação de risco de exclusão social na Região do Bioma Amazônia; e empreendimentos coletivos e/ou de economia solidária, instituições de direito privado sem fins lucrativos, entidades da administração pública direta e indireta municipal, estadual e federal e fundações de apoio à pesquisa
OBJETIVO	Apoiar projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável do Bioma Amazônia
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 25.000.000,00
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 15.000.000,00**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**24 meses** (a partir da data da contratação)
	EVOLUÇÃO DO PROJETO
DATA DA APROVAÇÃO	15.5.2012
DATA DA CONTRATAÇÃO	**18.6.2012**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	**-**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**0%**

Contextualização

A Fundação Banco do Brasil (FBB) iniciou suas operações, em fevereiro de 1988, com a proposta de financiar projetos em diversos campos como alimentação, saúde, educação, emprego e habitação. Atua em todo o território nacional, mediante desenvolvimento, implantação, acompanhamento e avaliação de programas e projetos em parceria com outras instituições governamentais e não governamentais.

Tem como foco a base da pirâmide social, especialmente o público priorizado em políticas públicas, incluindo comunidades indígenas, quilombolas e assentados de reforma agrária. Entre seus objetivos estratégicos, cabe destacar o desenvolvimento de iniciativas no âmbito da economia solidária e a atuação por meio de programas que gerem ações em escala, promovendo impacto social nas regiões e comunidades de sua atuação.

Lógica de Intervenção

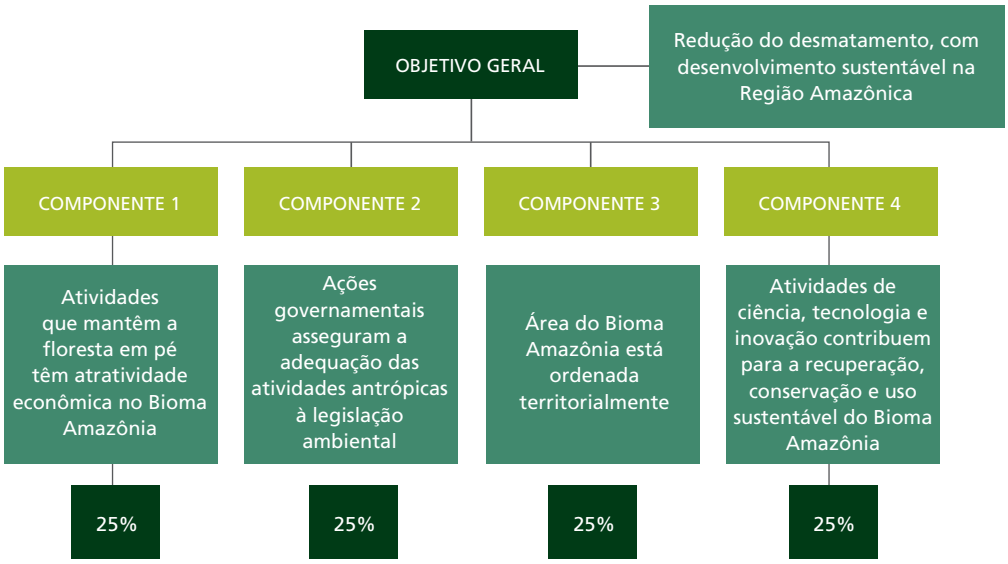
O projeto está inserido em uma proposta de cooperação técnica e financeira entre o Fundo Amazônia e a FBB, destinada a apoiar projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável do Bioma Amazônia.

As ações apoiadas serão eleitas pela fundação a partir de um diagnóstico territorial e da verificação da viabilidade e pertinência de sua aplicação e desenvolvimento. Para isso, a FBB realizará um trabalho de articulação dos atores locais para auxiliar nas diversas etapas desse processo.

Resultados Esperados

- Empreendimentos solidários estruturados em atividades produtivas próprias da região, como as do açaí, cupuaçu, castanha-do-brasil, banana, cacau, apicultura, piscicultura, babaçu, guaraná, óleos e essências, mandioca, maracujá, pesca artesanal, borracha, artesanato, agroecologia, entre outras;
- Tecnologias sociais reaplicadas em diversas áreas, como segurança alimentar, recuperação de áreas degradadas, manejo racional e uso do solo em sistema agroflorestal;
- Ações de apoio à regularização fundiária e ao licenciamento; e
- Ações de manejo florestal sustentável, reflorestamento, certificação florestal e recuperação de áreas desmatadas.

FIGURA 41: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) <www.ispn.gov.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, limitados ao Bioma Amazônia
BENEFICIÁRIOS	Agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais no Bioma Amazônia
OBJETIVO	Apoiar a realização de quatro chamadas públicas que vão selecionar e financiar projetos socioambientais de pequeno valor voltados para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais em áreas do Bioma Amazônia dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 15.755.179,21
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 12.843.876,04**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**60 meses** (a partir da data da contratação)

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	3.7.2012
DATA DA CONTRATAÇÃO	**25.9.2012**
1° DESEMBOLSO EM 9.11.2012	R$ 579.400,00
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	**R$ 579.400,00**
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**5%**

Contextualização

O Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em abril de 1990 e sediada em Brasília. Ao longo de sua existência, o ISPN atua de forma articulada com entidades governamentais que lidam com meio ambiente e agricultura familiar.

Além disso, tem buscado identificar, com parceiros da sociedade civil organizada, oportunidades de inserção dos produtos da biodiversidade do Cerrado na linha de produção de alimentos industrializados. O objetivo desse tipo de ação é incrementar as cadeias de produtos da sociobiodiversidade e assim valorizar o Bioma Cerrado "em pé".

Nesse campo, trabalha por meio do Programa de Pequenos Projetos Ecossociais (PPP-Ecos), uma iniciativa existente desde 1994, que apoia, por meio de chamadas públicas, projetos socioambientais de pequeno valor, voltados para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais.

Com relação aos governos estaduais e municipais, a atuação do ISPN tem se limitado às articulações já existentes entre as organizações de base comunitária que apoia. Nesse sentido, busca influenciar as ações dos poderes municipais e estaduais que possam subsidiar políticas públicas.

Lógica de Intervenção

O presente projeto visa dar continuidade e expandir o PPP-Ecos na região de transição do Bioma Cerrado para o Bioma Amazônia, contemplando, especificamente, projetos comunitários nas áreas do Bioma Amazônia, contidas nos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Para tanto, serão lançadas quatro chamadas públicas para seleção de projetos não governamentais de associações sem fins lucrativos e cooperativas de base comunitária no Bioma Amazônia.

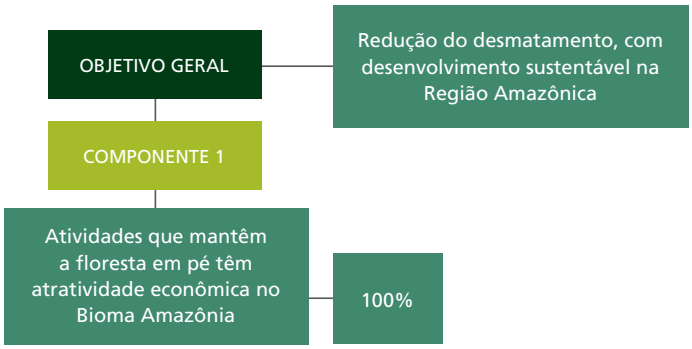
Com isso, espera-se estimular o potencial produtivo das comunidades locais, ao permitir maior interação com os ecossistemas da região, tendo como impactos positivos esperados a diminuição do desmatamento e da degradação ambiental em conjunto com a melhoria na geração de trabalho e renda.

Como resultado indireto espera-se contribuir para o fortalecimento do trabalho em rede das instituições da sociedade civil na região, propiciando maior capacidade de gestão da experiência adquirida, por meio de atividades de capacitação e intercâmbios.

Resultados Esperados

- Potencial produtivo das comunidades do Bioma Amazônia incrementado, aumentando a geração de renda e a qualidade de vida da população;
- Pressão da atividade produtiva sobre o desmatamento reduzida; e
- Trabalho em rede das instituições da sociedade civil presentes na região fortalecido.

FIGURA 42: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Mamirauá

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) <www.mamiraua.org.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Município de Tefé (AM); Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (municípios de Uarini, Fonte Boa e Maraã – AM); Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (municípios de Maraã, Barcelos e Coari – AM)
BENEFICIÁRIOS	IDSM, comunidades locais das reservas de desenvolvimento sustentável Mamirauá e Amanã, comunidade científica, gestores de unidades de conservação (UC) e outras comunidades beneficiadas pelos conhecimentos produzidos no âmbito do projeto
OBJETIVO	Apoiar ações de manejo e gestão participativa nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, com pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos nos seguintes temas: agropecuária sustentável, manejo florestal madeireiro sustentável, manejo florestal não madeireiro sustentável, educação ambiental, proteção ambiental e monitoramento
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 8.504.678,54
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 8.504.678,54**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**60 meses** (a partir da data da contratação)
	EVOLUÇÃO DO PROJETO
DATA DA APROVAÇÃO	18.12.2012
DATA DA CONTRATAÇÃO	-
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	-
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**0%**

Contextualização

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) e Amanã (RDSA) situam-se na região do Médio Solimões, no estado do Amazonas, e somam uma área de cerca de 3,5 milhões de hectares de florestas alagáveis e florestas de terra firme.

Por serem classificadas como Reserva de Desenvolvimento Sustentável, é incentivada a pesquisa científica e são permitidas a residência de populações locais e a utilização dos recursos naturais disponíveis, desde que de acordo com o plano de manejo e o sistema de zoneamento elaborados para esse fim.

O Instituto do Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) compartilha com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas a gestão das reservas, onde realiza pesquisas e apoio ao manejo de recursos naturais e à gestão participativa.

A atuação do Instituto nas reservas Mamirauá e Amanã, identificadas pelo Governo Federal como laboratórios nacionais de pesquisa, contribui para a geração de tecnologias e conhecimentos sobre manejo de recursos e gestão de unidades de conservação (UC), colaborando no aumento da efetividade dessas unidades na proteção e manejo sustentável de recursos naturais.

Lógica de Intervenção

O projeto permitirá ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá desenvolver ações de manejo e gestão participativa nas reservas de desenvolvimento sustentável Mamirauá e Amanã, com pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos, de forma a contribuir para

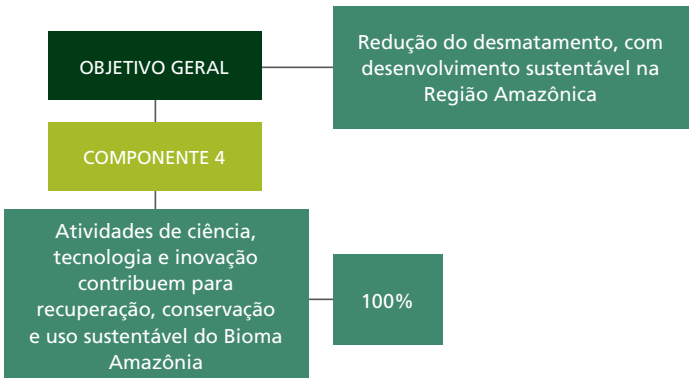
o aumento da efetividade de UCs na proteção e manejo sustentável de recursos naturais. Serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Pesquisa, experimentação e assistência técnica para a extração de óleos de andiroba e de copaíba;
- Experiência-piloto de refrigeração de polpas de frutas dos SAFs das reservas para comercialização;
- Atividades de educação ambiental;
- Capacitação de agentes ambientais voluntários e realização de missões de proteção ambiental;
- Monitoramento em campo da mudança de uso do solo;
- Monitoramento remoto baseado em imagens de satélite da mudança de uso do solo.

Resultados Esperados

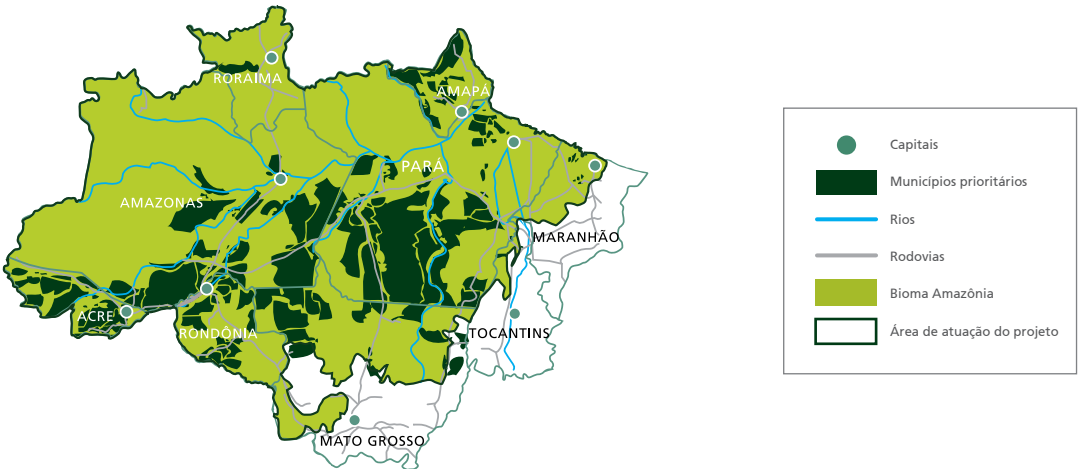
- Cinquenta e cinco indivíduos capacitados para a implantação de sistemas agroflorestais, pecuária sustentável e manejo florestal madeireiro e não madeireiro;
- Cinco pesquisas realizadas sobre sistemas agroflorestais, pecuária sustentável e manejo florestal madeireiro e não madeireiro;
- Duas unidades de energia solar implantadas para experiência-modelo de acondicionamento de polpa de frutas oriundas de sistemas agroflorestais;
- Cinco planos de Manejo Florestal Sustentável elaborados para exploração madeireira;
- Oficinas de educação ambiental realizadas;
- Duzentos indivíduos capacitados como agentes ambientais voluntários;
- Vinte missões de proteção realizadas;
- Cinco mapas produzidos contendo taxa de conversão de hábitat.

FIGURA 43: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Programa de Qualificação da Gestão Ambiental

RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) <www.ibam.org.br>
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	Municípios do Bioma Amazônia
BENEFICIÁRIOS	Funcionários dos órgãos de administração municipal voltados para a gestão ambiental local, podendo alcançar os 529 municípios do Bioma Amazônia, distribuídos pelos nove estados da Amazônia Legal
OBJETIVO	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental em municípios do Bioma Amazônia por meio da oferta de capacitação e assistência técnica; da disseminação de conhecimentos e informações em rede; e pelo estímulo à inovação e promoção da articulação com outras esferas de governo e da sociedade em geral, no âmbito das políticas públicas ambientais
VALOR TOTAL DO PROJETO	R$ 18.853.482,32
VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**R$ 18.853.482,32**
PRAZO DE EXECUÇÃO	**48 meses** (a partir da data da contratação)
	EVOLUÇÃO DO PROJETO
DATA DA APROVAÇÃO	18.12.2012
DATA DA CONTRATAÇÃO	-
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO (ATÉ 31.12.2012)	-
VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA	**0%**



Contextualização

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que atua no Brasil e no exterior, principalmente em países latino-americanos e africanos de língua portuguesa. Em sua história, o Ibam colaborou para introduzir melhores práticas nas atividades dos governos municipais e para aprimorar as relações federativas e os processos de descentralização da gestão no país, bem como na América Latina e na África, especialmente por meio da realização de cursos, pesquisas e assessoria a governos.

Atualmente, a ação do Ibam concentra-se em auxiliar o processo de consolidação dos atores locais – governo e sociedade – como agentes capazes de atuar na melhoria da qualidade urbano-ambiental das cidades e das condições de vida dos cidadãos, seja por meio da modernização das estruturas de gestão municipais, seja pelo desenvolvimento das potencialidades da economia local, com foco na inclusão produtiva e social.

Dessa forma, o instituto busca promover o desenvolvimento institucional dos municípios como esfera autônoma de governo, por meio do fortalecimento de suas capacidades de formulação de políticas públicas, prestação de serviços de qualidade ao cidadão e de estímulo ao desenvolvimento local. Para tanto, o Ibam realiza estudos e capacitações, além de assessorar os municípios nos temas relacionados à administração pública municipal, contribuindo para a construção de soluções aos problemas locais de acordo com o contexto da região.

Lógica de Intervenção

O projeto tem por finalidade contribuir para o fortalecimento dos órgãos municipais de gestão ambiental da Amazônia Legal, utilizando iniciativas que visam ao enfrentamento de

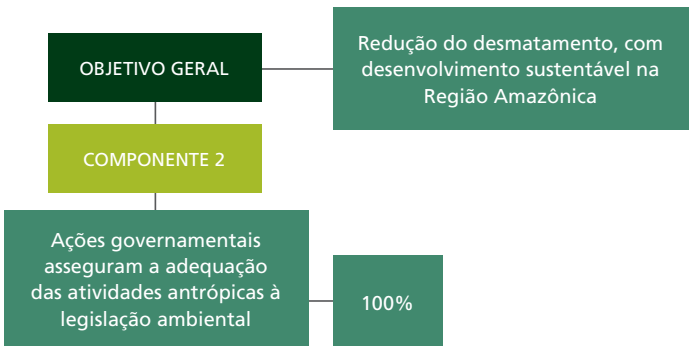
fragilidades institucionais no campo da capacitação e do conhecimento. Para isso, o projeto vai oferecer, por meio fundamentalmente da tecnologia da educação a distância, capacitação em relação à gestão ambiental e seus instrumentos de execução, além de permitir a troca de experiências e expertise entre os participantes dos cursos oferecidos. Serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Capacitação com foco na gestão ambiental para os municípios que integram o Bioma Amazônia;
- Realização de encontros com o Poder Legislativo municipal;
- Orientação técnico-jurídica para governos municipais;
- Construção de comunidades de aprendizagem;
- Realização de premiação de boas práticas municipais; e
- Aprimoramento da relação estados/municípios para descentralização da gestão ambiental.

Resultados Esperados

- 604 servidores e 302 representantes da sociedade civil de pelo menos 302 municípios da Amazônia Legal capacitados em gestão ambiental por meio do mecanismo de ensino a distância;
- Integrantes das câmaras legislativas municipais sensibilizados para a importância dos temas ambientais mediante a realização de 12 eventos presenciais;
- 1.510 orientações técnico-jurídicas realizadas para pelo menos 302 municípios da Amazônia Legal, por meio de um portal na internet para intercâmbio de experiências, formulação de consultas a especialistas contratados pelo projeto e disponibilização de estudos e conhecimentos relacionados à gestão ambiental;
- Premiação de municípios que se destaquem na adoção de ações e projetos que promovam a preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento local sustentável; e
- Informações compartilhadas e nove atividades presenciais realizadas com 180 participantes dos governos estaduais e municipais do Bioma Amazônia visando promover a descentralização da gestão ambiental.

FIGURA 44: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



ANEXO 1

DECRETO Nº 6.527, DE 1º DE AGOSTO DE 2008

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.527, DE 1º DE AGOSTO DE 2008.

Dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", e tendo em vista o disposto no art. 225, caput e § 4º, ambos da Constituição, DECRETA:

Art. 1º Fica o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES autorizado a destinar o valor das doações recebidas em espécie, apropriadas em conta específica denominada Fundo Amazônia, para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável no bioma amazônico, contemplando as seguintes áreas: **(Redação dada pelo Decreto nº 6.565, de 2008)**

I. gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
II. controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
III. manejo florestal sustentável;
IV. atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta;
V. Zoneamento Ecológico e Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
VI. conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
VII. recuperação de áreas desmatadas.

§ 1º Poderão ser utilizados até vinte por cento dos recursos do Fundo Amazônia no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

§ 2º As ações de que trata o caput devem observar as diretrizes do Plano Amazônia Sustentável - PAS e do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAM, à exceção do disposto no § 1o.

§ 3º O BNDES segregará a importância equivalente a três por cento do valor das doações referidas no caput para cobertura de seus custos operacionais e das despesas relacionadas ao Fundo Amazônia, incluídas as despesas referentes à operacionalização do Comitê Técnico do Fundo Amazônia - CTFA, do Comitê Orientador do Fundo Amazônia - COFA e os custos de contratação de serviços de auditoria. (Redação dada pelo Decreto nº 6.565, de 2008).

§ 4º São recursos do Fundo Amazônia, além das doações referidas no caput, o produto das aplicações financeiras dos saldos ainda não desembolsados.

§ 5º O BNDES representará o Fundo Amazônia, judicial e extrajudicialmente.

Art. 2º O BNDES procederá às captações de doações e emitirá diploma reconhecendo a contribuição dos doadores ao Fundo Amazônia.

§ 1º Os diplomas emitidos deverão conter as seguintes informações:

I. nome do doador;
II. valor doado;
III. data da contribuição;
IV. valor equivalente em toneladas de carbono; e
V. ano da redução das emissões.

§ 2º Os diplomas serão nominais, intransferíveis e não gerarão direitos ou créditos de qualquer natureza.

§ 3º Os diplomas emitidos poderão ser consultados na rede mundial de computadores - Internet.

§ 4º Para efeito da emissão do diploma de que trata o caput, o Ministério do Meio Ambiente definirá, anualmente, os limites de captação de recursos.

§ 5º O Ministério do Meio Ambiente disciplinará a metodologia de cálculo do limite de captação de que trata o § 4º, levando em conta os seguintes critérios:

I. redução efetiva de Emissões de Carbono Oriundas de Desmatamento (ED), atestada pelo CTFA; e
II. valor equivalente de contribuição, por tonelada reduzida de ED, expresso em reais por tonelada de carbono.

Art. 3º O Fundo Amazônia contará com um Comitê Técnico - CTFA com a atribuição de atestar a ED calculada pelo Ministério do Meio Ambiente, devendo para tanto avaliar:

I. a metodologia de cálculo da área de desmatamento; e
II. a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

Parágrafo único. O CTFA reunir-se-á uma vez por ano e será formado por seis especialistas de ilibada reputação e notório saber técnico-científico, designados pelo Ministério do Meio Ambiente, após consulta ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, para mandato de três anos, prorrogável uma vez por igual período.

Art. 4º O Fundo Amazônia contará com um Comitê Orientador - COFA composto pelos seguintes segmentos, assim representados:

I. Governo Federal - um representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:
   a. Ministério do Meio Ambiente;
   b. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
   c. Ministério das Relações Exteriores;
   d. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
   e. Ministério do Desenvolvimento Agrário;
   f. Ministério da Ciência e Tecnologia;
   g. Casa Civil da Presidência da República;
   h. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; e
   i. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

II. governos estaduais - um representante de cada um dos governos dos Estados da Amazônia Legal que possuam plano estadual de prevenção e combate ao desmatamento; e

III. sociedade civil - um representante de cada uma das seguintes organizações:
   a. Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS;
   b. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB;
   c. Confederação Nacional da Indústria - CNI;
   d. Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal - FNABF;
   e. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; e
   f. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC.

§ 1º Os membros do COFA serão indicados pelos dirigentes dos órgãos e entidades de que tratam os incisos I a III do caput e designados pelo presidente do BNDES, para mandato de dois anos, prorrogável uma vez por igual período.

§ 2º O COFA, que se reunirá ordinariamente uma vez a cada semestre e extraordinariamente a qualquer momento mediante convocação de seu presidente, zelará pela fidelidade das iniciativas do Fundo Amazônia ao PAS e ao PPCDAM, estabelecendo:

I. diretrizes e critérios de aplicação dos recursos; e

II. o regimento interno do COFA.

§ 3º O COFA será presidido por um dos representantes dos órgãos do Governo Federal referidos no inciso I do caput, com mandato de dois anos, sendo o primeiro mandato exercido pelo representante do Ministério do Meio Ambiente.

§ 4º As deliberações do COFA deverão ser aprovadas por consenso entre os segmentos definidos nos incisos I a III do caput.

§ 5º A Secretaria-Executiva do COFA será exercida pelo BNDES.

Art. 5º A participação no CTFA e no COFA será considerada serviço de relevante interesse público e não ensejará remuneração de qualquer natureza.

Art. 6º O BNDES apresentará ao COFA, para sua aprovação, informações semestrais sobre a aplicação dos recursos e relatório anual do Fundo Amazônia.

Art. 7º O BNDES contratará anualmente serviços de auditoria externa para verificar a correta aplicação dos recursos referidos no caput do art. 1º.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de agosto de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

Luiz Inácio Lula da Silva

Miguel Jorge

Carlos Minc

ANEXO 2

MEMBROS E SUPLENTES DO COFA EM 2012

Governo Federal

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Izabella Teixeira
Carlos Augusto Klink

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
Beatriz Martins Carneiro
Evandro Soares

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
André Odenbreit Carvalho*
Thiago Medeiros da Cunha Cavalcanti*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Caio Tibério Dornelles da Rocha
Erikson Camargo Chadoha

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
João Luiz Guadagnin
Carlos Eduardo Portela Sturm

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Carlos Afonso Nobre
Mercedes Maria da Cunha Bustamante

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Leiza Martins Mackay Dubugras*
Anael Aymoré Jacob*

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Arnaldo Carneiro Filho
Fernando Castanheira Neto

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
Guilherme Narciso de Lacerda
Claudia Soares Costa

ESTADOS AMAZÔNICOS

ACRE
Eufran Ferreira do Amaral
Fábio Vaz de Lima

AMAPÁ
Grayton Tavares Toledo
Fabrício de Paula Santos Gomes

AMAZONAS
Nadia Cristina D'Avila Ferreira*
João Henrique Talocchi*

MARANHÃO
Carlos Victor Guterres Mendes
João Bernardo de Azevedo Bringel

MATO GROSSO
Vicente Falcão de Arruda Filho
Luceni Grasse de Oliveira

PARÁ
José Alberto da Silva Colares
Justiniano Queiroz Netto

RONDÔNIA
Nanci Maria Rodrigues da Silva
Francisco de Sales Oliveira dos Santos

RORAIMA
Sérgio Pillon Guerra*
Luis Emi de Souza Leitão*

TOCANTINS
Divaldo José da Costa Rezende
Marli Teresinha dos Santos

SOCIEDADE CIVIL

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA
Sergio de Freitas Monforte
Luiz Augusto Nogueira Moura

COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA (COIAB)
Lúcio Paiva Flores*
Joênia Batista de Carvalho*

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG)
Eliziário Noé Boeira Toledo
Fabio Assis de Menezes

FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE (FBOMS)
Adriana Ramos*
Joana Carlos Bezerra*

FÓRUM NACIONAL DAS ATIVIDADES DE BASE FLORESTAL (FNABF)
Ramiro Azambuja da Silva*
Geraldo Bento*

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC)
Helena Bonciani Nader
Ennio Candotti

* Termo final do mandato em 22.10.2012. Novos membros/suplentes a serem indicados e nomeados em 2013.

DURANTE O ANO DE 2012, ESTIVERAM TAMBÉM EM EXERCÍCIO OS SEGUINTES INTEGRANTES

Governo Federal

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Mauro Oliveira Pires
Suplente até 22/10/2012

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
Alexandre Comin
Titular até 22/10/2012
Demétrio Florentino de Toledo Filho
Suplente até 22/10/2012

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Maximiliano da Cunha Arienzo
Suplente até 08/03/2012

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
Marco Aurélio Pavarino
Titular até 22/10/2012
César José de Oliveira
Suplente até 22/10/2012

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Carlos Alfredo Joly
Suplente até 22/10/2012

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Rodrigo Lofrano Alves dos Santos
Titular até 08/03/2012

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Cibele Fernandes Dias Knoerr
Titular até 08/03/2012
Sergio Braga
Titular até 22/10/2012

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
Elvio Lima Gaspar
Titular até 08/03/2012
Sergio Eduardo Weguelin
Suplente até 22/10/2012

Estados Amazônicos

ACRE
Carlos Edegard de Deus
Titular até 22/10/2012
Carlos Ovídio Duarte Rocha
Suplente até 22/10/2012

AMAPÁ
Juliano del Castilo Silva
Titular até 22/10/2012

MARANHÃO
Fábio Gondim Pereira da Costa
Titular até 22/10/2012
Maria Olindina Medeiros Moreira
Suplente até 22/10/2012

MATO GROSSO
Alexander Torres Maia
Titular até 22/10/2012
Ernandy Maurício Bacarat de Arruda
Suplente até 22/10/2012

PARÁ
Teresa Lusia Mártires C. Cativo Rosa
Titular até 31/07/2012
Maria de Nazaré Imbiriba Mitschein
Suplente até 31/07/2012

TOCANTINS
Alexandre Tadeu de Moraes Rodrigues
Suplente até 22/10/2012

Sociedade Civil

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA
Justiniano de Queiroz Neto
Titular até 08/02/2012
Mario Augusto de Campos Cardoso
Suplente até 22/10/2012

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG)
Rosicleia dos Santos
Titular até 22/10/2012

ANEXO 3

EQUIPE BNDES/FUNDO AMAZÔNIA

Área de Meio Ambiente do BNDES

SUPERINTENDENTE
Sergio Eduardo Weguelin Vieira

CONTROLADORIA DA ÁREA DE MEIO AMBIENTE
Bernardo Martim Ferreira Saavedra Félix, Cleber Zambarda, Daniel Nunes de Alencar Sato, Ingrid de Souza Rangel, Solon Eduardo Galhardo Sá

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO FUNDO AMAZÔNIA (DEFAM)/ÁREA DE MEIO AMBIENTE

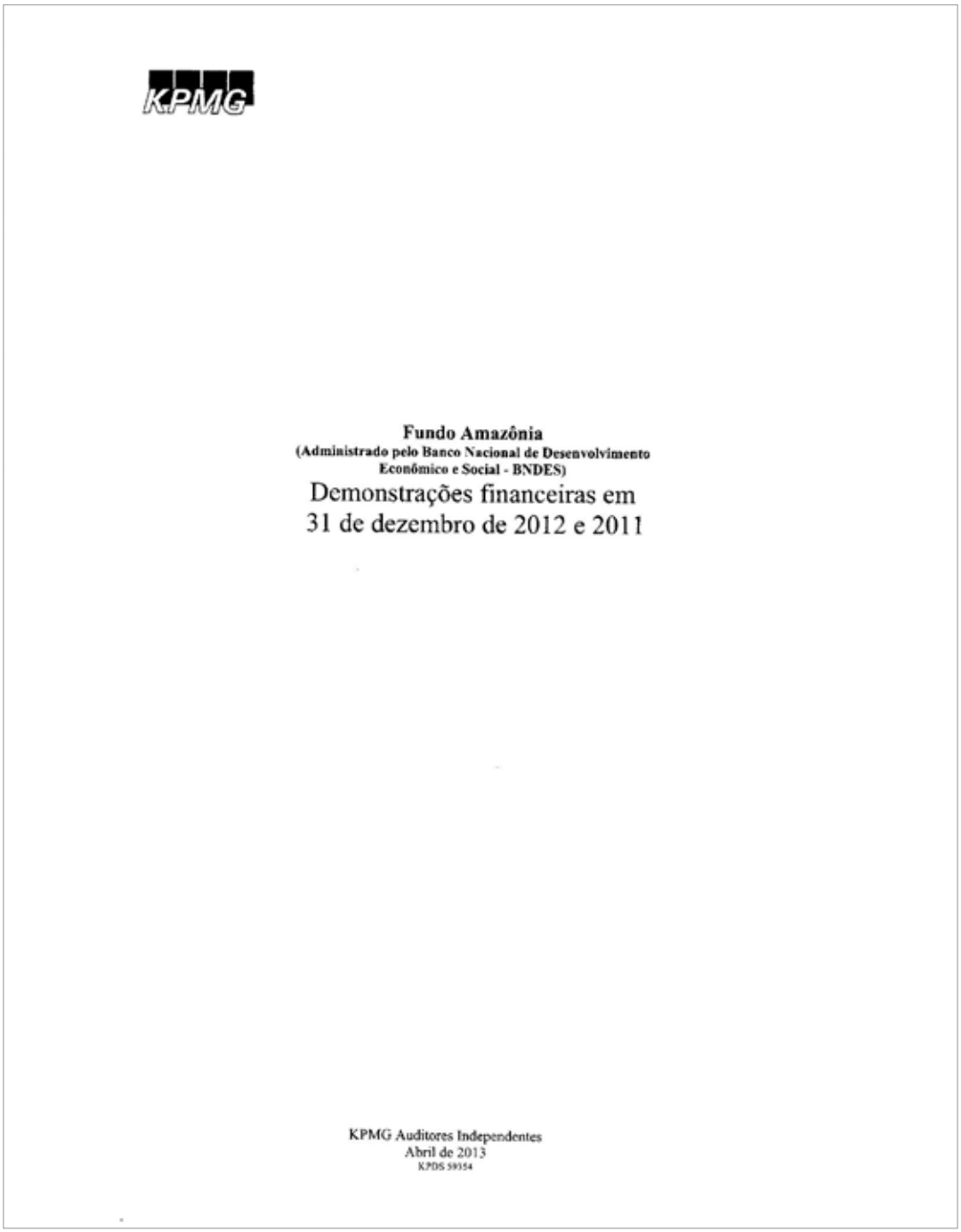
CHEFE DO DEPARTAMENTO
Claudia Soares Costa

EQUIPE QUE, AO LONGO DE 2012, INTEGROU O DEFAM
Ana Paula de Almeida Silva, Ana Paula Donato de Aquino, André Banhara Barbosa de Oliveira, Angela Albernaz Skaf, Bernardo Von Haehling Braune, Claudia Nessi Zonenschain, Daniel Rossi Soeiro, Dílson Ojeda Pires, Eduardo Bizzo de Pinho Borges, Eduardo Fonseca Brasil, Emanuelle Makiyama Bezerra, Fábio Maciel Plotkowski, Gil Vidal Borba, Guilherme Arruda Accioly, Jorge Reis de Vasconcellos Sandes, Jose Eduardo Rocha Pinto, Júlio Salarini Guiomar, Marcos Vinicius da Silva Rocha, Mariana Bloomsfield Coutinho, Mariana Guimarães Lima, Mauricio Busnello Furtado, Natália Faria de Souza, Renata Del Vecchio Gessulo, Roberto Emmerick Gouveia, Roberto Pereira Riski, Rubem Carlos de Souza Studart, Simone Marafon Schneider, Telma de Castro Guimarães, Thais Furtado Costa, Vivian Tavares da Costa

ESTAGIÁRIOS
Emanuelle Makiyama Bezerra e Deyvid Marques de Campos

ANEXO 4

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



KPMG

Fundo Amazônia
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

KPMG Auditores Independentes
Abril de 2013
KPDS 59154

KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Administrador do
Fundo Amazônia
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Amazônia ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros de acordo com as disposições da Resolução CFC nº 1.409/2012 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Amazônia em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho das suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros de acordo com as disposições da Resolução CFC nº 1.409/2012.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 20 de abril de 2012, que não conteve nenhuma modificação.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carlos Eduardo Munhoz
Contador CRC 1SP138600/O-7

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2012	2011
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	90.888	41.200
Total do Ativo		90.888	41.200
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Recursos de Projetos	5	90.885	39.934
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Superávit acumulado		3	1.266
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		90.888	41.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2012	2011
RECEITAS			
Receitas de doações para investimentos	5	71.206	59.740
Receitas de doações para custeio	4	3.566	219
Receitas financeiras	4	7.052	8.344
DESPESAS			
Despesas com doações para investimento	5	(71.206)	(59.740)
Despesas com remuneração de recursos de projetos	5	(6.855)	(8.184)
Despesas administrativas	6	(5.026)	(713)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(1.263)	(334)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Superávit acumulado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.600
Déficit do exercício de 2011	(334)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.266
Déficit do exercício de 2012	(1.263)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Déficit do exercício		(1.263)	(334)
Despesa com remuneração de recursos de projetos	5	6.855	8.184
Recursos oriundos das atividades operacionais		5.592	7.850
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos captados para projetos	5	115.302	7.096
Recursos aplicados em projetos	5	(71.206)	(59.740)
Recursos oriundos de (aplicados nas) atividades de financiamentos		44.096	(52.644)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		49.688	(44.794)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		41.200	85.994
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	90.888	41.200
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		49.688	(44.794)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO DE ATIVIDADES

O Fundo Amazônia, criado pela Resolução BNDES nº 1.640, de 3 de setembro de 2008, tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico, nos termos do Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008.

O Fundo Amazônia apóia projetos nas seguintes áreas:

- Gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- Manejo florestal sustentável;
- Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta;
- Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- Recuperação de áreas desmatadas.

O Fundo Amazônia é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que também se incumbe da captação de recursos, da contratação e do monitoramento dos projetos e ações apoiados.

O Fundo Amazônia conta com um Comitê Orientador - COFA, com a atribuição de determinar suas diretrizes e acompanhar os resultados obtidos.

O Fundo Amazônia começou a operar efetivamente em 9 de outubro de 2009, mediante recebimento de recursos de doação.

O Fundo Amazônia não possui personalidade jurídica própria, sendo as suas transações escrituradas em contas específicas da contabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem fins lucrativos, em conformidade com a NBC – 10.19 (Norma Brasileira de Contabilidade), aprovada pela Resolução nº 877, de 18 de abril de 2000, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicação financeira de liquidez imediata junto ao administrador e com insignificante risco de variação no valor de mercado. Os rendimentos das aplicações feitas junto ao administrador estão vinculados a variação da cota do fundo investido conforme descrito na Nota Explicativa nº4.

3.2 Recursos de Projetos

Refere-se ao saldo de doações recebidas ainda não aplicados em projetos. Conforme o Decreto 6.527 de 1º de agosto de 2008, somente 97% dos recursos recebidos são destinados a projetos. Os valores são registrados no passivo, uma vez que os mesmos não resultam em aumento ou redução do Patrimônio Líquido da Entidade, tendo em vista que o Fundo é apenas o agente arrecadador e repassador para execução dos projetos.

3.3 Doações para custeio

Conforme § 3º do artigo 1º do Decreto 6.527/2008, o BNDES deve segregar a importância equivalente a 3% do valor das doações para cobertura de seus custos operacionais e das despesas relacionadas ao Fundo Amazônia. A parcela das doações para custeio é contabilizada como receita do período quando efetivamente recebida. O procedimento para ressarcimento das despesas de custeio ao BNDES foi alterado em dezembro de 2012, passando a ocorrer imediatamente e integralmente no momento do recebimento da doação. Até então, os ressarcimentos ocorriam a medida em que as despesas de custeio eram cobradas pelo BNDES ao Fundo.

3.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

O Fundo optou pela metodologia indireta na apresentação desta demonstração. Os recursos recebidos de projetos foram tratados como atividades de financiamento, tendo em vista que o Fundo apenas atua como agente arrecadador e repassador destes recursos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São compostos da forma que segue:

	2012	2011
Recursos não aplicados (*)	3	3
Aplicação financeira junto ao administrador (**)	90.885	39.934
BNDES Recursos para custeio	0	1.263
TOTAL	**90.888**	**41.200**

(*) O Fundo mantêm uma média de R$3 (três mil reais) em conta corrente, não aplicados, para eventuais despesas administrativas debitadas pelo BNDES.
(**) O Administrador mantém os recursos do Fundo aplicados junto ao Fundo de Investimento BB Gaia Fundo de Investimento Renda Fixa que possui portifólio concentrado em títulos públicos do governo brasileiro e cláusula de liquidez diária.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

Conforme o Decreto 6.527 de 01 de agosto de 2008, o percentual de 97 % das doações recebidas é destinado à aplicação em projetos. O Fundo segrega estes recursos em conta de investimento específica. Os recursos estão aplicados pelo BNDES no Fundo Exclusivo Gaia, gerido pelo Banco do Brasil DTVM, lastreados em títulos públicos e são remunerados com base no índice de rendimento do Fundo Gaia.

Segue abaixo a movimentação de Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2012		
	Total	Recursos para projetos (Fundo Gaia)	Recursos para custeio
Saldo em 31 de dezembro de 2011	41.200	39.934	1.266
Rendimento	7.052	6.855	197
Despesa administrativa	(5.026)	-	(5.026)
Recursos liberados	(71.206)	(71.206)	-
Doações recebidas	118.868	115.302	3.566
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**90.888**	**90.885**	**3**

	2011		
	Total	Recursos para projetos (Fundo Gaia)	Recursos para custeio
Saldo em 31 de dezembro de 2010	85.994	84.394	1.600
Rendimento	8.344	8.184(*)	160
Despesa administrativa	(713)	-	(713)
Recursos liberados	(59.740)	(59.740)	-
Doações recebidas	7.315	7.096	219
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**41.200**	**39.934**	**1.266**

(*) Neste valor constam R$ 11 (onze mil reais) referentes a ajuste de remuneração sobre antecipação dos recursos pelo BNDES, registrado em 2010.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

5. RECURSOS DE PROJETOS

O saldo de recursos de projetos foram recebidos dos doadores Ministério Norueguês de Relações Exteriores, KFW e Petrobrás e se destinam a projetos específicos e vinculados ao objetivo do Fundo Amazônia.

Segue abaixo a movimentação dos recursos de projetos:

	2012
Saldo em 31 de dezembro de 2011	39.934
Rendimentos	6.855
Recursos Liberados	(71.206)
Doações Recebidas	115.302
Total	90.885

	2011
Saldo em 31 de dezembro de 2010	84.394
Rendimentos	8.184
Recursos liberados	(59.740)
Doações recebidas em 2011	7.096
Total	39.934

O montante de R$ 71.206 em 2012 (R$ 59.740 em 2011) está registrado em conta de resultado nas rubricas Receita de doações para investimentos e Despesas com doações para investimentos se anulando pelo fato do Fundo Amazônia não ter fins lucrativos.

Os recursos de projetos são remunerados com base no mesmo índice de atualização de caixa e equivalentes de caixa.
Desde o início de suas atividades até 31 de dezembro de 2012, o Fundo da Amazônia recebeu recursos dos seguintes doadores:

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Até 2012	
Doador	**97%**	**100%**
Ministério Norueguês de Relações Exteriores	198.174	204.303
KFW	6.444	6.643
Petrobrás	7.692	7.929
Total	212.310	218.875

	Até 2011	
Doador	**97%**	**100%**
Ministério Norueguês de Relações Exteriores	83.468	86.049
KFW	6.444	6.643
Petrobrás	7.096	7.315
Total	97.008	100.008

Os valores liberados para projetos são apresentados no quadro abaixo:

Sigla do Projeto	Contratado	Liberado até 2011	Liberado 2012	Total Liberado	Saldo a Liberar
ACRE, ESTADO	60.000	31.557	0	31.557	28.443
ALTA FLORESTA/MT	2.782	2.352	347	2.699	83
AMAZONAS, ESTADO	20.000	1.129	14.138	15.267	4.733
ANAPU/PA	432	0	0	0	432
BOMBEIROS AC I	13.281	0	5.835	5.835	7.446
BOMBEIROS MT-III	12.625	0	579	579	12.046
BOMBEIROS RO I	15.041	0	0	0	15.041
BOMBEIROS TO II	5.000	0	1.700	1.700	3.300
CARLINDA/MT	1.870	1.160	207	1.367	503
FAS /2009-2013	19.170	7.110	3.643	10.753	8.417
FASE	9.347	590	0	590	8.757
FBB-Fundo Amazonia Ano 1	15.000	0	0	0	15.000
FUNBIO/ARPA - FASE II	20.000	4.999	10.000	14.999	5.001
FUNBIO/KAYAPO	16.900	0	7.196	7.196	9.704

Sigla do Projeto	Contratado	Liberado até 2011	Liberado 2012	Total Liberado	Saldo a Liberar
IFT	7.449	1.726	2.392	4.118	3.331
IMAZON	9.736	3.576	3.000	6.576	3.160
IOV SEMENTES DO PORTAL	5.433	3.358	1.580	4.938	495
IPAM	24.939	0	4.492	4.492	20.447
ISPN	12.843	0	579	579	12.264
JACUNDA/PA	792	0	0	0	792
MARCELANDIA/MT - REC. APP	669	0	0	0	669
MUSA	8.455	2.437	0	2.437	6.018
PORTO DOS GAUCHOS/MT	134	121	0	121	13
SECR. MEIO AMBIENTE, PARA	15.923	3.216	6.408	9.624	6.299
TNC BRASIL	16.000	6.773	4.840	11.613	4.387
UEA CARTOGRAFIA SOCIAL	4.615	741	1.309	2.050	2.565
UFPA BIODIVERSIDADE	4.640	0	0	0	4.640
UFPA COMPOSTOS BIOATIVOS	1.352	0	0	0	1.352
UFPA FLORESTAS DE MANGUE	1.982	0	1.080	1.080	902
UFPA ILHAS DE BELEM	1.139	0	621	621	518
UFPA/NAEA FORUM AMAZONIA	2.704	0	1.260	1.260	1.444
geral	**330.253**	**70.845**	**71.206**	**142.051**	**188.202**

6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O procedimento para ressarcimento de despesas ao BNDES foi alterado em dezembro de 2012, que passou a ser realizado imediatamento e integralmente no momento do recebimento da doação. Até então, os recursos eram transferidos ao BNDES a medida em que as despesas administrativas eram cobradas pelo BNDES ao Fundo. Em função disso, foi necessário realizar a baixa integral no valor de R$ 2.332 (registrada na rubrica "outras despesas") das disponibilidades para custeio, exceto quanto ao valor de R$ 3 para cobertura de eventuais despesas bancárias. Segue abaixo a abertura das despesas administrativas em 2012 e 2011:

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	2012	2011
Viagens e diárias	526	510
Auditoria	176	113
Comitês	22	8
Seminários e eventos	71	16
Publicidade	1.872	55
Outras despesas	2.359	11
Total	5.026	713

7. IMPOSTOS

Todas as obrigações tributárias que porventura venham a existir por conta de operações no âmbito do Fundo da Amazônia, são de responsabilidade do BNDES, uma vez que o Fundo não possui personalidade jurídica própria, sendo suas transações escrituradas em contas específicas da contabilidade do BNDES.

Pis e Cofins

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 11.828, de 20 de novembro de 2008, fica suspensa a incidência da Contribuição para o PIS-PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável dos biomas brasileiros e em outros países tropicais.

O parágrafo § 1º do artigo 1º da referida lei prevê que os efeitos da suspensão abrangem as doações cuja destinação seja efetivada no prazo máximo de dois anos contados do mês seguinte ao de recebimento da doação.
Segundo o parágrafo único do artigo 3º do aludido normativo, caso não haja a destinação dos recursos no prazo de que trata o § 1º do art 1º, a instituição financeira pública controlada pela União fica obrigada a recolher as contribuições não pagas, acrescidas de juros e multa de mora, na forma da lei.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Não há resultado a ser oferecido à tributação de IRPJ e CSSL, pois a receita de doação é reconhecida no resultado no mesmo momento da apropriação das despesas operacionais com projetos idealizados no âmbito do Fundo Amazônia, conforme aprovação da solução de consulta n° 59 SRRF07/Disit, de 06/08/2009, realizada pelo BNDES junto à Secretaria da Receita Federal.

8. PARTES RELACIONADAS

O Fundo Amazônia possui relacionamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que está autorizado a destinar o valor das doações recebidas em espécie, para realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento, combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável do bioma amazônico. O relacionamento mencionado se refere aos valores correspondentes a "caixa e equivalente de caixa" (conforme nota 4), que se encontram em contas bancárias, cuja titularidade é do BNDES.

SELMO ARONOVICH
SUPERINTENDENTE DA ÁREA FINANCEIRA

CARLOS FREDERICO RANGEL DE CARVALHO SILVA
Chefe do Departamento de Contabilidade
Contador
CRC-RJ 087956/O-8

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
Diretor

ANEXO 5

RELATÓRIO DA AUDITORIA DE CUMPRIMENTO

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes

AFMF/JRS/LLL/CM/DFF/NLM 0526/13

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Conteúdo

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes

1. Introdução

2. Procedimentos aplicados

3. Escopo e limitações

4. Operações aprovadas e contratadas

5. Aspectos ambientais nos projetos analisados no âmbito do Fundo Amazônia

6. Conclusões

BDO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À
Diretoria do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Rio de Janeiro - RJ

1. Introdução

Fomos contratados com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguração limitada, a fim de se verificar a conformidade dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia em 2012, no tocante as normas e diretrizes a ele aplicáveis.

Nossa responsabilidade é de emitir um relatório de asseguração limitada sobre a conformidade dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

2. Procedimentos aplicados

Os procedimentos de asseguração limitada foram realizados de acordo com a Norma NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aprovada pela Resolução CFC nº 1.160/2009, e com a ISAE 3000 - *International Standard on Assurance Engagements*, emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)*, ambas para trabalhos de asseguração que não sejam de auditoria ou de revisão de informações financeiras históricas.

Os procedimentos de asseguração limitada compreenderam:

a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, coerência, o volume de informações quantitativas e qualitativas;
b) O entendimento da metodologia de análise dos projetos através de entrevistas com os gestores responsáveis pelas informações;
c) Exame dos relatórios de análise, decisões da Diretoria do BNDES e contratos, para a verificação da conformidade com o Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, que dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em especial ao contido no artigo 1º, e com as normas e diretrizes emanadas pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA);

BDO

d) Avaliação da conformidade da finalidade (produtos e serviços), resultados esperados e objetivos dos projetos analisados pelas equipes técnicas do BNDES, aprovados por sua Diretoria, contratados ou a contratar, para a verificação de sua conformidade com as orientações estratégicas contidas no Plano Amazônia Sustentável (PAS) e com as diretrizes tático-operacionais do Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM);

e) Confronto das informações quantitativas e qualitativas dos relatórios de análise e suas conclusões com as decisões da diretoria do BNDES e os contratos assinados entre o Banco e os executores dos projetos.

3. Escopo e limitações

Nosso trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de asseguração limitada quanto ao cumprimento, pelo BNDES, das exigências constantes no Decreto nº 6.527/2008 no que tange às ações apoiáveis, das diretrizes e critérios estabelecidos pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), das orientações estratégicas contidas no Plano Amazônia Sustentável (PAS) e das diretrizes tático-operacionais do Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), não incluindo a avaliação do cumprimento, pelos beneficiários dos projetos, das obrigações contratadas com o BNDES.

A realização dos procedimentos e das análises pertinentes esteve restrita aos documentos disponibilizados pelo BNDES, e não foi objeto de validação da autenticidade dos mesmos.

Os procedimentos aplicados não correspondem ao exame definido nas normas brasileiras e internacionais de auditoria de demonstrações financeiras.

Nosso relatório não proporciona asseguração limitada sobre o alcance efetivo de metas, expectativas e ambições, cujas informações são sujeitas a avaliação futura e subjetiva.

Também não foram realizados procedimentos de identificação de fraudes e perícias documentais.

BDO

4. Projetos aprovados e contratados

Na realização dos trabalhos de asseguração limitada foram analisadas as operações de colaboração financeira não reembolsável aprovadas e/ou contratadas no decorrer do exercício de 2012, compreendendo os seguintes estágios e organizações:

a) Projetos aprovados em 2011 e contratados em 2012

- Contrato nº 11208721 - Estado do Mato Grosso - Corpo de Bombeiros;
- Contrato nº 11211751 - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM);
- Contrato nº 11211791 - Município de Anapu/PA;
- Contrato nº 11211781 - Município de Jacundá/PA.

b) Projetos aprovados e contratados em 2012

- Contrato nº 12203841 - Estado do Acre - Corpo de Bombeiros;
- Contrato nº 12210131 - Estado de Rondônia - Corpo de Bombeiros;
- Contrato nº 12202531 - Estado do Tocantins - Corpo de Bombeiros;
- Contrato nº 12200011 - Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP)/Universidade Federal do Pará (UFPA);
- Contrato nº 12203271 - Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP)/Universidade Federal do Pará (UFPA);
- Contrato nº 12200341 - Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP)/Universidade Federal do Pará (UFPA);
- Contrato nº 12200651 - Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP)/Universidade Federal do Pará (UFPA);
- Contrato nº 12204352 - Fundação Banco do Brasil (FBB);
- Contrato nº 12206691 - Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

c) Projetos aprovados em 2012 e a contratar/contratados em 2013

- Operação nº 4144809 - Estado do Pará;
- Operação nº 4067384 - Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM);
- Operação nº 3458307 - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá;
- Operação nº 3391224 - Ministério do Meio Ambiente - Serviço Florestal Brasileiro;
- Operação nº 2441523 - Município de Porto de Moz/PA.

BDO

5. Aspectos ambientais nos projetos analisados no âmbito do Fundo Amazônia

Ao final deste trabalho, dispomos de elementos que contribuem para um melhor entendimento do tema, em relação ao seu estágio atual e perspectivas futuras, de modo a auxiliar o processo de tomada de decisão. Durante a análise, tomamos a dimensão da real necessidade de aprofundamento dos conhecimentos relativos à vulnerabilidade dos biomas em foco, com os impactos e estratégias de adaptação. Havendo uma grande oportunidade para a promoção do desenvolvimento ambiental, social, econômico e de preservação da floresta nas áreas de abrangência do fundo, com real perspectiva de contenção do desmatamento na Amazônia legal e a viabilização de alternativas de proteção e uso sustentável da floresta, com base nos mecanismos e processos expostos no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), Plano Amazônia Sustentável (PAS), e no arcabouço legal, através do Decreto nº 6.527/2008 e da Lei nº 12.187/2009.

Na análise dos projetos propostos e dos procedimentos e critérios usados na concessão dos recursos provenientes do Fundo Amazônia, ficam explicitados os eixos que norteiam o escopo desses projetos, bem como a concessão dos recursos: ordenamento territorial e fundiário; monitoramento e controle ambiental; fomento a atividades produtivas sustentáveis; desenvolvimento científico e tecnológico; modernização e desenvolvimento de órgãos atuantes no bioma amazônico.

6. Conclusões

a) Confrontamos as cláusulas dos contratos de concessão de colaboração financeira aos projetos listados no item 4, subitem "a" (projetos aprovados em 2011 e contratados em 2012) com o texto das decisões de diretoria do BNDES que aprovaram a colaboração financeira.

Verificamos que foi mantida nos contratos a finalidade prevista nas decisões de Diretoria do BNDES que aprovaram a colaboração financeira aos projetos. Também verificamos que os instrumentos contratuais não introduziram quaisquer alterações que possam ter afetado a conformidade dos projetos em relação ao Decreto nº 6.527/2008, aos critérios e diretrizes do COFA, ao PAS e ao PPCDAM.

Os relatórios de análise e as decisões da Diretoria referentes a esses projetos foram objeto da nossa análise de asseguração finalizada em 06 de junho de 2012, referente ao exercício de 2011. O relatório de auditoria emitido concluiu pela conformidade dos projetos em relação ao Decreto nº 6.527/2008, aos critérios e diretrizes do COFA, ao PAS e ao PPCDAM.

BDO

b) Confrontamos as informações contidas nos relatórios de análises dos projetos listados no item 4, subitens "b" e "c" (projetos aprovados e contratados em 2012 e projetos aprovados em 2012 e a contratar/contratados em 2013), com as exigências constantes no Decreto nº 6.527/2008, com os critérios e as diretrizes estabelecidos pelo COFA, com as orientações estratégicas do Plano Amazônia Sustentável (PAS) e com a diretrizes tático-operacionais do Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM).

Não foram encontradas inconformidades.

c) Confrontamos o texto das decisões de diretoria do BNDES que aprovaram a colaboração financeira aos projetos listados no item 4, subitens "b" e "c" (projetos aprovados e contratados em 2012 e projetos aprovados em 2012 e a contratar/contratados em 2013), com as informações contidas nos relatórios de análises.

Verificamos que foi mantida na aprovação da Diretoria do BNDES a finalidade dos projetos, objeto dos relatórios emitidos pelas equipes técnicas do BNDES. Também verificamos que as decisões da Diretoria não introduziram quaisquer alterações que possam ter afetado a conformidade dos projetos em relação ao Decreto nº 6.527/2008, aos critérios e diretrizes do COFA, ao PAS e ao PPCDAM.

d) Confrontamos as cláusulas dos contratos de concessão de colaboração financeira aos projetos listados no item 4, subitem "b" (projetos aprovados e contratados em 2012) com o texto das decisões de diretoria do BNDES.

Verificamos que foi mantida nos contratos a finalidade prevista nas decisões de Diretoria do BNDES que aprovaram a colaboração financeira aos projetos. Também verificamos que os instrumentos contratuais não introduziram quaisquer alterações que possam ter afetado a conformidade dos projetos em relação ao Decreto nº 6.527/2008, aos critérios e diretrizes do COFA, ao PAS e ao PPCDAM.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2013.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1-S-RJ

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3-S-RJ

Jairo da Rocha Soares
CRC SP 120458/O-6-S-RJ

PRESIDENTA DA REPÚBLICA
Dilma Rousseff

MINISTRA DO MEIO AMBIENTE
Izabella Teixeira

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
Fernando Pimentel

BNDES

PRESIDENTE
Luciano Coutinho

VICE-PRESIDENTE
João Carlos Ferraz

DIRETOR DA ÁREA DE MEIO AMBIENTE
Guilherme de Narciso Lacerda

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE MEIO AMBIENTE
Sergio Eduardo Weguelin Vieira

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO FUNDO AMAZÔNIA
Claudia Soares Costa

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Gerência de Editoração do BNDES

COORDENAÇÃO E REDAÇÃO
Gerência de Relações Institucionais do Fundo Amazônia

PROJETO GRÁFICO
Refinaria Design

PRODUÇÃO EDITORIAL
Expressão Editorial

BNDES
The Brazilian
development bank